



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA POLITÉCNICA
MESTRADO EM ENGENHARIA AMBIENTAL URBANA

ELIZETE ABREU DE MELO

**PERCEPÇÃO AMBIENTAL E PARTICIPAÇÃO SOCIAL EM
PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UM ESTUDO NA
APA JOANES – IPITANGA**

Salvador
2009

ELIZETE ABREU DE MELO

**PERCEPÇÃO AMBIENTAL E PARTICIPAÇÃO SOCIAL EM
PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UM ESTUDO NA
APA JOANES – IPITANGA**

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental Urbana – MEAU da Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

**Orientadora: Profa. Márcia Mara de Oliveira
Marinho, PhD**

Salvador
2009

M528 Melo, Elizete Abreu
Percepção Ambiental e Participação Social em
Programas de Educação Ambiental: Um Estudo na APA
Joanes-Ipitanga – Bahia / Elizete Abreu de Melo. /
Salvador, 2009.
146 f. : il. color.

Orientador: Márcia Mara de Oliveira Marinho, PhD

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia.
Escola Politécnica, 2009.

1. Educação Ambiental. 2. Programas de Educação
Ambiental. 3. Percepção Ambiental. 4. Participação Social
I. Universidade Federal da Bahia. II. Título.

CDD: 304.2

ELIZETE ABREU DE MELO

PERCEÇÃO AMBIENTAL E PARTICIPAÇÃO SOCIAL EM PROGRAMAS
DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UM ESTUDO DA APA JOANES - IPITANGA

Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Engenharia Ambiental Urbana.

Salvador, 03 de julho de 2009

Banca Examinadora:

Profa. PhD. Márcia Mara de Oliveira Marinho Márcia Mara de O. Marinho
Universidade Federal da Bahia - UFBA

Prof. PhD. Luiz Roberto Santos Moraes L. R. Santos Moraes
Universidade Federal da Bahia - UFBA

Profa. Dra. Patrícia Campos Borça P. Campos Borça
Universidade Federal da Bahia - UFBA

Prof. Dr. Luiz Antonio Ferraro Júnior L. A. Ferraro Jr.
Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS

A minha mãe Ritta, razão do meu amor maior, pelo investimento inesgotável à minha formação e apoio constante. A certeza do seu amor me fortalece por toda vida. Com sua simplicidade me ensinou o quão importante é crer na vida e no próprio potencial, porque infinitas são as possibilidades quando objetivamos o sucesso.

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação representa uma grande realização. Simboliza a superação de grandes dificuldades, porém, também representa amizade, companheirismo, amor, dedicação, confiança, espírito de luta, alegrias e principalmente muita perseverança e fé em Deus.

Nessa caminhada o apoio e carinho de diversas pessoas, entre família, amigos e professores foi de fundamental importância, a eles os meus sinceros agradecimentos:

Às minhas queridas irmãs, cunhado e sobrinhos, pela força e ajuda constante e por sempre estarem ao meu lado torcendo e incentivando.

Ao meu amiguinho Bernardo, pelo amor incondicional.

Às minhas grandes amigas, Carol, Vida, Fátima e Sandra pela disponibilidade no atendimento às minhas solicitações e pela presença constante que me encheram de força para me manter sempre firme e de bom humor diante das adversidades encontradas.

À Marcia Marinho, minha orientadora, cuja orientação incansável permitiu o bom desenvolvimento desse trabalho.

Aos professores e membros da Banca, Luiz Roberto Moraes e Patricia Borja pelas suas maravilhosas contribuições, disponibilidade, incentivo e grande apoio e que com muita segurança me guiaram nessa jornada me ensinando não somente a trabalhar com ética, mas também com seriedade e clareza.

Ao professor e membro da Banca, Luiz Ferraro, pela valiosa contribuição para meu crescimento pessoal e profissional.

Ao gestor da APA Joanes-Ipitanga, Geneci Brás, pelo grande apoio e disponibilidade.

Aos participantes dos PEAs que com disposição aceitaram participar desta pesquisa, tornando o meu desejo uma realidade. Um carinho especial ao Sr Luiz e D. Francisquinha moradores das comunidades de Leandrino e Lamarão.

Aos profissionais, representantes da SEMA, proponentes dos PEA e especialistas em educação ambiental que contribuíram com suas valiosas informações.

Aos membros do Conselho Gestor da APA Joanes-Ipitanga pela solidariedade e disponibilidade no atendimento às questões da pesquisa.

Aos meus colegas do mestrado, em especial as minhas novas amigas Yse e Denize que sempre estiveram presentes nessa trajetória, apoiando e incentivando.

A todos que direta ou indiretamente me ajudaram nessa caminhada.

Muito obrigada!

É fundamental que eu saiba não haver existência humana sem risco de maior ou menor risco. Enquanto objetividade o risco implica a subjetividade de quem o corre. Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo. Todos nós ignoramos alguma coisa. Por isso aprendemos sempre...

Paulo Freire

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo analisar os Programas de Educação Ambiental (PEA) implementados na Área de Proteção Ambiental (APA) Joanes-Ipitanga, quanto aos aspectos da educação ambiental, da percepção ambiental e da participação social. Conduzidos por empresas de consultoria contratadas pelo Estado, iniciativa privada e ONG locais, estes PEA têm sido a ferramenta utilizada para a conscientização da população em relação aos problemas ambientais da região, desde 2001.

A presente análise buscou verificar se os PEA implementados na APA Joanes-Ipitanga contribuíram para a formação de uma consciência local mais crítica, ao aguçar no indivíduo e na coletividade uma maior percepção ambiental e participação social, além do mero interesse pelas questões ambientais. Os dados coletados e analisados revelaram que esta participação é pequena e pouco significativa, e que a oferta de Programas de Educação Ambiental na área estudada é limitada.

Foram analisados os seguintes PEA: o do Governo - para Formação do Conselho Gestor, da Empresa Caraíba Metais e o PEA da ONG Terra Mirim. A metodologia qualitativa que conduziu o estudo visou uma abordagem contextualizada de educação ambiental transformadora, tomando, como referência, a percepção ambiental e a participação social dos atores envolvidos nos Programas de Educação Ambiental estudados. Os dados foram coletados por meio da aplicação de entrevistas semi-estruturadas, observação participante, pesquisa documental e da técnica de análise de conteúdo.

Esta análise revelou o quanto tais programas estão distantes das premissas necessárias para uma percepção ambiental e uma participação social mais efetiva. A ausência de programas contínuos de educação ambiental na APA Joanes-Ipitanga compromete o alcance das metas dos programas nos moldes desejados. A falta de uma ação mais voltada para a execução desta Política Pública tem persistido nos últimos anos, embora a medida tenha sido pontuada por técnicos, membros do Conselho Gestor e alguns membros das comunidades locais. A ocorrência de um descompasso entre o que foi implementado e o que é preconizado pelas políticas públicas, como também constatou a análise, confirma a distância entre a teoria e a prática.

Os desafios encontrados para o desenvolvimento do campo da educação ambiental estão presentes em todas as instâncias, não apenas em territórios protegidos. Os dados da pesquisa sugerem que os PEA implementados na APA Joanes-Ipitanga contribuíram para a formação de uma consciência local mais crítica quanto às questões ambientais, mas a percepção e a participação social desses indivíduos ainda precisa ser mais trabalhada. As futuras propostas deverão apresentar Programas que visem à continuidade das ações, que sejam construídos coletivamente e coerentes com a realidade específica de cada comunidade.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Programas de Educação Ambiental; Percepção Ambiental; Participação Social.

ABSTRACT

The purpose of the present dissertation is to identify the impact of the PEA (Environmental Education Programs) implemented within the Protected Environmental Area (APA) Joanes-Ipitanga, in Bahia, Brazil, regarding the aspects of environmental education, environmental perception and social participation. The research has been conducted at the following PEA: Council Management (governmental), Caraiba Metais (private) and at the NGO Terra Mirim.

Beginning 2001 the local government, as well as private enterprises and local NGOs have been hiring consulting companies to conduct such programs, designed to help individuals and the community in their development of a critical awareness, as well as their social contribution beyond a simple understanding of environmental issues.

The following study aimed to verify whether the PEA have been an effective contribution to the theme as quoted. Based on a contextualized practice of environmental education able to transform the current pattern, the investigation signalized that in order to achieve the desired results there should be a greater commitment to continuance, which is a mandatory condition for those environmental education programs and their goals. The use of qualitative methodology and references on the environmental perception and individual participation have been supporting the research, conducted via the application of semi-structured interviews, observation and documented research and analysis of contents via a discourse analyses technique.

The analysis of collected data has enabled to understand how these programs differ from the necessary premises for environmental perception and a more effective social participation. The absence of continuous environmental education programs for the Joanes-Ipitanga area and the lacking terms for the application of existent public policies as recommended by technicians, members of Management Council and members of local communities remain as a hindrance.

Their observation revealed a discrepancy between the stated in the public policies recommendations and the implemented, confirming the gap between theory and practice. We must emphasize that to achieve effective results, it is necessary to achieve community participation throughout the process of work. The challenges encountered in developing the field of environmental education are present in all regions, not only in protected areas. Future proposals should provide programs that address the continuity of actions, which are collectively constructed and consistent with the specific reality of each community.

Keywords: Environmental Education, Environmental Education Program, Environmental Perception, Social Participation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1:	Esquema teórico do processo perceptivo	49
Figura 2:	Represa Joanes I – Camaçari e Lauro de Freitas	63
Figura 3:	Mapa da APA Joanes - Ipitanga	64

LISTA DE QUADROS

Quadro 1:	Número de participantes, carga horária, mês/ano em que ocorreu a capacitação de cada PEA e foco/direcionamento do programa	61
Quadro 2:	Síntese das Categorias de Análise	62
Quadro 3:	Representantes do Grupo 1 – Técnicos do Órgão Gestor e Membros do Conselho Gestor - Participantes e Não Participantes dos PEA	67
Quadro 4:	Representantes do Grupo 2 - Participantes e Não participantes dos PEA (comunidade)	67
Quadro 5:	Representantes do Grupo 3 – Especialistas em EA externos	68
Quadro 6:	Objetivos específicos propostos pelo PEA 1 - Formação do Conselho Gestor	77
Quadro 7:	Síntese dos aspectos analisados nos PEA	133

LISTA DE TABELAS

Tabela 1:	Categoria de Análise 01 – EA / PEA – e seus significados correspondentes	91
Tabela 2:	Categoria de Análise 02 – Percepção Ambiental – e seus significados correspondentes	98
Tabela 3:	Categoria de Análise 03 – Participação social – e seus significados correspondentes	107

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA	Área de Proteção Ambiental
CEASA	Central de Abastecimento de Salvador
CETIND	Centro Tecnológico Industrial
CIA	Centro Industrial de Aratu
COPEMA	Cooperativa dos Profissionais de Engenharia, Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional
CRA	Centro de Recursos Ambientais
DS	Desenvolvimento Sustentável
EA	Educação Ambiental
FNMA	Fundo Nacional do Meio Ambiente
FTM	Fundação Terra Mirim
IMA	Instituto de Meio Ambiente
MEC	Ministério da Educação
MMA	Ministério do Meio Ambiente
ONG	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PEA	Programas de Educação Ambiental
PNEA	Política Nacional de Educação Ambiental
PNMA	Política Nacional de Meio Ambiente
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PRONEA	Programa Nacional de Educação Ambiental
SEIA	Sistema Estadual de Informações Ambientais
SEMA	Secretaria Estadual de Meio Ambiente
SEMARH	Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SFC	Superintendência de Biodiversidade, Florestas e Unidades de Conservação
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
UC	Unidade de Conservação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

RESUMO	
ABSTRACT	
LISTA DE FIGURAS	
LISTA DE QUADROS	
LISTA DE TABELAS	
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	
1. INTRODUÇÃO	15
2. EDUCAÇÃO AMBIENTAL, PERCEPÇÃO AMBIENTAL E PARTICIPAÇÃO SOCIAL	20
2.1. EDUCAÇÃO AMBIENTAL: CONCEITOS E EVOLUÇÃO	20
2.1.1. Educação Ambiental: Concepções, Práticas e Trajetória	21
2.1.2. Programas de Educação Ambiental - PEA	35
2.1.3. Avaliação de Programas de Educação Ambiental	39
2.2. PERCEPÇÃO AMBIENTAL E A APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO	42
2.3. PARTICIPAÇÃO SOCIAL	51
3. METODOLOGIA	61
3.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	61
3.2. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	62
3.2.1. A APA Joanes-Ipitanga	63
3.3. PÚBLICO-ALVO DA PESQUISA	65
3.4. MÉTODO DE PESQUISA	68
3.4.1. A Observação Participante	69
3.4.2. A Entrevista	70
3.4.3. A Pesquisa Documental	73
4. ANÁLISE DOS PEA DA APA JOANES-IPITANGA	75
4.1. BREVE DESCRIÇÃO DOS PEA	76
4.1.1. PEA 01 - Formação do Conselho Gestor da APA Joanes-Ipitanga	76
4.1.2. PEA 02 - Programa de Formação de Vigilantes Ambientais da Caraíba Metais.	82
4.1.3. PEA 03 - Processo de Educação Ambiental no Vale de Itamboató da ONG Terra-Mirim	87
4.2. ANALISANDO E DISCUTINDO OS DADOS	90
4.2.1. Educação Ambiental / PEA	90
4.2.2. Percepção Ambiental	97
4.2.3. Participação Social	106
4.3. ANALISANDO OS PEA	114
4.3.1. PEA 01 - Formação do Conselho Gestor da APA Joanes-Ipitanga	114
4.3.2. PEA 02 - Programa de Formação de Vigilantes Ambientais da Caraíba Metais.	122
4.3.3. PEA 03 - Processo de Educação Ambiental no Vale de Itamboató da ONG Terra-Mirim	125
5. CONCLUSÃO	134
REFERÊNCIAS	138
APÊNDICES (A - B)	
ANEXOS(A - D)	

1 INTRODUÇÃO

Os problemas ambientais vêm sendo discutidos por ambientalistas e estudiosos de todo o Planeta, por meio dos movimentos que se consolidaram em prol da preservação ambiental. Dentro do contexto contemporâneo, surge concomitantemente aos avanços tecnológicos, a preocupação com uma estratégia para auxiliar na luta pela preservação do meio ambiente, a educação ambiental - EA, um campo de atividade e de saberes que vem tentando trazer para o contexto mundial uma forma de discutir as mais diversas questões e problemas relacionados à sociedade, à educação e ao meio ambiente.

Por ser a educação ambiental considerada um importante instrumento da política pública, justifica-se o seu estudo, pois esse instrumento propicia aos indivíduos ou grupos uma forma de compreender criticamente o meio ambiente, despertando nos mesmos o desenvolvimento de atitudes e valores que venham a auxiliar na transformação do seu território. O trabalho de educação ambiental é considerado mais efetivo quando possibilita aos indivíduos ou grupos perceberem-se como parte da sociedade buscando atuar e participar dos processos de decisão.

Quando se deseja trabalhar com educação ambiental é fundamental a identificação da percepção ambiental que o indivíduo ou grupo tem do espaço. Aliada a educação ambiental, a percepção que o indivíduo tem do ambiente pode contribuir para compreensão dos problemas ambientais podendo influenciar no maior envolvimento e participação dos indivíduos ou grupos.

O desenvolvimento de Programas de Educação Ambiental – PEA em unidades de conservação – UC no estado da Bahia, serviu como base empírica para esse estudo. Os PEA podem se constituir num instrumento necessário à gestão do território com o envolvimento e participação social das comunidades locais durante as fases de implementação.

No caso das políticas ambientais em unidades de conservação, as questões da participação da comunidade em PEA costumam ser discutidas,

mas na prática, a realidade desses PEA parece apontar para outra direção, não demonstrando resultados efetivos. O presente estudo busca interpretar e problematizar a questão da implementação de PEA em unidades de conservação, considerando como área de estudo a APA Joanes-Ipitanga, situada na Região Metropolitana de Salvador, buscando analisar e avaliar os fatores que impedem ou auxiliam o desenvolvimento dos mesmos.

A APA – Área de Proteção Ambiental foi criada pela Lei Federal n. 6.902, de 27 de abril de 1981, é, também, um dos instrumentos preconizados pela Política Nacional de Meio Ambiente (Lei n. 6.938/81), tendo como principal objetivo, compatibilizar o desenvolvimento socioeconômico com a preservação do meio ambiente, tentando conter o impacto ambiental das atividades humanas nos ecossistemas, promovendo relações sustentáveis entre populações locais e a natureza (BRASIL, 1981).

A Lei Federal n. 9.985/2000 - Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, divide as unidades de conservação em dois grandes grupos: proteção integral e uso sustentável e cada um deles possui diversas categorias de unidade¹ (BRASIL, 2000). A APA se caracteriza por ser uma UC de uso direto que implica no controle sobre o uso dos recursos naturais disponíveis, e na compatibilização dos interesses da ocupação humana com a conservação do ambiente, assegurando a sustentabilidade.

A consolidação de uma APA requer a adoção de estratégias que possibilitem às comunidades adquirir novos comportamentos e atitudes para que possam enfrentar os problemas ambientais mais complexos e serem estimulados a participar ativamente e com responsabilidade, enquanto cidadãos (SOUTO, 2003).

As inquietações que fundamentam esse estudo têm como motivação pessoal, as vivências da autora dessa dissertação no processo de

¹ Para um detalhamento sobre APA e suas diversas categorias, ver SNUC (Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000) - Capítulo III, artigos 7º ao 21º.

desenvolvimento de alguns PEA implementados nessa APA, no período de 2003 a 2007, enquanto técnica do órgão gestor.

Instigada pela experiência de ter sido integrante do processo de implementação do PEA para Formação do Conselho Gestor da referida APA que tinha como meta a participação e envolvimento dos indivíduos ou grupos nas questões referentes à gestão daquele território, além da inquietação de saber o quanto o trabalho desenvolvido pelo grupo tinha sido efetivo. Surge então o questionamento central que norteou a pesquisa:

- Os PEA implementados na APA Joanes-Ipitanga contribuíram na formação de uma consciência local mais crítica quanto às questões ambientais, aguçando no indivíduo e na coletividade uma maior percepção ambiental e participação social?

Essa questão compõe o problema dessa dissertação que tem como objeto de estudo a educação ambiental – EA que será analisada por meio de três PEA implementados na área de proteção ambiental - APA Joanes-Ipitanga: O Programa de Educação Ambiental para Formação do Conselho Gestor – SEMA/SENAI (2003-2005), abrangendo os 8 municípios da APA; o Programa de Educação Ambiental para Formação de Vigilantes Ambientais da Caraiba Metais (2001-2005) nas comunidades de Leandrinho - Dias D'Ávila e Lamarão - São Sebastião do Passé e o Programa de Educação Ambiental para Formação de Multiplicadores Ambientais do Vale de Itamboatá da ONG Terra Mirim (2007-2008) em Simões Filho.

Estabeleceu-se, portanto, como objetivo geral dessa dissertação:

- Analisar os PEA implementados na APA Joanes-Ipitanga quanto aos aspectos da educação ambiental, da percepção ambiental e da participação social.

Como objetivos específicos buscou-se:

- a) analisar a percepção ambiental dos atores envolvidos direta ou indiretamente nos PEA quanto as questões referentes à APA Joanes-Ipitanga;

- b) verificar se os PEA implementados na APA Joanes-Ipitanga incentivaram a participação social;
- c) analisar se as atividades desenvolvidas nos PEA auxiliaram na construção de conhecimentos relacionados à temática ambiental e ao desenvolvimento da cidadania.

Essa dissertação está estruturada em 4 capítulos, incluindo esse capítulo introdutório. O referencial teórico que apoiou a investigação acerca dos conceitos de educação ambiental, percepção ambiental e participação social são discutidos no **capítulo 2**: Educação Ambiental e Programas de Educação Ambiental – que apresenta uma contextualização histórica acerca do tema, com destaque para as diferentes correntes de pensamento sobre educação ambiental.

Ainda no **capítulo 2** estudou-se a: Percepção Ambiental – que apresenta conceitos sobre percepção ambiental e sua importância para a formatação de programas de educação ambiental; e a Participação Social – que discorre sobre a participação social nos fóruns de discussão e em programas de educação ambiental.

No **capítulo 3** apresentam-se os procedimentos metodológicos adotados na investigação e a caracterização da área de estudo. No **capítulo 4** encontra-se a análise dos dados e a descrição dos Programas de Educação Ambiental estudados, a análise das entrevistas e a discussão e interpretação dos dados coletados. Finalizando, a conclusão no **capítulo 5**, revela os principais achados da pesquisa e suas limitações, abrindo caminhos para novos estudos.

A consciência ecológica levanta-nos um problema de uma profundidade e de uma vastidão extraordinárias. Temos de defrontar ao mesmo tempo o problema da vida no Planeta Terra, o problema da sociedade moderna e o problema do destino do homem [...]. [...] Na aurora do terceiro milênio, é preciso compreender que revolucionar, desenvolver, inventar, sobreviver, viver, morrer, anda tudo inseparavelmente ligado.

Edgar Morin

2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL, PERCEPÇÃO AMBIENTAL E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

2.1 EDUCAÇÃO AMBIENTAL: CONCEITOS E EVOLUÇÃO

O efeito das ações antrópicas sobre o meio ambiente, na contemporaneidade, estimulou a necessidade de mudança na forma de pensar e agir sobre a natureza que tem no próprio homem o seu principal agente transformador.

Segundo Zucchi (2002), torna-se necessário um entendimento acerca da relação sistêmica e integrada do meio ambiente para que não seja desconsiderado o fato de que cada unidade pode desempenhar sua própria função, assim como contribuir para o funcionamento e manutenção das demais relações do homem com o meio.

Como ser social e histórico, o ser humano busca satisfazer suas necessidades e por isso ele trabalha, transformando a natureza e produzindo conhecimento. A maneira como o ser humano interage com a natureza reflete o nível sistemático das suas apreensões e a forma como ele tem aplicado os conhecimentos adquiridos.

Considera-se que a educação é uma prática social, na qual se busca o aprimoramento humano naquilo que pode ser apreendido e recriado a partir dos diferentes saberes existentes em uma cultura e de acordo com as necessidades e exigências de uma sociedade. A educação é um processo que precisa ser construído aos poucos, de forma lenta, de modo que, não raro, a obtenção dos resultados se torne perceptível gradativamente.

A educação estimula no indivíduo a constante interação social, como uma prática cotidiana, construindo e reproduzindo seus valores culturais. Considera-se, então, a educação não como meramente uma reprodutora de um padrão social vigente, mas como uma atividade reflexiva sobre mudanças

que visem alterar esses padrões e contribuam para a sua efetiva transformação social (LOUREIRO; AZAZIEL; FRANCA, 2003).

A educação antes de ser um procedimento formal de escolarização, é um processo livre que influencia pessoas e grupos a coexistirem sob interesses comuns e, por meio de tais interesses procurarem maneiras para recriar aquilo que lhes é comum, seja como trabalho ou estilo de vida, em uma sociedade, num grupo ou classe social. A educação, partindo da dimensão apontada por Dayrell (1996), ocorre em diferentes espaços e situações sociais, num misto de diversas experiências, relações e atividades, onde os limites estão fixados pela estrutura material e simbólica da sociedade, em determinado momento histórico. Nesse amplo contexto, estão incluídas também as instituições (família, escola, igreja, dentre outros), assim como as ações do cotidiano difuso do trabalho, do bairro, do lazer, etc.

É possível vislumbrar diferentes espaços em que pode ocorrer o processo educativo, além das instituições públicas ou privadas de ensino como as escolas e universidades. Também, pode ocorrer por iniciativas diversas como empresas privadas, cooperativas, associações de moradores e das organizações não-governamentais – ONG.

Na educação não se pode estabelecer o senso comum de que a maioria dos indivíduos possuem pouco conhecimento, sem a necessária consciência e competência para se posicionar. Faz-se necessário que os sujeitos do conhecimento assumam uma relação dialógica, entre si, ou seja, ter o entendimento de que não se pode pensar pelo outro, para o outro e sem o outro. A educação é feita com o outro e tem como identidade a individualidade que deve ser respeitada no processo de questionamento dos comportamentos e da realidade em que se atua (LOUREIRO, 2004).

2.1.1 Educação Ambiental: Concepções, Práticas e Trajetória

A educação ambiental é considerada por Reigota (2004) e Guimarães (2000) como uma educação política, no sentido de que ela reivindica e prepara

os cidadãos para exigir justiça social, cidadania nacional e planetária, autogestão e ética nas relações sociais e com a natureza. Para os autores a EA visa não só a utilização racional dos recursos naturais, como também a participação dos cidadãos nas discussões e decisões acerca das questões ambientais. Nessa concepção, a EA procura promover e mediar às intervenções já estabelecidas entre sociedade e natureza de modo a ampliar a compreensão acerca dos problemas e conflitos ambientais.

A educação ambiental surge como uma nova dimensão didático-pedagógica que busca atuar como elemento de transformação das relações entre o ser humano e o ambiente, contribuindo para a construção da cidadania, autonomia e da melhoria da qualidade de vida. A construção dessa cidadania é pontuada por muitos autores como Loureiro (2003, 2004), Layrargues (2004) Guimarães (2000), Reigota (2006), entre outros e também foi elucidado tantas vezes por Paulo Freire em algumas de suas obras onde retrata aspectos da educação emancipatória (FREIRE, 1992, 2004, 2006).

A questão a que se propõe no momento não é mais a premissa de que a educação ambiental tornou-se indispensável, mas sim, num tipo de educação ambiental que seja realmente capaz de estimular uma mudança de valores e comportamentos (NASCIMENTO, 2000).

A expressão educação ambiental surge em 1965, durante a Conferência em Educação promovida pela Universidade de Keele, na Grã-Bretanha. Como deliberação dessa Conferência, decidiu-se que a educação ambiental deveria se tornar uma parte essencial da educação de todos os cidadãos (DIAS, 2000).

É importante destacar que de sua origem até os dias atuais, vários encontros e conferências ocorreram, merecendo destaque especial o Encontro Internacional sobre Educação Ambiental, realizado em Belgrado, Iugoslávia, em 1975, com a presença de especialistas de 65 países. Nesse Encontro, ficou definido que a educação ambiental deve ser um processo que tenha como principal objetivo a formação de uma população mundial consciente e preocupada com o ambiente e com os problemas a ele relacionados. Uma

população que construa, de forma conjunta, novos conhecimentos, adquira novas competências, enriqueça o estado de espírito, desenvolva novas motivações, assim como possa estimular o desenvolvimento do sentido de participação social e de engajamento, levando os sujeitos dessa educação a trabalhar, individual e coletivamente, no intuito de resolver os problemas atuais e tentar evitar a reincidência dos mesmos (UNESCO, 1997).

A necessidade do desenvolvimento de educação ambiental em todos os países vinculados a ONU também foi um dos temas de discussão desse seminário. Naquele momento, a principal preocupação era a divulgação da importância de se criar uma política de educação ambiental a nível regional e internacional (TOZONI-REIS, 2004).

O resultado desse Encontro foi a “Carta de Belgrado”, um dos documentos mais importantes da época, o qual enfatizou que a utilização dos recursos do mundo deveria beneficiar toda a humanidade visando à promoção da qualidade de vida. Esse documento de caráter individual e pessoal objetivou uma educação ambiental que viesse a construir conhecimentos, habilidades e atitudes, além da capacidade de avaliação e participação no âmbito formal e não formal (DIAS, 2003; TOZONI-REIS, 2004).

A UNESCO, com a colaboração do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), ampliou a discussão sobre tais aspectos ao promover a primeira Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, realizada em Tbilisi, na Geórgia, em 1977, na qual se definiu como função da EA, a criação de uma consciência e compreensão dos problemas ambientais estimulando comportamentos e atitudes positivas. Os principais pontos enfocados, foram: os problemas ambientais da sociedade contemporânea; a educação como contribuição na resolução dos problemas ambientais; as atividades implementadas em nível nacional e internacional com vistas ao desenvolvimento da EA e uma estratégia para sua implementação (UNESCO, 1997).

Essa Conferência reuniu orientações fundamentais a serem incorporadas ao marco teórico da EA, sendo, também, um ponto de partida para que muitos países elaborassem suas estratégias para se trabalhar com a educação ambiental e instituíssem suas políticas públicas. Esses encontros e conferências propiciaram algumas mudanças no cenário mundial, os problemas ambientais começaram a ser analisados e a educação ambiental passou a fazer parte das discussões.

No Brasil, o evento que mais se destacou foi a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio – 92, realizada no Rio de Janeiro em 1992. No campo da EA, esse evento teve como base referencial o documento de Tbilisi e deu um destaque especial à elaboração do capítulo 36 sobre a educação ambiental na Agenda 21 (ONU/UNESCO, 1992).

Como resultado desse grande evento pode-se destacar três eixos centrais para a EA na Agenda 21, quais sejam: a reorientação do ensino para o desenvolvimento sustentável; o aumento da consciência pública; e, o incentivo ao treinamento. A integração entre desenvolvimento e ambiente foi considerada como princípio básico e diretor da educação, como, também, da educação ambiental. Por meio dessas diretrizes, foi proposta a reorientação do ensino formal e não formal, a qual visava a modificação de atitudes e comportamentos e a aquisição de novos conhecimentos e valores. Um aspecto importante nesse documento, baseado nos princípios da Conferência de Tbilisi, é a integração de disciplinas de forma multi e interdisciplinar (TOZONI-REIS, 2004).

Outro documento relevante desse mesmo evento é o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global². Esse documento foi elaborado por pessoas de vários países do mundo e publicado durante a Rio-92. Destaca-se que o referido documento tornou-se uma referência para a educação ambiental por tratar das posições não-governamentais, ou seja, posições da sociedade civil organizada e entidades

² Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho das Organizações Não-Governamentais, reunido para este fim, no Rio de Janeiro, de 3 a 14 de junho de 1992.
Disponível em: www.ufpa.br/npadc/gpeea/DocsEA/Tratado EA.pdf

ambientalistas que reconhece a educação como direito dos cidadãos, elucidando o caráter transformador da educação e convocando as populações a assumirem suas responsabilidades em relação ao meio ambiente de forma individual e coletiva (TOZONI-REIS, 2004).

Torna-se importante lembrar que a educação ambiental trabalha a afirmação de que os recursos naturais são bens que pertencem a todos, onde a coletividade é levada a mudanças de postura, fortalecendo a sua relação com o meio ambiente, sob o ponto de vista do interesse coletivo. A EA apresenta-se como um instrumento que busca despertar no indivíduo e na coletividade à preocupação com as questões ambientais e a motivação para ação (SATO, 2002).

As diferentes concepções de educação ambiental estão sustentadas em concepções de meio ambiente. Portanto, é importante conceituar meio ambiente antes de adentrar na discussão das concepções sobre educação ambiental.

Observa-se que meio ambiente não envolve um conceito rígido, pronto e acabado, tem sido estabelecido como um ponto de vista que evolui com o tempo e seus significados dependem do grupo social no qual ele é utilizado. Ao se tratar das questões relacionadas à qualidade de vida das pessoas, é preciso que se trabalhe com uma visão de cada grupo social em relação ao significado do termo e de como este grupo se relaciona com o ambiente em que se encontra inserido.

Com base na Lei n. 6.938/81 - Lei da Política Nacional de Meio Ambiente, o meio ambiente se constitui em um conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, permitindo o abrigo de diferentes formas de vida (BRASIL, 1981). Esse conceito não reflete os aspectos sociais onde o homem está inserido.

Segundo Moscovici (1976), meio ambiente é visto como uma representação social, ou seja, é o senso comum que se tem sobre um

determinado tema, incluindo neste contexto os preceitos, as ideologias e as características específicas das atividades cotidianas das pessoas, sejam elas de caráter profissional, familiar ou social. Já para Guimarães (2005), o conceito de meio ambiente é enunciado como meio biótico e abiótico em relações de interdependência. Para a obtenção da qualidade ambiental, essas relações devem acontecer em um estado de equilíbrio que propicie o desenvolvimento e a plenitude das diferentes formas de vida, aí incluída, a intrínseca qualidade de vida e a diversidade cultural dos seres humanos.

Percebe-se a existência de uma convergência de idéias entre as concepções apresentadas: todas fazem alusão a seres vivos, referindo-se ao ser humano como componente do ambiente. No entanto, está ausente a interação com a sociedade.

É em Reigota (2006, p. 21), portanto, que se encontra a definição de meio ambiente considerada mais adequada ao estudo proposto:

Lugar determinado e/ou percebido, onde estão em relação dinâmica e em constante interação os aspectos naturais e sociais. Essas relações acarretam processos de criação cultural e tecnológica, e processos históricos e políticos de transformação da natureza e da sociedade.

As definições de meio ambiente variam muito a depender da vertente teórica do autor, o que dá suporte para confirmar o meio ambiente como uma representação social. Com base no pressuposto de que a EA tem sido realizada a partir da concepção de ambiente, o autor pontua que existe a necessidade urgente de mudança de mentalidade em relação aos modelos de desenvolvimento e ainda faz algumas críticas em relação a educação: “as concepções educacionais vigentes não dão conta da complexidade do cotidiano que vivemos neste final de século” (REIGOTA, 2006, p. 60).

O caráter interdisciplinar da EA se apresenta como uma vantagem, pois indica a necessidade de inclusão de diversos conhecimentos para o seu enriquecimento, não se fixando apenas nas concepções ecológicas.

Loureiro (2002) concorda com o pressuposto que concebe a educação ambiental como:

Uma práxis educativa e social que tem por finalidade a construção de valores, conceitos, habilidades e atitudes que possibilitem o entendimento da realidade de vida e a atuação lúcida e responsável dos valores sociais individuais e coletivos no ambiente (LOUREIRO, 2002, p. 69).

Medina (1997) pontua, ainda, que educação ambiental é um processo que consiste em preparar as pessoas para uma compreensão crítica e global do ambiente, estimulando o desenvolvimento de atitudes e valores que lhes permitam adotar uma posição consciente e participativa a respeito das questões relacionadas à conservação e à adequada utilização dos recursos naturais, para a melhoria da qualidade de vida.

A prática da educação ambiental com o propósito de auxiliar os indivíduos e a coletividade quanto à percepção da importância do ambiente e no reconhecimento da responsabilidade de suas ações torna-se necessária e urgente com o intuito de sensibilizá-los e ajudá-los na busca da resolução dos problemas advindos da destruição dos recursos naturais (SEARA FILHO, 1997).

As mudanças de comportamentos e atitudes e a adoção de uma nova postura relacional entre homem e meio tornam-se condição importante para a real transformação do quadro da crise ambiental que emerge na contemporaneidade. Torna-se relevante destacar que a educação ambiental, por definição, é um elemento estratégico para a formação de uma ampla consciência crítica, seja nas relações sociais, ou seja, nas relações de produção que situam a inserção humana na natureza (LOUREIRO, 2003).

Tal consciência é entendida por Freire (2004; 2006), como uma ação que implica no movimento dialógico entre o desvelamento crítico da realidade e a ação social transformadora, segundo o princípio de que os seres humanos se educam reciprocamente e são mediados pelo mundo.

Nas reflexões feitas por Morin (2005), o conhecimento do mundo tornou-se, dentro do contexto contemporâneo, uma necessidade ao mesmo tempo intelectual e vital. Torna-se assertivo caracterizá-lo como um problema universal que atinge a todo cidadão do mundo globalizado. Para tanto, é necessário a promoção de uma reforma no pensamento da humanidade, cuja prioridade esteja voltada para o desenvolvimento do conhecimento e para a instrumentação para a compreensão acerca da complexidade dos conceitos, tornando-os aptos à contextualização desses conhecimentos.

Sob essa perspectiva, a EA se constitui em um processo de formação e informação que estimula os indivíduos à compreensão da sociedade e da natureza complexa do meio ambiente e a sua interdependência com os demais elementos que a compõe. É um processo dinâmico, uma vez que seus objetivos são alcançados através da ação integrada de todos os atores envolvidos (sociedade civil e poder público), que juntos deverão identificar os problemas, os conflitos que emergem das interações sociais para buscarem alternativas para a sua equacionalização, através do estabelecimento de parcerias que levem à gestão compartilhada.

Observa-se que alguns autores baseiam-se no pressuposto da UNESCO de que a EA é uma reivindicação legítima e um processo contínuo de aprendizagem para o exercício da cidadania, esta deve capacitar o cidadão para uma leitura crítica da realidade e para uma participação consciente dentro do *lócus* no qual está inserido, ou seja, dentro do seu espaço social (PEDRINI, 1997).

A educação ambiental, segundo Loureiro (2004), não atua somente no plano das idéias ou no plano da transmissão de informações, atua, principalmente, no plano da existência em que o processo de conscientização se caracteriza pela ação com conhecimento, pela liberdade de escolha e, por se ter compromisso com o outro e com a vida. Nesse sentido, a EA se constitui numa função social desafiadora, ou seja, por meio da incorporação da dimensão ambiental não apenas na educação, mas em todo o contexto social da gestão (LOUREIRO, 2004).

Essa sintonia também considerada por Layrargues (2004), ainda não é contemplada, cabendo ressaltar que, historicamente, as relações sociais no ambiente se dão com diferentes implicações de apropriação dos recursos, de direitos, de expressão cultural, dentre outros. Isso revela o aparecimento de novos termos que, incorporados à preocupação ambiental, contribuem para demarcar campos distintos de compreensão acerca da sustentabilidade do planeta. A perspectiva de mudança das relações do indivíduo e da coletividade com o meio ambiente é uma premissa que será sempre perseguida pelos educadores ambientais.

Ao se trabalhar com educação ambiental, constata-se que independente da missão que um determinado Programa de EA proponha, a participação do cidadão no processo é uma premissa essencial para que as metas estipuladas possam ser atingidas, considerando os conflitos locais. Esse poder do cidadão relacionado à educação foi defendido na obra e no pensamento de Freire (2004), quando o mesmo pregava uma educação politizada, emancipatória e libertadora. Na educação ambiental não seria diferente, o que se busca é oferecer caminhos para que os indivíduos ou grupos possam se libertar, ou seja, atingir a emancipação ao reconhecer o seu potencial de participação e de controle social num exercício de sua cidadania.

Para Bauman (2000), a promoção da cidadania está vinculada à participação, tornando-se instrumento para construção do sentido de responsabilidade e de pertencimento de um determinado grupo, de uma determinada classe social. Isso conduz à percepção de que a participação é inerente ao processo da educação, pois possibilita o desenvolvimento da capacidade dos indivíduos ou grupos de serem cidadãos responsáveis por suas ações.

Ademais, o desafio que se coloca para a educação no enfrentamento da crise ambiental, não é uma tarefa simples, principalmente, quando envolve o processo de gestão. Para tanto, faz-se necessário a implementação de mudanças nos processos já estabelecidos, numa tentativa de trazer a EA para a educação formal de forma efetiva, com respeito à transversalidade.

Em termos oficiais e de destaque para o conjunto da sociedade, a EA aparece na Constituição Federal de 1988, Capítulo VI, sobre meio ambiente, que no seu artigo 225, parágrafo 1º, inciso VI, estabelece que compete ao Poder Público a promoção da educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente (BRASIL,1988).

A partir de 1994, com o lançamento do Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA), em convênio entre o Ministério da Educação (MEC) e o Ministério do Meio Ambiente (MMA), e interveniência do Ministério da Cultura e do Ministério da Ciência e Tecnologia, se percebe a intenção de consolidar a Educação Ambiental como política pública (BRASIL, 2005). O PRONEA constitui-se em um documento de grande relevância, não somente por ser o primeiro programa nacional, mas, também, por ser um reconhecimento por parte do MEC de que era um tema institucional e politicamente marginal até então.

Com esse pensamento, o MEC, em 1997, elaborou os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) onde o tema Meio Ambiente é apresentado como sendo um estudo articulado e transversal às diversas áreas de conhecimento, impregnando a prática educativa e permitindo que se crie uma visão global e abrangente da questão ambiental a partir de projetos pedagógicos definidos (BRASIL,1997).

Segundo os PCN, aEA formal é a educação que se desenvolve no contexto escolar, ou seja, desde a educação infantil ao ensino superior. É ressaltado nessa Lei que a EA não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino, mas deve possuir um caráter interdisciplinar (BRASIL, 1997).

A Lei n. 9.795/99, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental - PNEA, em seu artigo 2º, reforça que a EA é um componente permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em

caráter formal (nas instituições formais de ensino) e não-formal (nos espaços não formais). No artigo 3º, a referida Lei afirma que é responsabilidade do Poder Público, nos termos dos artigos 205 e 225 da Constituição Federal (BRASIL, 1988), definir políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental, além de promover a EA em todos os níveis de ensino e o engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente (BRASIL, 1999).

Para que isso aconteça é necessário que se mantenha uma atenção permanente aos problemas sociais, à formação de valores, atitudes e habilidades que propiciem a atuação individual e coletiva voltada para a prevenção, para a identificação e para a solução de problemas ambientais. A transversalidade do tema na educação formal é um componente obrigatório, conforme disposto nessa Lei.

Na sociedade atual, observa-se que o educador assume um papel de mediador dos conhecimentos adquiridos pelo educando, ao tempo em que lhe apresenta novos. A EA, por sua vez, apresenta um papel cada vez mais desafiador, pois além de motivar e sensibilizar os indivíduos para a utilização das diversas formas de conhecimento o habilita, conscientemente, para o desenvolvimento de novas práticas sociais. Nesse sentido, a EA assume cada vez mais uma função transformadora na qual a co-responsabilidade dos indivíduos é primordial para incentivar o desenvolvimento local (JACOBI, 2003).

Para que seja possível debater estes desafios, faz-se necessário o enfrentamento de uma longa trajetória com avanços e/ou recuos, com vistas a realizar as respectivas descobertas, tornando-se possível o desenvolvimento de um olhar crítico sobre as diferentes possibilidades para a superação das crises, etapas fundamentais para a construção da EA (AZEVEDO, 2008).

No Brasil, o processo de Educação Ambiental aconteceu mais tarde que em alguns países da Europa. Apesar da existência de registros de projetos e programas desde a década de 1970, efetivamente, foi em meados da década

de 1980 que este processo começou a ganhar dimensões públicas de maior relevância.

É a partir de 1980 que começa a se configurar uma vertente transformadora da EA, fato este que, de acordo com Loureiro (2004), ocorreu devido à aproximação dos educadores as instituições públicas de educação, junto aos movimentos ambientalistas e a educação popular com foco na transformação da sociedade e nos vários questionamentos sobre os padrões industriais e de consumo. No Brasil, essa nova visão da educação vem romper com o pensamento tecnicista, difusora e repassadora de conhecimentos. Sob essa perspectiva, a educação passa a ser convocada a assumir a mediação na construção social.

A maior influência para esse novo contexto de EA encontra-se como já mencionado anteriormente, na pedagogia de Freire, ou seja, as pedagogias libertárias e emancipatórias, que tem como base a formação de sujeitos sociais emancipados, autores de sua própria história.

Segundo Carvalho (2004), algumas diferentes abordagens e práticas de EA vêm acontecendo: EA popular, crítica, política, transformadora, comunitária, formal, não formal, para o DS (Desenvolvimento Sustentável), conservacionista, socioambiental, ao ar livre, para soluções de problemas e tantas outras. Esses aspectos podem ser observados nas obras de autores como Sorrentino (2002), Sauvé (2002), Gaudiano (2002 e 2006), entre outros que se dedicam a problematizar as diferenças que marcam este instrumento de gestão segundo suas várias tipologias.

Pode-se destacar a abordagem da EA crítica referida por Carvalho (2004, p.18) que “tem suas raízes nos ideais democráticos do pensamento crítico aplicado   educa o”. No Brasil, esses ideais foram constitutivos da educa o popular que rompe com uma visão de educa o tecnicista, difusora e repassadora de conhecimentos, convocando a educa o a assumir a media o na constru o social de conhecimentos implicados na vida dos sujeitos.

A EA crítica procura contribuir para a mudança de valores e atitudes, objetivando a formação de um indivíduo que respeite o meio ambiente e sua coletividade, indivíduos capazes de identificar os problemas em seu meio social e agir em busca da solução visando à melhoria da sua comunidade e a minimização dos possíveis impactos ambientais negativos.

Carvalho (2004, p.19), ainda, ressalta que:

[...] a EA crítica afirma uma ética ambiental, balizadora das decisões sociais e reorientadora dos estilos de vida coletivos e individuais. Numa EA crítica, a prática educativa é a formação do sujeito humano enquanto ser individual e social, historicamente situado.

Para se trabalhar essa abordagem, as metodologias recomendadas são as de cunho participativo, pois a participação é um processo que gera interação entre diferentes sujeitos quanto ao destino individual e coletivo, promovendo a cidadania.

Loureiro (2004) enfatiza, que a EA transformadora procura a realização humana em sociedade. Por ser um processo permanente, cotidiano e coletivo pelo qual se age e reflete, transformando a realidade de vida. Esse mesmo autor mostra que, a EA transformadora busca redefinir o modo de relacionamento dos seres humanos com as demais espécies e com o planeta e, por fim o autor acrescenta que esta EA baseia-se no princípio de que as certezas são relativas, na crítica e autocrítica constante e na ação política como forma de se estabelecer movimentos de transformação social que possibilitem o estabelecimento de uma nova forma de lidar com a natureza e com a sociedade.

Segundo Quintas, Gomes e Uema (2006), o processo de educação ambiental é considerado eficaz quando possibilita ao indivíduo ou grupo perceber-se como ser social, cidadãos capazes de compreender as relações ser humano e natureza, comprometido com as questões ambientais locais e globais, aptos para agir em prol da prevenção dos riscos e danos ambientais

causados ao meio ambiente, como determina a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei n. 9.795/99).

O desafio implícito por este instrumento tão necessário e tão comentado entre os ambientalistas e instituições, leva os educadores sensíveis à questão ambiental a um consenso de que a EA atua como fonte de conhecimento, aplica e divulga os valores que são vivenciados, compartilhados e adaptados ao meio em que se está inserido, buscando mudanças de atitudes e valores, uma nova forma de olhar o ambiente. É importante analisar se o modelo de educação ambiental que vem sendo teorizado, praticado e institucionalizado, especialmente em Unidades de Conservação - UC, busca aproximar os problemas sociais dos problemas ambientais, ou, se os distancia.

Para que isso ocorra é necessário que se perceba o significado que este ambiente produz em cada indivíduo ou grupo por meio da percepção ambiental, ou seja, a atividade mental onde o sujeito interage com o ambiente e toma consciência do mesmo. Saber como os sujeitos percebem o ambiente, no qual estão inseridos, e quais as suas impressões, satisfações e/ou insatisfações, o que eles desejam mudar ou não é de fundamental importância.

A percepção ambiental que cada indivíduo ou grupo tem sobre as questões ambientais e sobre a participação social, auxiliam na implementação de programas de educação ambiental com bases locais, partindo da realidade vivenciada e identificada pelo olhar do próprio público alvo. O sentimento de pertencimento e valorização individual, desperta nesses atores sociais o desejo que os motiva a participar mais, contribuir e compartilhar atuando como multiplicadores.

Conforme enfatizado por Loureiro (2006) e, também, por Sato e Carvalho (2005), a lição que fica para todos os educadores ambientais é a de saber atuar com senso crítico e apaixonar-se pela vida e pelo que se acredita, além, é claro, de se dispor a aprender sempre, mudar individualmente e de forma articulada na maneira de agir politicamente e coletivamente para

transformar as condições históricas e estruturais as quais a humanidade tem vivenciado, na atualidade.

A educação ambiental aqui ensejada é a que denota a vertente transformadora, a educação para formação de cidadãos críticos, comprometidos, conscientes e participativos. Uma EA que cumpra o papel de motivar, estimular e sensibilizar os indivíduos para uma mudança de postura, atitudes e valores em relação ao meio ambiente e que exerça o importante papel de despertar a consciência, a percepção ambiental e a participação social na atuação coletiva dos processos de decisão.

Desse modo, considerando as reflexões dos autores pesquisados, pode-se observar que as diversas teorias e contextualizações analisadas sobre como se trabalhar com a EA, configura-se uma proposição de EA que busca, por meio da participação política dos indivíduos, a construção de significativos elementos para apoiá-los na transformação de seu meio social. Contudo, para que isso ocorra, torna-se necessário uma percepção e apropriação crítica sobre os problemas ambientais que os cerca e possa levá-los a uma relação de harmonia com o meio ambiente.

2.1.2 Programas de Educação Ambiental - PEA

Para que se tenha uma melhor compreensão da função social dos PEA como instrumento da EA dentro de uma comunidade ou Área de Preservação Ambiental, aportou-se de Amorim (2005) uma concepção semelhante com as reflexões empreendidas nesse estudo. Para esse autor, os PEA possibilitam a constituição de sujeitos críticos, autônomos, participativos que possam ir ao encontro de várias intenções dos movimentos ambientalistas e, de modo especial, daqueles que trabalham os espaços não institucionalizados.

Para a viabilização das ações de EA, as instituições financeiras, por sua vez, começaram a exigir a implementação de PEA e outras ações ambientais para a aprovação de créditos. Referidas exigências estão baseadas em

acordos internacionais de aplicação no Brasil, sobretudo do Protocolo de Kyoto, Agenda 21, Convenção sobre a Diversidade Biológica, dentre outros.

Não é somente a consciência sócio-ambiental que está motivando as instituições financeiras, com a evolução da legislação ambiental. O passivo ambiental das empresas começou a dar indícios de preocupação, facultando assim a necessidade de criação de alternativas para mitigação dos danos causados. As instituições financeiras oficiais possuem um papel fundamental no cumprimento da política ambiental, uma vez que podem atuar de forma preventiva em todo o processo de implementação do PEA.

Observa-se que, desde a sua concepção, no plano político e social, o desenvolvimento de Programas de Educação Ambiental passou a ser um instrumento utilizado como uma importante estratégia para mobilização e sensibilização do indivíduo e da coletividade para atuarem de forma crítica no controle social e na melhoria de sua comunidade. É importante que seja garantida a participação dos diferentes atores sociais envolvidos em todas as etapas do processo de implementação de um PEA.

Portanto, dentro das suas estruturas orgânicas, os PEA objetivam proporcionar os meios instrumentais para a produção e aquisição de conhecimentos e habilidades. De modo geral, por meio das atividades promovidas em seus espaços de socialização, os PEA, também, contribuem para o desenvolvimento de atitudes, visando à participação individual e coletiva na gestão do uso sustentável e na conservação dos recursos ambientais.

Segundo a Política Nacional de EA, o programa de educação ambiental deverá ser elaborado de acordo com os princípios básicos da educação ambiental definidos no artigo 4º da Lei n. 9795/99 (BRASIL, 1999). Para idealização de um Programa de Educação Ambiental é importante também que se considere como base de apoio, além dos pressupostos indicados pela Lei, as finalidades, objetivos e princípios da EA acordados na Conferência de Tbilisi (1977) que se tornou um marco referencial para implementação de tais políticas.

O PEA, segundo as orientações pedagógicas, oriundas da Conferência de Tbilisi, deverá reafirmar o papel estratégico das instituições proponentes e da participação coletiva em relação a preservação dos recursos naturais. Como já enfatizado, o processo de EA se torna relevante na medida em que possibilita ao indivíduo perceber-se como sujeito social capaz de compreender a complexidade da relação sociedade-natureza, além de fortalecê-lo socialmente, deixando-o apto para participar, efetivamente, dos processos decisórios que envolvem o seu meio.

Tomando como referência que a EA promove nos sujeitos ambientais a construção de uma percepção crítica sobre os problemas ambientais, de modo a levá-los a uma relação de harmonia com o meio ambiente, torna-se pertinente considerar que os PEA, geralmente, buscam contemplar ações definidas em conjunto com a população envolvida, proporcionando condições para que essas pessoas ou grupos possam participar de forma ativa na prevenção dos possíveis riscos e danos socioambientais do seu território.

Para que o processo de EA se torne efetivo, possibilitando ao indivíduo a capacidade de compreender a relação do homem com o seu meio social e o meio ambiente, faz-se necessário, segundo recomendações da Conferência de Tbilisi que os PEA se voltem para:

- ajudar a compreender com clareza a existência e importância da interdependência econômica, social, política e ecológica local;
- proporcionar a todos os indivíduos a possibilidade de aquisição de conhecimentos, o sentido dos valores, atitudes, habilidades e interesse pelas questões ambientais;
- recomendar aos indivíduos e grupos sociais uma nova forma de conduta em relação ao meio ambiente (UNESCO, 1997, p. 109).

Para que o PEA seja estruturado e cumpra a sua finalidade, definida na Lei n. 9.795/99 faz-se necessário que a promoção das suas ações esteja em sintonia com as necessidades da área a ser trabalhada. Isso, quando levado em conta a importância do fortalecimento da cidadania, por meio da aquisição

de novos conhecimentos que os torne capazes de agir por conta própria defendendo o seu *habitat* e promovendo a participação nos processos de decisão.

Um PEA poderá ser estruturado a partir de etapas metodológicas bem definidas, ou seja, partir de uma etapa inicial que contemple um diagnóstico participativo com o objetivo de identificar os atores sociais envolvidos e as demandas socioambientais existentes na região. As etapas posteriores, por sua vez, podem ser construídas em conjunto com a comunidade a partir dos resultados do diagnóstico participativo, que reflete as demandas priorizadas pela comunidade em foco.

Não existe uma receita pronta para se trabalhar um PEA em grupos sociais distintos. Para que se possa trabalhar a questão ambiental no processo ensino-aprendizagem faz-se necessário que se considere as características específicas de cada grupo, seus saberes, desejos, particularidades e peculiaridades.

Segundo Morin (2005, p.35):

[...] para articular e organizar os conhecimentos, e assim reconhecer e conhecer os problemas do mundo é necessária a reforma do pensamento. Entretanto, esta reforma é paradigmática e não programática: é a questão fundamental da educação, já que se refere à nossa aptidão para organizar o conhecimento.

O autor enfatiza, ainda, que para o conhecimento tornar-se pertinente é preciso que a educação o torne verdadeiro, (ação-reflexão-ação), por meio da prática e da dialogicidade, com ações bem pontuadas, evidentes e claras, que possibilitem ao sujeito do conhecimento, munir-se de condições para enfrentar a própria complexidade do saber que poderá, dentro do programa, ser avaliado *a posteriori* (MORIN, 2005).

Por isso é que, ao se conceber um PEA torna-se importante seguir as orientações estabelecidas na Lei e mais, levar em conta a contextualização do lugar, as condições físicas e a situação sócio-econômica onde o programa será

aplicado. A construção em conjunto com os grupos sociais comprometidos e envolvidos, a partir de suas prioridades e potencialidades ambientais facilita o processo de implementação e continuidade do PEA. Nesse contexto, a avaliação de um PEA, em cada uma das suas fases, contribui para que se tenha uma visão geral do programa, possibilitando assim a identificação de possíveis falhas no processo que possam facultar em possíveis mudanças e/ou ajustes no mesmo.

2.1.3 Avaliação de Programas de Educação Ambiental

A avaliação de Programas de Educação Ambiental se baseia nos princípios e valores que guiam a EA e nos princípios que guiam a investigação educativa (MAYER, 1998). A EA não pode ser avaliada de forma tradicional, devem ser considerado todos os pontos de vista, no sentido de contemplar todas as demandas existentes. Além dos aspectos sociais e históricos, os aspectos econômicos e culturais também precisam ser levados em conta ao se conceber um PEA.

Segundo Depresbiteris (2006, p. 532):

Antes de efetuar qualquer avaliação em educação ambiental é preciso recorrer a diferentes olhares na análise dos problemas, concretizados nas diversas dimensões do conhecimento humano: ecologia, psicologia, educação, antropologia, sociologia, entre outras.

A percepção e análise da problemática local, facilitará as formas de avaliação de um PEA. Considerando esse enfoque, a avaliação qualitativa é a mais se adéqua à educação ambiental, devendo ser sistêmica, processual, formativa, progressiva além de flexível; é necessário que possua um caráter permanente que valoriza tanto os processos como os resultados (REBOUÇAS, 2005).

Os autores pesquisados até aqui, observam que na avaliação, é importante que sejam bem escolhidos os instrumentos que serão utilizados. Pádua, Tabanez e Souza (1999), alertam para o fato de que tais instrumentos

devem estar diretamente relacionadas aos problemas, aos objetivos e ao público envolvido no Programa para facilitar sua análise.

O tipo de avaliação que fornece informações e interpretações permite que os processos sejam mais bem compreendidos para que possam ser aperfeiçoados. Nesse caso, as chances são maiores e mais eficazes do que aquelas que adotam um caráter quantitativo e legitimador, que podem revelar muito pouco sobre a aprendizagem dos sujeitos (PARDO DIAZ, 2002).

No caso da EA, a avaliação torna-se um processo longo e difícil devido ao caráter subjetivo das questões que a permeiam. Como podemos avaliar o grau de cidadania obtido? Ou ainda, como avaliar se houve mudanças de atitudes e valores dos sujeitos em relação ao trato com o meio ambiente? Como reconhecer as repercussões causadas por determinada atividade de educação ambiental em uma comunidade? São inúmeros questionamentos, mas, é certo que a avaliação deva ocorrer ao longo de todo processo de implementação de um PEA, devendo ser participativa e contínua (TOMAZELLO e FERREIRA, 1995).

Outrossim, torna-se relevante que sejam observados os processos e produtos gerados numa educação ambiental que tenha o seu foco centrado na mudança de comportamentos e de atitudes. A avaliação de um processo formal ou não, precisa considerar elementos como a capacidade de aplicação individual e coletiva dos conhecimentos construídos, o nível de sensibilização para os temas tratados, assim como a capacidade de intervenção ativa sobre o contexto de vida.

Avaliar um programa educativo, segundo Mayer (1998), é algo muito mais complexo que medir se um conhecimento tem sido adquirido ou não. Portanto, faz-se necessário não apenas avaliar, como também superar a visão simplista de avaliação, entendendo que não se avalia com o único objetivo de propor mudanças, pois nem sempre mudança significa melhoria.

Decerto, os resultados da avaliação de um PEA devem sinalizar, por meio da compreensão, da reflexão e do diálogo entre seus atores os elementos

que consistiriam na autêntica melhoria do programa (TOMAZELLO e FERREIRA, 1995; ANADÓN, 2003).

Observa-se, que a avaliação de PEA enfrenta dificuldades devido à abrangência dos temas trabalhados e dos objetivos propostos, pois educar ambientalmente é educar a partir da concepção de uma realidade complexa. Alguns autores concordam que a avaliação dos Programas de Educação Ambiental tem um papel importante e fundamental para o desenvolvimento de instrumentos adequados de avaliação. Em suas análises, Pedrini (1997, p. 100), afirma que:

A constatação da ausência de qualquer tipo de avaliação é demais preocupante, pois desconhecendo a eficácia ou eficiência de nossas ações a curto, médio ou longo prazos não podemos proceder a eventuais correções ou ajustes do nosso processo de construção e difusão do conhecimento gerado e da aquisição de novos hábitos por parte dos capacitados.

O processo de avaliação e o acompanhamento das ações devem ser constantes, pois dessa forma permitirão verificar se as mesmas estão atingindo efetivamente os objetivos e as metas propostas, de forma a gerar mudanças de estratégias no percurso, quando necessário.

A possibilidade de sucesso ou de fracasso em relação aos resultados esperados pela implementação de um projeto pode ser sinalizada por elementos concretos - os indicadores - que podem ser definidos, segundo Loureiro (2003), como construções teóricas capazes de propiciar uma melhor compreensão da realidade.

Portanto, pode-se assegurar que a participação da comunidade nesse processo é essencial, o trabalho em equipe pode garantir maior rigor no processo avaliativo. A avaliação permite uma maior percepção sobre o PEA e uma compreensão e reflexão das informações selecionadas, ampliando assim, a produção de conhecimentos e a possibilidade de traçar novas metas e rumos para o seu aperfeiçoamento.

2.2 PERCEPÇÃO AMBIENTAL E A APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO

Quando se pretende trabalhar em determinada comunidade é fundamental identificar qual a percepção ambiental que a mesma tem do espaço. O processo inicial de mobilização, de sensibilização e de conhecimento envolve toda a comunidade.

O conhecimento da percepção ambiental de uma comunidade quando aliada à educação ambiental pode auxiliar na compreensão dos problemas ambientais e, conseqüentemente, provocar um maior envolvimento e participação das pessoas em relação ao meio ambiente.

A maneira como cada indivíduo percebe, reage e responde de forma diferenciada às ações sobre o meio em que está inserido sugere a necessidade de um estudo de percepção ambiental que, segundo Palma (2005), auxilia na compreensão das interrelações entre o homem e o ambiente, suas expectativas, satisfações ou insatisfações, necessidades, julgamentos e condutas.

Assim, a forma como o indivíduo percebe o seu ambiente influencia em suas condutas para cuidá-lo e protegê-lo. A percepção ambiental serve, então, de estrutura inicial para a criação de estratégias com vistas à promoção de soluções para as questões relacionadas ao meio ambiente, levando os indivíduos a repensar suas atitudes e valores em relação ao mundo enquanto espaço de convivência (OLIVEIRA, 2005).

Portanto, o estudo da percepção ambiental pode contribuir para a promoção de uma melhor utilização dos recursos ambientais possibilitará uma relação harmônica dos conhecimentos locais, do interior (ponto de vista de um indivíduo, uma coletividade, ou mesmo de uma população no seu conjunto), com os conhecimentos do exterior (abordagem científica tradicional), enquanto instrumento educativo e agente de transformação (FIORI, 2002).

Como já mencionado, a percepção ambiental pode ser entendida como um processo participativo que envolve uma série de fatores sensoriais que são subjetivos e estão ligados a valores culturais. A participação, segundo Del Rio e Oliveira (1999), supõe uma capacidade de gerar informação crítica sobre o cotidiano e a percepção ambiental pode gerar neste indivíduo a capacidade e interesse de atuar e inferir quando necessário.

A educação ambiental auxilia na preparação dos indivíduos a serem capazes de perceber o ambiente em que está inserido, com o olhar crítico necessário para possibilitar a seleção de alternativas de ação, capacidade indispensável ao exercício da cidadania (DEL RIO; OLIVEIRA, 1999).

Segundo esses autores, a educação e percepção ambiental despontam como armas na defesa do meio natural, e ajuda a reaproximar o homem da natureza, o que pode contribuir para a construção de um futuro com mais qualidade de vida para todos, já que desperta uma maior responsabilidade e respeito dos indivíduos ou grupos em relação ao meio ambiente.

A formação da noção de espaço ocorre desde o nascimento do indivíduo, processa-se a partir de sua forma física que é percebida determinantemente pela visão, e é um anseio essencial e universal que se traduz em uma construção permanente, realizada por meio de sucessivas apreensões dos lugares.

Esse espaço é por excelência um espaço para o exercício do direito à cidadania, é um espaço que se vive cada dia, onde é criada uma identidade, uma imagem, que fica gravada na memória de cada indivíduo. A imagem que se tem do espaço é importante para que se defina a relação, a percepção que cada indivíduo tem com o seu meio ambiente (LYNCH, 1997).

A construção de uma imagem ambiental é fruto da percepção e da cognição, ou seja é um processo bilateral entre o indivíduo e o seu meio, onde lhe é atribuído valores de forma subjetiva e particular. O meio ambiente influencia os indivíduos ou grupos de tal forma que ao absorver todas as

informações relacionadas com este ambiente, eles podem resgatar imagens e memórias que se transformam em uma conexão entre eles e o meio em que estão inseridos e desejam preservar (DEL RIO e OLIVEIRA, 1999).

Tuan (1980), em sua obra *Topofilia*, ressalta que alguns sentidos são mais utilizados pelos seres humanos na percepção ambiental, dentre eles, destaca-se a visão como o sentido mais aguçado. O homem depende mais da visão do que dos outros 4 sentidos para analisar e repensar o ambiente em que vive. Segundo o autor existem diversas maneiras de perceber o meio ambiente com todas as suas composições e de se construir a realidade através de experiências únicas. Ao entrar em contato com o meio ambiente, os indivíduos fazem uso dos cinco sentidos em um processo associado com os mecanismos cognitivos, ou seja, cada indivíduo percebe, imagina, reage e responde diferentemente frente às ações sobre o meio.

Os sentidos são de fundamental importância para o processo de percepção, pois por meio deles os indivíduos são capazes de sentir o ambiente como um todo. Associando a esses sentidos, os processos de formação mental, os processos cognitivos, além de uma série de simbolismos como as vivências e experiências individuais, que podem estar relacionados em cada grupo social, influenciam no processo perceptivo.

Numa abordagem atual de cognição, acata-se a definição proposta por Fritjof Capra (2002, p.211), que diz que “as interações de um sistema vivo com o meio ambiente são interações cognitivas e o próprio processo da vida é um processo de cognição”, definição esta também sugerida por Cullen (1996).

No processo cognitivo estão envolvidos a percepção, a emoção e o comportamento e é no domínio humano que se incluem a linguagem, o pensamento conceitual e todos os atributos da consciência humana. A interação com o meio proporciona ao ser humano experimentar sensações que são transmitidas pelos estímulos sensoriais, os quais são tratados e registrados em seu nível cognitivo, dando uma compreensão do ambiente e formando uma cognição ambiental (CASTELLO, 1998).

Oliveira (1977) afirma que é apenas na percepção que se iniciam os processos cognitivos, porque a partir de então ocorre a reprodução intelectual da realidade. Para que o processo perceptivo se torne efetivo é necessário que haja um interesse pelo objeto de percepção. Para que isto ocorra, este interesse pode estar pautado em conhecimentos ou vivências anteriores, sua ética, sua cultura ou sua própria postura perante o mundo, fato este que faz com que cada indivíduo possa ter uma percepção diferente de um mesmo objeto.

Cullen (1996), em sua obra *Paisagem Urbana*, reforçando as observações de Tuan (1980), ressalta também que o primeiro aspecto a ser considerado sobre a abordagem da percepção está prioritariamente ligado ao sentido da visão, pois é através do olhar que todo o processo de apreensão do meio se inicia. A visão é enfocada devido ao seu enorme poder de provocar sensações que podem remeter a experiências vivenciadas e emoções prévias adivindas de memórias que acontecem instantaneamente (CULLEN, 1996).

Quanto mais o indivíduo se envolve, permanece e se apropria do ambiente, maior é a sua percepção do local. Essa premissa é elucidada pelo arquiteto Lynch (1997) que em sua obra *A Imagem da Cidade*, relata que “o organismo humano é altamente adaptável e flexível, e grupos diferentes podem ter imagens essencialmente diferentes da mesma realidade exterior” (LYNCH, 1997, p. 149). Bodgan e Bliklen (1982, p. 25), evidenciam este fato e relatam que:

A mente humana é altamente seletiva ao olhar para um mesmo objeto ou situação, duas pessoas enxergam diferentes coisas. O que cada pessoa seleciona para ver depende muito de sua história pessoal e principalmente de sua bagagem cultural.

Segundo Ferrara (1990), são as vivências e experiências pessoais e sociais que conferem valor e qualidade às formas visíveis. Assim, numa mesma paisagem, diferentes observadores encontrarão material de percepção adaptado ao seu modo individual de olhar o mundo.

A percepção ambiental é um importante campo de pesquisa para que se possa entender as inter-relações entre o homem e o meio ambiente. Vários autores como Tuan (1980, 1983), Ferrara (1999), Castelo (1986, 1998), Lynch (1997), Korlsdorf (1996, 1997, 1998), Del Rio e Oliveira (1999), entre outros, têm abordado este tema o que possibilita o aprofundamento do mesmo, podendo ser incorporado para auxiliar os diversos processos de planejamento e programas de educação ambiental.

Para Dallacorte (2003), pesquisar qual a relação entre a percepção das pessoas e o seu meio ambiente e como essas experiências e a cultura individual afetam esta percepção é possível e importante para implementação de Programas diversos.

Hall (1989, p.49), discorrendo sobre uma dimensão oculta existente no espaço das relações humanas, indica que, “a fim de compreender o homem precisamos saber algo da natureza de seus sistemas receptores e de como as informações recebidas através desses receptores são modificadas pela cultura”. São esses mecanismos que servem de canais de entrada e saída das emoções corporais nos espaços em que o homem situa, reagindo favorável e desfavoravelmente aos estímulos e as sensações.

A percepção ambiental pode revelar um conteúdo manifesto de experiências vividas em relação aos impactos ambientais. Sendo assim, os resultados de uma investigação da percepção ambiental possibilita o levantamento do conhecimento dos valores e significados de determinada região no contexto técnico e humano. Dessa forma, o estudo da percepção ambiental é de fundamental importância para a compreensão das inter-relações entre o homem e o ambiente, suas expectativas, anseios, satisfações e insatisfações, julgamentos e condutas.

Por meio da percepção ambiental são estabelecidas as relações de afetividade do indivíduo para com o ambiente e a formação desses laços afetivos positivos pode modificar os valores ambientais e importâncias diferenciadas para os elementos da natureza. Os estudos de percepção

ambiental são essenciais para se conhecer o perfil ambiental dos indivíduos e referenciar Programas de Educação Ambiental em unidades de conservação por exemplo. No entanto, não se pode deixar de considerar o dinamismo das relações do ser humano com a natureza, com sua contextualização histórica e conflitos sociais existentes que fazem com que essa percepção não permaneça estática, seja mutável de acordo com as situações vivenciadas.

O dicionário de filosofia nos informa três significados para percepção, ou seja: qualquer atividade apta a conhecer em geral; o ato ou a função apta a conhecer, a qual está presente em um objeto real; e por fim, designa uma operação determinada do homem em suas relações com o meio ambiente (ABAGNANO,1962).

Esta última asserção é a que mais se aproxima da definição de Gibson (1966), que entende a percepção como um processo mental de interação do indivíduo com o meio ambiente, que se dá por meio de mecanismos perceptivos propriamente ditos e, principalmente, cognitivos. Os primeiros são dirigidos pelos estímulos externos, captados por meio dos cinco sentidos, onde a visão é o que mais se destaca.

Para Ferrara (1999), a percepção ambiental é definida como a operação que expõe a lógica da linguagem, que organiza os signos expressivos dos usos e hábitos de um lugar. É uma explicitação da imagem de um lugar, veiculada nos signos que uma comunidade constrói em torno de si. A linguagem ambiental e a percepção que dela têm os usuários de um local têm sua existência identificada pela observação que capta e registra as imagens e faz as referências devidas.

A percepção é uma forma básica de reflexo do mundo material na construção humana. Segundo Kohlsdorf (1998), a análise de percepção mostra como os lugares podem ser percebidos a partir de um processo construído por meio das referências apreendidas. Ou seja, o processo de percepção não apenas seleciona informações do meio ambiente, mas as transforma, de categorias desordenadas em estruturas com significado próprio.

Para Okamoto (1996), as sensações perante um determinado ambiente são selecionadas a princípio sem que se tenha consciência disto. A partir daí a mente diante dos inúmeros estímulos, seleciona os aspectos que suscitam maior interesse e só a partir daí é que ocorre a percepção, ou seja, a imagem do objeto, então o indivíduo toma consciência e isto resulta em uma resposta condizente a um determinado comportamento.

Para melhor entender a situação imposta nessas concepções é preciso compreender que a percepção não é simplesmente reflexo daquilo que é percebido. Como comentado anteriormente e reafirmado por Morin (2005), o que ocorre é um complexo processo perceptivo que envolve uma codificação e tradução de estímulos que vão determinar uma representação do que se percebe.

Na verdade, o cérebro estrutura e organiza representações para produzir a realidade. Os estímulos que determinam o que se percebe acontecem de forma individual, ou seja o que se percebe pode ter vários significados, a depender de quem os vivencia e de como a realidade é concebida.

São muitos os fatores que influenciam a percepção, entre eles, os valores têm um papel importante, pois são formulados a partir de vários fatores subjetivos, ou seja, o modo como cada sujeito construiu seus valores ao longo de toda a sua caminhada e experiências de vida formam conjuntos de valores que contribuem na percepção pessoal.

Segundo Lynch (1997), a percepção faz parte de um processo complexo onde a memória é um elemento essencial em que a legibilidade e a orientação são os elementos que servem de base para a constituição da imagem que cada indivíduo pode construir. O autor indica que esse processo é pautado na idéia de que a legibilidade e a orientação são os pilares onde se assenta a constituição da imagem que cada indivíduo pode construir, podendo então definir a identidade, a estrutura e os significados de cada elemento do meio ambiente onde se está inserido, entende que a imagem é produto de sensações imediatas e da memória de experiências anteriores.

Portanto, a sensibilização que geralmente acontece nos Programas de Educação Ambiental é essencial, pois este processo fornecerá os elementos necessários para que haja uma interpretação da realidade e, conseqüentemente, a construção de imagens mentais individuais que possam auxiliar no processo de reconstrução e valorização do local. Assim pode-se perceber os elementos que compõem o meio ambiente e decodificá-los referenciando-os com experiências vivenciadas.

É necessário que seja analisada a estrutura da imagem formada para se identificar os pontos marcantes. Cullen (1996) ressalta que a incorporação da experiência pessoal favorece a própria análise, passando a se integrar à dinâmica do processo criativo. O autor enfatiza ainda que “a percepção da visão não é simplesmente uma fotografia, mas um processo de relacionamento do observador seja ele habitante ou não, com cada lugar” (CULLEN, 1996, p. 14).

A Figura 1 mostra como a mente humana organiza e representa a realidade percebida por meio de esquema teórico do processo perceptivo e imagens mentais:

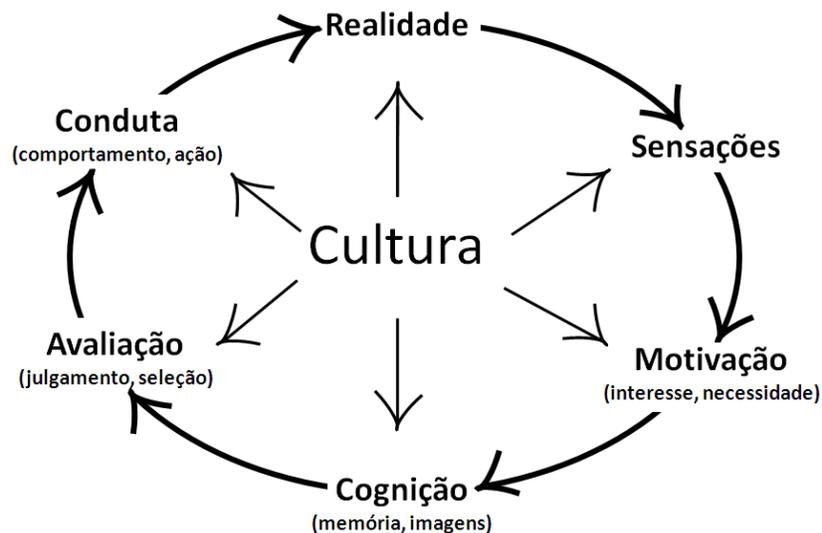


Figura 1: Esquema teórico do processo perceptivo
Adaptado de DEL RIO e OLIVEIRA (1999, p.3).

A percepção apresenta-se como um processo ativo da mente juntamente com os sentidos, ou seja, há uma contribuição da inteligência no processo perceptivo, que é motivada pelos valores culturais, éticos, morais e expectativas daqueles que o percebem.

As obras de Lynch (1997) e Cullen (1996) foram as pioneiras em encorajar o desenvolvimento de metodologias projetuais com base em estudos de percepção ambiental. Ambos admitiam que os atributos do meio ambiente — natural ou construído — influenciam o processo perceptivo da população, particularmente, o visual, o que possibilita o reconhecimento de qualidades ambientais e a formação de imagens compartilhadas pela população. Enquanto os estudos influenciados por Lynch (1997), por exemplo, procuram responder a ideais qualitativos, tais como legibilidade, orientabilidade e identidade, aqueles influenciados por Cullen (1996), buscam sensações visuais e topológicas.

Para Castello (1998, p.4), o desenvolvimento de estudos e pesquisas em percepção ambiental se “fundamenta no entendimento de que a vivência dos seres humanos com o seu ambiente está instruída pela percepção”. As pessoas costumam processar em suas mentes o que é percebido por meio das sensações, o que os faz compreender o ambiente que o cerca.

Assim sendo, a percepção ambiental é fundamental para que se possa compreender melhor as inter-relações entre o homem e o ambiente no qual está inserido, as suas expectativas, satisfações e insatisfações, seus valores, condutas e também como cada indivíduo percebe, reage e responde diferentemente frente às ações sobre o meio ambiente (FERRARA, 1999).

A percepção ambiental busca não apenas o entendimento do que o indivíduo percebe, mas também auxilia na sensibilização do indivíduo ou grupo, bem como no desenvolvimento da compreensão e do conhecimento daquele ambiente ao seu redor.

Dessa forma, os valores, os significados, as sensações, a memória e o componente afetivo são aspectos que podem auxiliar na construção e

avaliação dos Programas de Educação Ambiental, apontando caminhos, buscando soluções e indicando algumas alternativas viáveis para o desenvolvimento de ações em prol do meio ambiente.

Compreender toda a problemática existente, identificando os diversos conflitos e as variáveis envolvidas, por meio da percepção ambiental, pode configurar uma nova dimensão, representar uma nova direção, um caminho que possa levar a construção de um trabalho de educação ambiental mais coerente com as aspirações e necessidades prementes de um determinado território.

2.3 PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Nas profusas discussões acerca dos modelos de democracias existentes no mundo há consenso que a igualdade de direitos garantida para todos os cidadãos pressupõe, obrigatoriamente, a abertura para uma ampla e irrestrita participação desses cidadãos nas instâncias de decisão.

O novo século carrega uma bandeira política dirigida para um modelo mais democrático de gestão que garanta a participação social ampliada. Muitos países foram reformulando suas leis a fim de garantir esse direito.

No Brasil não foi diferente. Na década de oitenta, período pós-ditadura, as novas leis aqui surgidas traziam no seu bojo a participação social como instrumento imprescindível para o exercício da cidadania e do controle social. Um exemplo emblemático na esfera ambiental é a Política Nacional de Meio Ambiente - PNMA que prevê a participação da sociedade em alguns processos decisórios. Essa premissa se repete em diversas outras leis ambientais a partir de então, a exemplo da Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei n. 9.433/97), Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC (Lei n. 9.698/00), dentre outras (BRASIL, 1997; 2000).

Segundo Castello *et al.* (2006), as teorias atuais, voltadas para a elucidação teórica e empírica do aprofundamento da democracia, têm

investido suas energias, principalmente, em três enfoques: na participação da população, na sociedade civil e nas inovações institucionais que, promovidas pelo mundo afora, visam acolher diversas formas de participação, em arcabouços institucionais de desenho e execução de políticas públicas. Assim, as inovações institucionais são pensadas, normalmente, a partir das perspectivas analíticas da participação e da sociedade civil.

O conceito de participação está associado à democracia deliberativa e à existência de uma esfera pública, sendo entendido como parte do vínculo histórico da democracia com a criação de novos direitos. As diferentes composições das sociedades modernas nos diversos países influem diretamente sobre o padrão de participação social e da própria cidadania.

Segundo Sawaia (2002), ao se discutir participação, se está tomando um posicionando sobre concepções referentes à sociedade, à cidadania, à ética e à justiça, além da educação popular e dos movimentos sociais, da desigualdade e da exclusão social. Caso isso não ocorra, fica-se questionando sobre pontos acessórios, como as discussões referentes ao fato da participação ser coletiva ou individual e ainda se o caráter social é definido pela quantidade, sem atacar a sua questão central, que precisa estar pautada na ética e na política.

Por outro lado, a participação social em si requer princípios para o desenvolvimento da legitimidade democrática: a igualdade e o pluralismo políticos, a deliberação e a solidariedade. Assim, apesar de alguns avanços, a participação social cidadã associada a um projeto de ampliação da esfera pública dependeria da capacidade de cada sociedade para ampliar a institucionalidade pública e para fortalecer a comunidade cívica (JACOBI, 2005).

Para alguns autores, a abordagem sobre a participação e inclusão das minorias excluídas nos processos decisórios tem seu foco nos movimentos

sociais³ como a fonte de institucionalização da diversidade cultural e oposição ao pensamento hegemônico de democracia.

Segundo a teoria dos movimentos sociais, a política envolve uma disputa sobre um conjunto de significações culturais. Isso leva a uma ampliação do campo do político no qual ocorreria uma disputa pela re-significação de práticas. Os movimentos sociais estariam inseridos em movimentos pela ampliação do político, pela transformação de práticas dominantes, pelo aumento da cidadania e pela inserção na política de atores sociais excluídos (GONH, 1995; ALVAREZ *et al*, 1998; SAWAIA, 2002; SANTOS; AVRITZER, 2003). Nas palavras de Gohn (1995, p.44), os movimentos sociais são definidos como:

[...] ações coletivas de caráter sóciopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de: conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo.

Nessa mesma direção alguns autores relacionam a prática da participação e o exercício da cidadania como elementos estratégicos na compreensão da formação de novas identidades no contexto social, assim como da emergência de novas ações coletivas e de aprendizagem política numa perspectiva emancipatória (SCHERER-WARREN, 2002).

Percebe-se nas últimas décadas um aumento exponencial de instâncias participativas no Brasil, relacionadas à construção e/ou monitorização de políticas públicas, à gestão ambiental e, principalmente, dedicadas à legitimação de programas governamentais como resposta à exigência dos organismos internacionais de financiamento desses projetos. No entanto, é importante contextualizar este cenário com um olhar crítico, questionando o modo e a qualidade da participação.

³ Sobre a teoria dos movimentos sociais, ver SANTOS e AVRITZER (2003).

Para que a participação social torne-se um elemento fundamental para sedimentar a democracia no seu sentido mais amplo é preciso contextualizá-la num cenário globalizado e capitalista onde o pensamento neoliberal ainda exerce supremacia sobre a integridade do Estado e, portanto, das políticas públicas. Neste cenário, muitos exemplos de participação e controle social que são considerados legítimos podem estar imersos e mesmo cooptados por um sistema maior capitalista neoliberal que domina o mundo atual.

Diversos setores organizados da sociedade civil foram sendo neutralizados em sua capacidade de produzir e expandir o espaço dos direitos no País e grande número de ONG passou a substituir o seu envolvimento em lutas sociais por atividades de prestação de serviços. Tecnologias de formação de consenso são, então, formuladas de modo a caracterizar todo litígio como problema a ser eliminado. E todo conflito remanescente tenderá, conseqüentemente, a ser visto como resultante da carência de capacitação para o consenso e não como expressão de diferenças reais entre atores e projetos sociais a serem trabalhados no espaço público (ACSERALD, 2000).

Nesse sentido, Acserald (2001) aponta que o Brasil vem sendo imerso crescentemente no modelo que Rancière (*apud* ACSERALD, 2001) chamou de “pós-democracia consensual”, caracterizado pelo encobrimento dos litígios, pelo “desaparecimento da política” e pela designação de certos segmentos sociais como aptos à negociação com o Estado na condição de “parceiros”. Os conselhos tornam-se cada vez mais “participativos” em sua composição, ao mesmo tempo em que se tornam menos decisórios em sua pauta e mais passíveis de apropriação por uma política espetáculo. A vontade de indiferenciação social interna aos espaços de “parceria” tende assim a favorecer o desenvolvimento de uma democracia imagética.

Nesse cenário de distorções entre ideologia e prática é que se alojam as ambiguidades e vulnerabilidades da participação. Mesmo quando se consegue implantar práticas básicas de participação, existe o perigo da perversão e de cooptação pela democracia de baixa intensidade – perversão

dos objetivos de inclusão social e reconhecimento da diversidade por parte dos interesses hegemônicos, visando legitimar a exclusão e a repressão da diferença; burocratização da participação, re-introdução do clientelismo sob novas formas, instrumentalização partidária e a manipulação das instituições participativas (SÁ; SANTOS, 2004).

Esse tipo de alerta é feito também por Santos e Avritzer (2003) na avaliação dos processos de intensificação democrática, predominantemente nos países do Sul, os quais tendem a ser fortemente contestados pelas elites excludentes. Por combaterem interesses dessas elites e concepções hegemônicas de democracia liberal, esses processos são geralmente combatidos frontalmente ou descaracterizados por via de cooptação ou da integração.

Demo (2001) traz uma reflexão sobre a concessão de participação que hoje se vê nas políticas governamentais por todo País e destaca o valor e potencial de um outro modelo visto em alguns movimentos sociais atuantes no Brasil que ele chamou de participação “conquistada”, de onde se estabelece um ambiente fértil para o surgimento de políticas locais. Esse espaço de participação “conquistada” surge como a tradução prática do pensamento contra-hegemônico, independente de condições estabelecidas ou concessões dos governos vigentes. Dessa maneira, novas formas de participação e de interlocução entre governantes e governados vão sendo estabelecidas, ensejando a abertura de novos caminhos para a democracia de um País.

A partir da experiência vivenciada com mobilização e participação no campo sócio ambiental, Sá e Santos (2004) acrescentam a esse debate a figura da territorialidade⁴ como mais um fator fundamental para o surgimento do elo de identidades comuns nesses movimentos espontâneos, pois é nela que se enraiza o profundo sentimento de pertencimento⁵ àquele local.

⁴ Sobre territorialidade, ver SANTOS e AVRITER (2003).

⁵ Sobre este tema, ver artigo de Lais Mourão Sá, Pertencimento. *In: Encontros e Caminhos*. DEA/MMA, 2005, p.247.

Sentir-se verdadeiramente parte integrante de um lugar, de um território de identidade, traduz, segundo as autoras, o sentimento de pertencimento tão necessário para deflagrar o exercício da cidadania e, naturalmente, da participação social. Perceber este lugar como próprio, como seu, catalisa a compreensão maior sobre o ambiente, suas inter-relações, necessidades e seu papel como cidadão dentro deste contexto.

Usando como referencial o pensamento de Santos e Avritzer (2003), Sá e Santos (2004) apontam um possível caminho para promover uma democracia de alta intensidade a partir da ampliação da participação de atores sociais de diversos tipos nos processos decisórios, especialmente, quanto aos potenciais da cultura local, mas também na complementaridade entre as escalas de representatividade e participação nos níveis local e nacional/global.

Para as autoras uma forma de articulação profunda entre a representatividade e a participação pode nascer do fortalecimento da democracia local, com a transferência de níveis decisórios para os contextos onde a renovação cultural possa dar ensejo a novos arranjos institucionais de alta intensidade (SÁ; SANTOS, 2004).

Sawaia (2002) desenvolve um instigante trabalho sobre subjetividade e a consolidação de processos emancipatórios, alertando sobre dois grandes riscos: o modismo conceitual que pode banalizar o contexto em pauta e a lógica dominante na sociedade atual, que tudo subordina aos interesses eminentemente econômicos, ou seja, ao que determina o mercado e o capital.

Segundo a autora, a partir da década de oitenta foi que a participação adquiriu um caráter mais subjetivo e menos estrutural, quando a objetividade e o coletivo cedem lugar à preocupação com a individualidade e a afetividade. Autonomia, emancipação e diversidade tornam-se os valores éticos mais aplaudidos em substituição à liberdade e igualdade. O espaço da participação social perde as fronteiras rígidas e a sua temporalidade deixa de ser

delimitada pelas ações políticas pontuais, tornando-se o tempo do cotidiano (SAWAIA, 2002).

Na busca de modelos mais democráticos de gestão governamental, um importante instrumento de gestão ambiental e a Educação Ambiental, atualmente considerado fundamental na preparação da sociedade para o enfrentamento da crise ambiental mundial e na resolução de conflitos.

Como já antes mencionado, esse instrumento foi apropriado por vários segmentos como Governos, Empresas e Organizações Não-Governamentais com o intuito de transformação de uma situação adversa a partir da participação dos atores sociais no exercício de sua cidadania.

A montagem de um novo pacto político, capaz de sustentar um modelo de desenvolvimento democrático é complexa. A qualidade de participação social na tomada de decisões deve ser garantida a fim de não limitá-la apenas à consulta pública e à informação.

Pelas dificuldades inerentes ao processo de democratização, alguns movimentos despontam paralelamente com uma nova roupagem política que busca conquistar uma participação e controle social ampliados. Movimentos esses que têm despertado a atenção de muitos setores inclusive o acadêmico e, principalmente o governamental.

As diferentes abordagens apresentadas acerca da discussão sobre democracia participativa no Brasil denotam o quão complexo é o seu cenário. É certo que existem potencialidades de avanço em alguns pontos, porém também é evidente a limitação do País em alguns aspectos. Para a sociedade cabe a responsabilidade e desafio de garantir seu espaço na construção das políticas públicas, na gestão do meio ambiente, reinventando os caminhos e assumindo o seu papel de controle social, conquistando a sua participação.

Uma comunidade carente ou desprovida de recursos econômicos, educacionais e sociais não significa a incapacidade de mobilização e organização social em busca da conquista de espaços de participação.

A participação é vastamente incentivada pelos governos como um dispositivo necessário para legitimação de seus programas e nesse bojo, diversas comunidades são mobilizadas a fim de instaurar conselhos e outros fóruns de decisão. No entanto, a participação aqui ensejada, que denote verdadeiramente um elo de conquista democrática, é aquela onde existe uma qualidade intrínseca desse comportamento nos indivíduos ou grupos enquanto integrantes dos espaços de decisão sejam eles na elaboração de uma política pública ou na decisão de uma questão comunitária local.

Os riscos de cooptação de comunidades carentes ou outras organizações sociais por parte de interesses escusos têm que estar pautados nas discussões e estratégias traçadas a fim de garantir a legitimidade das ações e escolhas dessas comunidades ou organizações sociais. Caso contrário, surge o risco do que acima foi descrito como uma “política espetáculo”.

A partir do ano dois mil, com a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, muitos espaços têm sido protegidos nas diversas modalidades de Unidades de Conservação - UC previstas na referida Lei. O que se previa no exercício desse novo instrumento de gestão territorial e ambiental era uma participação ampliada da sociedade durante todo o processo de criação da UC, principalmente das APA, no entanto, o que se observa, em registros e decretos de criação, são inúmeras UC sendo criadas em seus territórios sem a participação efetiva das comunidades locais nas etapas preditas.

Nestes casos, fica muito difícil um entendimento claro e posterior comprometimento por parte das comunidades locais no processo de gestão compartilhada de tais territórios.

Muitos conflitos são deflagrados a partir da instauração dessas UC sem consulta e participação prévia e os gestores governamentais não conseguem êxito em lidar com eles e evoluir para uma gestão eficaz de suas unidades de conservação. O processo costuma ficar estático, o que denota uma necessidade de mudança na forma de conduzir e gerir tais “processos participativos”.

Nesse estudo foram abordados os conceitos teóricos referentes a Educação ambiental, como instrumento auxiliar no processo de compreensão crítica do ambiente e no desenvolvimento de atitudes e valores se configurando numa mudança de postura em relação ao meio ambiente. Também foram abordados a Percepção Ambiental e a Participação Social, em aspectos como a tomada de consciência do ambiente, a visão crítica, a conduta na participação dos indivíduos ou grupos nos fóruns de decisão, a autonomia e o exercício da cidadania.

[...] o desafio da pesquisa leva naturalmente a organizar o trabalho de outra maneira, por que supõe outro tipo de dedicação, participação, presença ativa, tarefa individual e coletiva [...]. [...] este tipo de elaboração carece de clima, ambiente, apoios, estímulos, que implicam em etapas de maturação, idas e vindas, questionamentos de toda a sorte, calma para escrever e discutir [...].

Pedro Demo

3 METODOLOGIA

3.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O desenvolvimento do estudo se pautou na pesquisa qualitativa onde a produção do conhecimento segue regras das teorias da subjetividade, desenvolvida de acordo com a visão de Rey (1999). Nela a subjetividade é vista como uma organização de processos de sentido e de significações que surgem e se organizam de formas e níveis diferentes no indivíduo e em sua personalidade, contemplando também os espaços sociais em que este indivíduo atua.

Para responder a questão de pesquisa foram analisados três Programas de Educação Ambiental - PEA implementados na APA Joanes-Ipitanga:

- PEA 1 – Programa de Educação Ambiental para Formação do Conselho Gestor da SEMARH / SENAI – CETIND - 2002 à 2005.
- PEA 2 – Programa de Educação Ambiental para Formação de Vigilantes Ambientais da Caraiba Metais - 2001 à 2004.
- PEA 3 - Processo de Educação Ambiental no Vale de Itamboató da ONG Terra Mirim - 2007 à 2008.

O número de participantes, a carga horária e o mês/ano em que ocorreu a capacitação de cada PEA, além do foco/direcionamento do Programa, encontram-se sintetizados no quadro 1 abaixo:

Quadro 1: Número de participantes, carga horária e mês/ano em que ocorreu a capacitação de cada PEA e foco/direcionamento do Programa

PEA	Nº de participantes	Carga horária (h)	Foco	Período
1	30	48	Formação do Conselho Gestor	Set./2003
2	20	24	Formação de Vigilantes Ambientais	Jan./2001
3	20	24	Formação de Multiplicadores Ambientais	Fev./2007

Esses programas serão analisados a partir de três conceitos centrais: educação ambiental, percepção ambiental e participação social. Os conceitos centrais escolhidos são tratados como categorias de análise, fundamentais para responder a questão de pesquisa uma vez que traduzem o conceito teórico apontado acerca dos PEA e dos seus fundamentos. O quadro 2 abaixo sintetiza as categorias de análise:

Quadro 2: Síntese das categorias de análise

Categoria de Análise	Aspectos para análise
Educação Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • Processo de compreensão crítica e global do ambiente. • Desenvolvimento de atitudes e valores. • Mudança de postura em relação ao meio ambiente.
Percepção Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • Tomada de consciência do ambiente. • Compreensão do ambiente e seus problemas. • Interpretação. • Visão crítica. • Repensar valores e atitudes em relação ao mundo.
Participação Social	<ul style="list-style-type: none"> • Conduta na participação nas reuniões de Conselho Gestor. • Participação efetiva nos PEA, exercício de cidadania. • A participação nos processos de decisão e o interesse coletivo. • Envolvimento com as questões ambientais referentes à APA. • Autonomia e sentimento de pertencimento.

3.2 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

A área escolhida para esse estudo foi a APA Joanes-Ipitandga por ser uma região de belas paisagens, ainda com alguns remanescentes da Mata Atlântica e uma grande abundância de rios e mangues que abrigam espécies da fauna e da flora de grande importância ambiental para o equilíbrio ecológico da região. As comunidades que residem no interior dessa APA são principalmente urbanas e vivem basicamente dos serviços de comércio e

indústrias existentes na região. A figuras 2 retrata um dos atributos paisagísticos da região:

Figura 2: Represa Joanes I – Camaçari e Lauro de Freitas



Fonte: SEMARH, 2006

3.2.1 A APA Joanes-Ipitanga

Dentre as unidades de conservação - UC, as áreas de proteção ambiental – APA estão entre as que mais vêm sendo implementadas no estado da Bahia nos últimos anos. Esse mecanismo para preservação dos recursos ambientais tornou-se o principal instrumento utilizado pelo governo, pois este tipo de unidade de conservação permite que outras atividades sejam implantadas, respeitando os limites, zoneamento e plano de manejo.

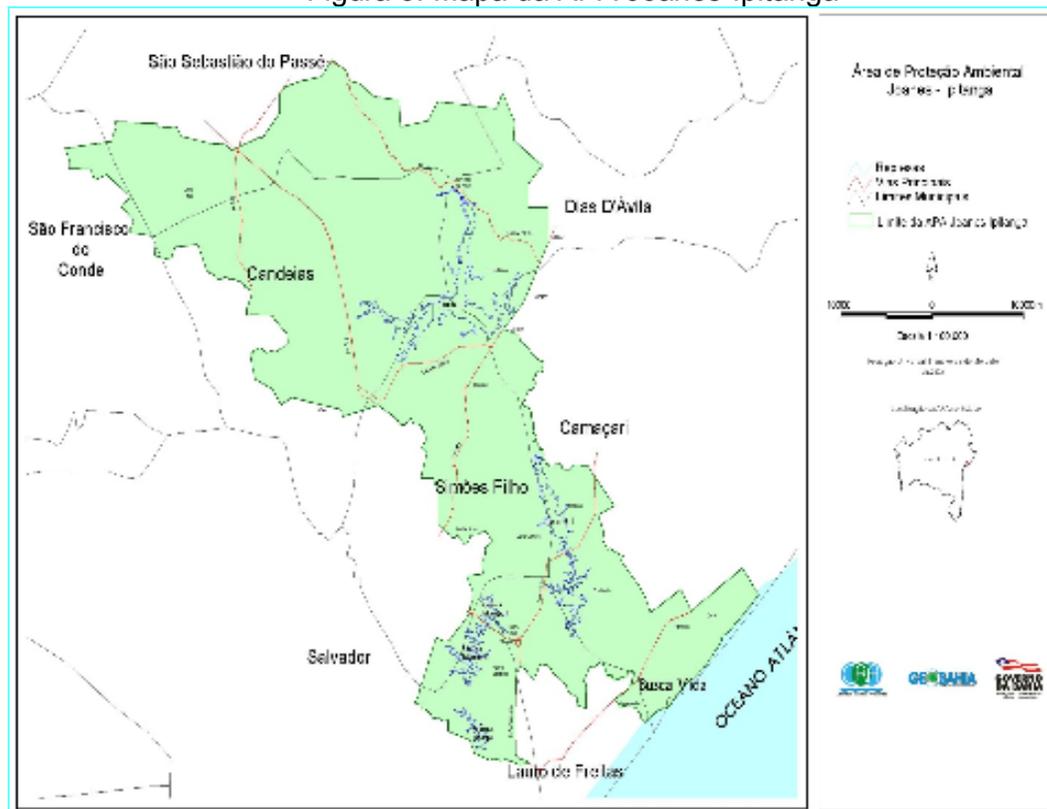
No estado da Bahia, coube a SEMA - Secretaria Estadual de Meio Ambiente, a partir de 2003, a administração das unidades de conservação - UC estaduais. A Superintendência de Biodiversidade Florestas e Unidades de Conservação – SFC, atualmente a gestora institucional de 41 UC, sendo em sua maioria, unidades de uso sustentável (31), ou seja 75,6% das UC estaduais (SEMA/SFC, 2008).

A Área de Proteção Ambiental de Joanes-Ipitanga, foi criada pelo Decreto n. 7.596, de 05 de junho de 1999, abrangendo parte dos Municípios de Camaçari, Simões Filho, Lauro de Freitas, São Francisco do Conde, Candeias, São Sebastião do Passé, Salvador e Dias D'Ávila, com área aproximada de 64.463 ha, que faz parte das Bacias Hidrográficas dos Rios Joanes I, Joanes II e Ipitanga I, II, III, incluindo suas nascentes, represas e estuário (CRA,1999).

Esse importante manancial é responsável por cerca de 40% do abastecimento de água da Região Metropolitana, o que justifica sua proteção ambiental. Essa APA foi criada com o objetivo principal de zelar pelas duas nascentes encontradas na área (CRA,1999).

O mapa na Figura 3 mostra a poligonal da APA e a localização dos seus 8 municípios.

Figura 3: Mapa da APA Joanes-Ipitanga



Fonte: CRA, 1999

Por estar localizada na Região Metropolitana de Salvador, uma região estratégica do ponto de vista econômico e também por apresentar uma grande diversidade de atividades produtivas, essa APA possui uma forte pressão antrópica gerando conflitos que contribuem para a degradação da qualidade dos recursos hídricos e ecossistemas da área. Estes fatores estão associados à: ocupação de áreas de preservação permanente (dunas, mata ciliar, manguezais, lagoas, etc); desmatamento; queimadas; extração mineral; pesca predatória; erosão e o assoreamento podem ser encontrados nesta APA⁶ (SEMARH, 2007).

Cabe destacar nessa região, a presença do Aterro Metropolitano Centro – local de disposição final dos resíduos sólidos de Salvador, Lauro de Freitas e Simões Filho e da Central de Abastecimento de Salvador – CEASA; da proximidade com o Centro Industrial de Aratu – CIA.

Essa pressão urbana tende a potencializar os problemas ambientais caso não sejam tomadas sérias providências no sentido de coibir o avanço dessa ocupação sem qualquer plano de preservação, urbanização e serviços de infraestrutura.

Essa área de proteção ambiental possui um Conselho Gestor formado desde 2004 que atualmente é composto de 41 membros, entre organismos públicos (federais, estaduais e municipais), empresas privadas, associações da sociedade civil. Esse fórum é responsável por diversas ações, além da fiscalização ambiental na região.

3.3 PÚBLICO-ALVO DA PESQUISA

A seleção do público alvo desse estudo aconteceu no período de 2006 a 2007 durante as reuniões do Conselho Gestor. Essa escolha aconteceu mediante a determinados critérios estabelecidos *a priori* pela pesquisadora,

⁶ Ver figuras nos anexo A,B, C e D

considerando os participantes dos três PEA estudados, pessoas da comunidade local e alguns especialistas em EA.

Para definição do grupo estudado, foi realizado um levantamento prévio das pessoas envolvidas ou não com a gestão da APA Joanes-Ipitanga ou com os PEA durante o ano de 2007, com o objetivo de identificar, dentro do contexto proposto, quais as pessoas que poderiam auxiliar e contribuir com o estudo

Optou-se em estudar três diferentes grupos e um total de 22 pessoas que se encontram direta ou indiretamente relacionadas com a APA em pauta, conforme descrição a seguir:

O grupo 1 foi formado por pessoas que tiveram ou têm envolvimento direto com a gestão da APA, ou seja, aquelas pessoas que têm responsabilidade sobre os processos de criação e gestão da APA em questão, que conhecem os conflitos, problemas socioambientais, orçamento público destinado para gestão, etc. As pessoas entrevistadas nesse grupo foram alguns membros do conselho gestor da APA (3) e técnicos do órgão gestor governamental (3).

O grupo 2 foi formado por pessoas indiretamente relacionadas à APA, mas que residem no local e que participaram ou estiveram envolvidos com algum dos PEA estudados, além de outros membros da comunidade local que não participaram dos PEA (12).

O grupo 3 foi formado por técnicos especialistas em educação ambiental, profissionais liberais, pesquisadores de educação ambiental e, portanto, estudiosos acerca do tema em questão e que não tinham ligação direta com a gestão da APA Joanes-Ipitanga (4). A escolha desse grupo foi feita pela necessidade de uma opinião externa, diferenciada, ou seja, com base em estudos específicos sobre o tema em questão e não apenas tomando como base a relação das pessoas com a APA e os PEA estudados.

Os Quadros 3, 4 e 5 abaixo mostram o nível de escolaridade dos entrevistados e a função ocupada pelos mesmos dentro da APA nos 3 grupos de análise:

Quadro 3: Representantes do Grupo 1 – Técnicos do Órgão Gestor e Membros do Conselho Gestor - Participantes e Não Participantes dos PEA

GRUPO 1	6 ENTREVISTADOS – Função e nível de escolaridade
G1E1	Técnico do Órgão Gestor, administrador da APA, nível superior com mestrado
G1E2	Técnico do Órgão Gestor, coordenadora de Unidades de Conservação, nível superior com mestrado
G1E3	Técnico do Órgão Gestor, nível superior com especialização
G1E4	Membro do Conselho Gestor, representante do setor industrial e participante do PEA 1, nível superior com especialização
G1E5	Membro do Conselho Gestor, representante do setor público e participante do PEA 1, nível superior com especialização
G1E6	Membro do Conselho Gestor, representante do setor social e participante do PEA 1, nível superior

Quadro 4: Representantes do Grupo 2 - Participantes e Não participantes dos PEA (comunidade)

GRUPO 2	12 ENTREVISTADOS – Função e nível de escolaridade
G2E1	Técnico municipal, morador da região, não participante do PEA 1, nível superior com especialização
G2E2	Técnico municipal, representante do setor público, participante do PEA 1, nível superior com especialização
G2E3	Representante do setor privado, morador da região, não participante do PEA 1, nível médio completo
G2E4	Líder da comunidade de Lamarão, participante do PEA 2, nível médio completo
G2E5	Líder da comunidade de Leandrinho, participante do PEA 2, nível médio incompleto
G2E6	Representante da Associação de Moradores de Leandrinho, não participante do PEA 2, nível médio completo
G2E7	Representante da Associação de Moradores de Lamarão, não participante do PEA 2, nível superior incompleto
G2E8	Representante da Associação de Moradores de Palmares, participante do PEA 3, nível médio completo
G2E9	Representante da Associação de Moradores de Oiteiro, participante do PEA 3, nível médio completo
G2E10	Representante da Associação de Moradores de Oiteiro, não participante do PEA 3 – nível médio incompleto
G2E11	Representante da Associação de Moradores de Palmares, participante do PEA 3, nível médio completo
G2E12	Técnico estadual, representante do setor público, participante do PEA 1, nível superior com especialização

Quadro 5: Representantes do Grupo 3 – Especialistas em EA externos

GRUPO 3	PERFIL DOS ENTREVISTADOS – Função e nível de escolaridade
G3E1	Especialista em Meio Ambiente, nível superior com mestrado
G3E2	Especialista em Meio Ambiente e Educação Ambiental, nível superior com doutorado
G3E3	Especialista em Meio Ambiente e Educação Ambiental, nível superior com mestrado
G3E4	Especialista em Meio Ambiente e Educação Ambiental, nível superior com especialização

3.4 MÉTODO DE PESQUISA

O objeto de estudo dessa dissertação é a educação ambiental - EA, tendo como base empírica os programas de educação ambiental – PEA. O questionamento em pauta é se Os PEA implementados na APA Joanes-Ipitanga contribuíram na formação de uma consciência local mais crítica quanto às questões ambientais, aguçando no indivíduo e na coletividade uma maior percepção ambiental e participação social.

O estudo proposto tem o caráter qualitativo dentro da vertente de pesquisa social, nesse caso, busca-se trabalhar com o universo dos significados percebidos a partir do discurso de diversos autores, além das entrevistas e documentos analisados.

Para melhor embasar teoricamente a pesquisa foram utilizados as contribuições de: Ludke e André (1986), Gil (2007), Demo (2005), Minayo e Gomes (2007) e Franco (2005).

Segundo Ludke e André (1986), o estudo qualitativo desenvolve-se numa situação natural com riqueza de dados descritivos que além de ter um plano de investigação aberto e flexível, focaliza a realidade de forma complexa fazendo as devidas contextualizações.

Nesse tipo de estudo o significado das ações não se apresenta de forma imediata, precisando ser desvendado. A qualidade das análises não resulta apenas da observação, mas da participação e vivência no processo. Assim, os procedimentos metodológicos adotados devem ter a preocupação de desenvolver abordagens que permitam que se mantenha a relação entre o pertencimento e o distanciamento do pesquisador com o seu objeto de estudo.

3.4.1 A Observação Participante

Ludke e André (1986) enfatizam, que os focos de observação nas abordagens qualitativas de pesquisa são determinados pelos propósitos específicos do estudo traçado pelo pesquisador podendo orientar a observação em torno de alguns aspectos e levá-los a obter os dados que possibilitem uma análise do problema.

Para Vianna (2003), a observação qualitativa se traduz em forma de relatos cursivos, além de eventos e comportamentos que serão analisados à luz de alguma teoria ou pela análise de conteúdo, tomando como base as categorias elaboradas a partir do próprio material coletado. Essa observação pode ser ampla ou seletiva a depender do problema pesquisado.

A técnica de observação participante ou observação ativa, segundo Gil (2007, p.113), “consiste na participação real do conhecimento na vida da comunidade, do grupo ou de uma situação determinada “. Nesse estudo essa técnica foi utilizada por ocasião das reuniões do Conselho Gestor, em alguns eventos que aconteceram na APA em foco no período de realização da mesma e no momento da aplicação das entrevistas, ou seja no período de 2006 à 2009. A pesquisadora participou das reuniões bimestrais do Conselho Gestor, visitou diversas comunidades e fez anotações em função das categorias para que fossem analisadas posteriormente como dados primários.

3.4.2 A Entrevista

A entrevista é um dos instrumentos para coleta de dados mais utilizados nas pesquisas sociais, pois permite que se obtenha uma resposta imediata da informação desejada. Para Minayo e Gomes (2007), por meio da entrevista o entrevistador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais, não significando assim, uma conversa despretensiosa e neutra, pois a mesma é inserida como um meio de coleta dos fatos que são relatados pelos atores, enquanto sujeitos objeto da pesquisa e que fazem parte de uma determinada realidade que está sendo estudada.

Segundo Gil (2007), esse instrumento é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes procura coletar os dados e a outra se apresenta como fonte de informação. Para o autor, uma das vantagens dessa técnica é a obtenção de dados em profundidade acerca do comportamento humano, oferecendo ainda uma boa flexibilidade, pois o entrevistador pode esclarecer o significado das perguntas, adaptando-se às pessoas e às circunstâncias.

Nesse estudo optou-se por realizar entrevistas semi-estruturadas, técnica de coleta de dados que deve ser utilizada segundo seus objetivos e que supõe uma conversação continuada entre respondente e entrevistador. Escolheu-se trabalhar com dois tipos de entrevistas, sendo um tipo dirigido às pessoas das comunidades residentes na APA, que participaram ou não dos PEA em questão (Apêndice A) e outro tipo foi dirigido aos técnicos do órgão gestor, alguns participantes do conselho gestor e alguns especialistas em educação ambiental (Apêndice B).

As questões foram formuladas com base nas categorias de análise e nos aspectos teóricos a serem analisados, etapa obrigatória da metodologia de Franco (2005). As entrevistas foram realizadas presencialmente pela autora, que utilizou um gravador de voz para a captação das respostas, sendo as mesmas transcritas a *posteriori*, facilitando assim a sua análise.

As entrevistas foram analisadas pelo método dedutivo de análise de conteúdo a partir das etapas descritas por Franco (2005), a saber:

- Leitura aprofundada de todo o material para conhecimento do conteúdo coletado.
- Construção das tabelas de caracterização das unidades de contexto que é o procedimento utilizado para facilitar as etapas de agrupamentos, de classificação e de pré-análise das variáveis. Para a autora esse procedimento é indispensável e fundamental para auxiliar a posterior criação ou alimentação das categorias e, conseqüentemente, a efetiva possibilidade de inferir, analisar e interpretar os dados a serem submetidos numa análise de conteúdo.
- Síntese das tabelas de caracterização com ênfase nas categorias de análise.
- Busca do significado e do sentido das asserções explicitadas – Os pressupostos teóricos estabelecidos ao longo desse estudo dão a base para a construção dos significados e dos sentidos das asserções explicitadas a partir das respostas relatadas nas entrevistas, das unidades de registro fixadas no estudo e, principalmente, do suporte conferido pelas unidades de contexto que fazem emergir conteúdos e interpretações latentes não explicitados no conteúdo coletado.
- Elaboração de tabelas das categorias de análise - as três categorias de análise destacadas (educação ambiental, percepção ambiental e participação social) foram estabelecidas *a priori*, como opção metodológica, o que, por sua vez, implicou em um desenho específico da entrevista que atendesse a esse propósito.

A unidade de registro escolhida foi o tema que, nesse estudo, se refere à análise dos PEA da APA Joanes-Ipitanga sob a ótica dos 3 conceitos/categorias de análise antes fixados, como já relacionados anteriormente.

A unidade de registro é a menor parte do conteúdo, cuja ocorrência é catalogada de acordo com as categorias levantadas. Dentre os tipos de unidades de registro, o tema é considerado como o mais útil para a análise do conteúdo e é indispensável em estudos sobre propaganda, representações sociais, opiniões, expectativas, valores, conceitos, atitudes e crenças (FRANCO, 2005).

Uma questão temática incorpora, com maior ou menor intensidade, o aspecto pessoal atribuído pelo respondente acerca do significado de uma palavra e sobre as conotações atribuídas a um conceito. E isso, com certeza, envolve não apenas componentes racionais, mas, também, ideológicos, afetivos e emocionais (FRANCO, 2005).

Segundo Mucchielli (1974), quando se utiliza o tema como unidade de registro para a interpretação das respostas de determinados grupos de pessoas, acaba-se obtendo um grande número de respostas permeadas por diferentes significados. Por isso, antes da tarefa de recodificá-las e analisá-las, é necessário analisar e interpretar o conteúdo de cada resposta em seu sentido individual e único.

Para melhor compreensão e complementação das categorias de análise, foram também estabelecidas as unidades de contexto que, nesse estudo, foram os três grupos amostrados: diretamente envolvidos com a APA; indiretamente envolvidos com a APA e técnicos externos, especialistas em educação ambiental. Cada um deles trazendo no seu bojo um histórico político ideológico distinto, que é naturalmente traduzido no comportamento e na percepção de seus respectivos representantes.

A unidade de contexto deve ser considerada e tratada como a unidade básica para a compreensão da codificação da unidade de registro e corresponde ao segmento da mensagem, cujas dimensões (superiores às da unidade de registro) são excelentes para a compreensão do significado exato da unidade de registro. Tais unidades podem ser consideradas como a parte

mais ampla do conteúdo a ser analisado, ou melhor, como o “pano de fundo” que imprime significado às unidades de análises (FRANCO, 2005).

Incorporando as unidades de registro, as unidades de contexto podem ser explicitadas por meio de tabelas de caracterização (sempre acompanhadas de suas devidas análises) e podem ser relatadas sob forma de histórias de vida, de depoimentos pessoais, de um conjunto de palavras, de um parágrafo ou mesmo de algumas sentenças.

Ainda segundo Franco (2005, p. 45):

O importante é garantir que, qualquer que seja a forma de explicitação, fique claro o contexto a partir do qual as informações foram elaboradas, concretamente vivenciadas e transformadas em mensagens personalizadas, socialmente construídas e expressas via linguagem (oral, verbal ou simbólica) que permitam identificar o contexto específico de vivência no bojo do qual foram construídas inicialmente e, com certeza, passíveis de transformações e reconstruções.

As respostas obtidas a partir das entrevistas se constituíram em variáveis das três categorias de análise. O conjunto de categorias deu suporte a diferentes análises e interpretações sobre a questão investigada que foi complementada pela análise documental.

3.4.3 A Pesquisa Documental

A pesquisa documental envolveu a análise de todo o material disponível sobre a APA Joanes-Ipitanga, como atas de reunião do Conselho Gestor (aproximadamente 20 meses), relatórios técnicos, documentos oficiais, diagnóstico ambiental, decreto governamental de criação da UC, mapas de localização, fotografias, PEA para formação do Conselho Gestor, PEA da Caraíba Metais e anotações feitas no período da observação participante. Essa análise documental objetivou reconstruir o histórico de constituição dessa unidade de conservação, assim como analisar alguns aspectos específicos relacionados aos PEA implementados na área, buscando colher informações sobre os conceitos/categorias estabelecidos no estudo, ou seja, participação social, percepção ambiental e educação ambiental.

O sujeito da ação política é aquele capaz de identificar problemas e participar dos destinos e decisões que afetam seu campo de existência individual e coletivo. A palavra política é entendida em seu sentido mais amplo, como o viver e interferir em um mundo coletivo. A capacidade de ação política é a expressão mais acabada da condição humana, pois os seres humanos definem-se por esse conviver entre seus pares, influenciando no destino do mundo que têm em comum. A capacidade de agir em meio à diversidade de idéias e posições é a base da convivência democrática, da participação, da liberdade e da possibilidade de fazer história e criar novas formas de ser e conviver.

Hannah Arendt

4 ANÁLISE DOS PEA DA APA JOANES-IPITANGA

Os Programas de Educação Ambiental analisados para esse estudo foram selecionados a partir da observação participante nas reuniões do Conselho Gestor e em análise dos dados disponibilizados. Ao final do primeiro semestre de estudo foram selecionados três PEA concebidos e implementados sob diferentes visões e que se destacaram entre as ações existentes naquele território.

Na APA Joanes-Ipitanga a implementação de PEA não tem sido uma prática muito corriqueira desde sua criação. No entanto, algumas ações pontuais têm acontecido em algumas regiões de abrangência da APA.

Os três Programas selecionados para esse estudo tiveram alguma relevância para a região e foram analisados com base em documentos e entrevistas realizadas a partir de 3 categorias de análise (Educação Ambiental, Percepção Ambiental e Participação Social).

O primeiro PEA analisado foi concebido para atendimento a uma demanda governamental (órgão gestor da APA), ou seja, a formação do Conselho Gestor da APA; o segundo PEA escolhido para análise foi concebido para atendimento às demandas de uma indústria da região do Polo Petroquímico de Camaçari, a Caraíba Metais e o terceiro PEA foi concebido por uma Organização não governamental – ONG da região de Simões Filho, a Terra Mirim, em atendimento a solicitação da comunidade local.

Inicialmente será feita uma breve descrição de cada PEA seguida de uma análise das entrevistas com base nas 3 categorias e também uma análise geral dos PEA estudados, segundo a percepção dos entrevistados e documentos disponíveis.

4.1 BREVE DESCRIÇÃO DOS PEA

4.1.1 PEA 01 - Formação do Conselho Gestor da APA Joanes-Ipitanga

A implantação do Programa de Educação Ambiental para formação do Conselho Gestor da APA Joanes-Ipitanga visou minimizar os conflitos de interesses, resguardar o rico patrimônio ambiental e cultural da APA, além de sensibilizar, mobilizar e capacitar os diversos segmentos da sociedade local para torná-los aptos a participarem do processo de consolidação da gestão desta unidade, segundo o órgão gestor governamental (SENAI/CETIND, 2002).

O Programa de Educação Ambiental – PEA⁷ da APA Joanes-Ipitanga, uma iniciativa do Centro de Recursos Ambientais – CRA, atual IMA, foi desenvolvido no período de 2002 a 2004, sendo realizado pelo SENAI/CETIND, com apoio financeiro da Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. – EMBASA. A formação do Conselho Gestor foi uma das principais metas estabelecidas por este PEA, com vistas à promoção da gestão participativa e compartilhada desta unidade de conservação, com os diversos segmentos sociais (SENAI/CETIND, 2003).

Na sua idealização, a proposta deste PEA, visava utilizar a EA como uma das estratégias para mobilização, sensibilização e capacitação dos diversos segmentos da sociedade nos oito municípios que integram a APA Joanes-Ipitanga, criando sub-comitês municipais e formando o Conselho Gestor da APA. Segundo seus proponentes, essa ação visava contemplar a dimensão local sem perder de vista a globalidade do problema. A capacitação proposta para o Conselho Gestor formado nesse PEA objetivou a ampliação do conhecimento dos diferentes atores sociais locais, para atuar na elaboração dos instrumentos de planejamento para gestão da APA com vistas a facilitar a identificação do estágio de degradação ambiental da APA e propor soluções (SENAI/CETIND, 2002).

⁷ As informações referentes a este programa, e citadas na referida pesquisa, foram fornecidas pela SEMA (antiga SEMARH) por meio do escritório da APA Joanes-Ipitanga.

O referido PEA considerou essa unidade de conservação como um espaço privilegiado para a implementação de projetos educativos devido à importância dada aos recursos naturais existentes na região. O Programa teve como função, a sensibilização dos indivíduos para a temática ambiental com vistas a proporcionar o conhecimento e os instrumentos necessários para ações e procedimentos ambientalmente corretos, enquanto membros do Conselho Gestor (SENAI/CETIND, 2002).

Os objetivos específicos propostos por esse PEA, segundo o SENAI/CETIND (2002), estão apresentados no quadro 6:

Quadro 6: Objetivos específicos propostos pelo PEA

PROMOVER	<ul style="list-style-type: none"> • ações educativas com conteúdos referentes à questão ambiental • difusão do conhecimento; • ações integradas entre os diversos segmentos para prevenir e minorar os problemas que possam existir.
ESTIMULAR	<ul style="list-style-type: none"> • adoção de práticas coletivas visando a preservação, a recuperação e a conservação dos recursos naturais e do acervo cultural. • formação de parcerias para viabilizar projetos de interesse local. • continuidade ao processo de educação ambiental na APA.

Fonte: SENAI / CETIND (2002)

Os objetivos acima serão confrontados mais adiante com as respostas das entrevistas e os documentos disponíveis, para que se possa perceber se houve alguma apreensão das informações disponibilizadas na ocasião da capacitação

As ações realizadas e apresentadas no relatório final deste PEA foram: 29 reuniões com o comparecimento de 519 pessoas; dois seminários realizados, aos quais compareceram 265 pessoas; formação de Comitês Gestores Municipais, em todos os oito municípios que compõem a APA; comparecimento de mais de 30 pessoas, representando todos os municípios da APA, a um curso de capacitação do Conselho Gestor na área de meio ambiente, com enfoque em Unidades de Conservação; elaboração de um

Plano de Ação; reuniões periódicas dos conselhos municipais e reuniões bimestrais do Conselho Gestor.

O Programa também contemplou a confecção de 2.000 cartilhas educativas para distribuição às lideranças da APA, bibliotecas em escolas municipais da região, associações comunitárias, órgãos públicos, entre outros, para serem utilizadas como material educativo e de efeito multiplicador, além de divulgação da ação.

A seleção dos participantes no curso de capacitação para formação do Conselho Gestor promovido por este PEA foi a partir da indicação dos setores governamentais competentes em cada Município, a exemplo das prefeituras e secretarias de meio ambiente municipais, além de ONG e representantes dos setores industriais e empresariais locais. Os requisitos propostos para participação no curso de capacitação foram: ser morador permanente da região, conhecendo os aspectos sociais e culturais da região com seus conflitos e problemas; apresentar perfil de liderança; ter potencial para participar como membro do Conselho Gestor da APA.

Esse critério de seleção é contraditório em relação ao princípio 01 da educação ambiental definido na Lei n. 9795/99, ou seja, o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo, além da proposta de educação ambiental transformadora que indica a participação do cidadão em todos os processos, inclusive na escolha de seus representantes para participação de cursos, seminários, representação em conselhos, entre outros. O critério para essa escolha poderia ser com base na sensibilização e mobilização da comunidade local, para que a mesma pudesse indicar seus líderes e discutir como participar.

No contexto geral, o objetivo principal deste PEA, ou seja, a instituição do Conselho Gestor da APA Joanes-Ipitanga, teve seu desfecho sendo oficializado no dia 17/06/2004 (SENAI/CETIND, 2004). Atualmente esse

Conselho é composto por 41 representantes⁸ e continuou até dezembro de 2008 se reunindo bimestralmente em reuniões ordinárias.

A expectativa para esse PEA, além da formação do Conselho Gestor foi a de estimular todos os envolvidos a tornarem-se gestores dos seus próprios ambientes, aptos e motivados a contribuir na construção de ações que visem à melhoria do meio ambiente local, onde a preservação e conservação ambiental seja o principal parâmetro de discussão.

Os técnicos governamentais ressaltam que o impedimento às ações concretas de EA é a falta de recursos financeiros do governo estadual para subsidiar as ações e também as reuniões do Conselho Gestor, dificultando, assim, o desenvolvimento de suas demandas. Também não se tem verba alocada para efetivação das ações propostas no Conselho Gestor, o que dificulta e faz com que exista a demora na obtenção de resultados concretos, implicando em descrença por parte de alguns membros da comunidade.

Um aspecto positivo nesse Fórum é a transparência quanto à divulgação e informação das atividades realizadas pela gestão da APA, o que é feito logo no início de todas as reuniões. Esse comportamento proporcionou o estabelecimento de relações baseadas em confiança mútua um bom relacionamento com a comunidade local. Essa confiança pode proporcionar maior facilidade na busca de uma gestão participativa ampliada e articulação das ações entre as comunidades e possíveis parceiros.

O Conselho Gestor continuou com as reuniões ordinárias que aconteciam bimestralmente, até dezembro de 2008, procurando informar aos seus membros e comunidades presentes as questões referentes à APA. Demandas como anuência, licitações entre outras questões são discutidas e ponderadas nesses encontros.

⁸ A relação com o nome dos membros do Conselho e seus municípios de origem encontra-se disponibilizada no escritório da APA Joanes-Ipitanga em Lauro de Freitas ou na SEMA.

Em algumas ocasiões esse Fórum também proporcionou aos presentes, palestras relacionadas à pauta que será discutida na reunião. Essas palestras podem ter o cunho informativo referente a algum empreendimento a ser instalado na região (a exemplo da implantação do condomínio Alpha Ville 2, em Abrantes) ou ainda informações e esclarecimentos referentes a problemas de saneamento básico, ocupação irregular, desmatamento, poluição atmosférica, erosão, entre outros.

No caso das reuniões extraordinárias, estas acontecem quando existe a necessidade urgente de discussão de algum projeto de impacto significativo ou grandes empreendimentos a serem instalados no território da APA ou outras iniciativas que possam comprometer a qualidade ambiental da região e que demande um parecer prévio dos membros deste Conselho.

No período de 2006 a 2008, alguns eventos extras aconteceram como exemplo, o seminário de saneamento básico realizado em dezembro de 2007, além de algumas visitas técnicas e palestras com temáticas pertinentes às demandas existentes na ocasião.

Nesse último ano (2008), a preocupação com a educação ambiental foi contemplada em algumas falas dos participantes das reuniões. Percebeu-se o interesse dos mesmos em alguns relatos e eventos promovidos pelo Conselho Gestor, conforme ata da reunião de setembro, onde foi proposta por uma das participantes, a realização de uma oficina de EA na APA para diagnosticar ações já realizadas e dar continuidade àquelas consideradas importantes. Essa proposta voltaria a ser discutida na primeira reunião ordinária de 2009.

Uma das educadoras ambientais, membro do Conselho Gestor alegou a necessidade de uma capacitação para formação de agentes ambientais em saneamento básico, tendo em vista ser este um dos graves problemas encontrados nesta região. Uma outra educadora também sugeriu a construção de um diagnóstico de fauna, flora, recursos hídricos e principais problemas da APA para que as ações de EA tivessem um direcionamento mais abrangente regionalmente.

Até julho de 2009, período de conclusão dessa pesquisa, essas propostas ainda não tiveram o encaminhamento necessário para sua efetivação. A primeira reunião ordinária do Conselho Gestor da APA de 2009, que acontece bimestralmente e estava prevista para o mês de março, ainda não aconteceu. Segundo informações do gestor da APA, as novas reuniões para o ano de 2009 irão acontecer à medida que seja formalizado pela SEMA uma Instrução Normativa que direcione as ações de reestruturação do Conselho Gestor.

Desde 2007, o referido gestor vem promovendo esforços no sentido de que seja lançado o edital de renovação do Conselho Gestor, o que deverá acontecer no segundo semestre de 2009. Pretende-se a reestruturação do Conselho com a participação de novos integrantes que serão submetidos a um processo de capacitação para que possam atuar. Todos os membros do Conselho Gestor esperam por esta decisão, pois o prazo para esta renovação já foi vencido, e as decisões tomadas por este fórum podem ser invalidadas. Essas questões governamentais burocráticas dificultam o andamento das ações que foram planejadas em 2008.

A principal pauta das reuniões do Conselho Gestor tem sido os pedidos de anuências e autorizações diversas para instalação de empreendimentos na região. A EA como instrumento de transformação social não foi contemplada até 2007, mas a partir de 2008, ações inerentes à EA têm sido por vezes levantadas, como instrumentos fundamentais para alavancar o processo de gestão participativa na APA.

Embora tenha sido detectado várias barreiras no processo de implementação deste PEA, percebe-se que os projetos apresentados nas reuniões do Conselho da APA são amplamente discutidos, sendo isso um aspecto positivo. Segundo informações do gestor da APA, existe um ganho muito grande nesse trabalho, pois as contribuições que são evidenciadas pelos conselheiros e outros participantes são registradas em atas e relatórios, podendo ser traduzidas posteriormente em condicionantes de licenças ambientais.

Essas condicionantes têm contribuído de forma significativa para o incremento de algumas ações na APA, pois orienta as empresas a envolver as comunidades em suas atividades, incluindo-as, seja por meio da absorção de mão de obra quando da sua execução ou mesmo na implementação de projetos socioambientais que possam estimular o crescimento da região como por exemplo, os projetos de geração de renda (hortas comunitárias, produção de alimentos orgânicos, artesanato, etc).

Os proponentes do Programa, de acordo com os relatórios de avaliação, SENAI/CETIND (2004) acompanharam ao longo de um ano o desenvolvimento das ações do PEA por meio de visitas periódicas ao local e reuniões com os sub comitês municipais. Os instrumentos utilizados foram: relatos das atividades, documentação fotográfica, produção de vídeo, produção de textos e cartilhas. Concluída esta fase, o SENAI/CETIND realizou visitas mensais, reunindo o Conselho Gestor já formado e monitorizou as ações realizadas pelo grupo até 2004.

4.1.2 PEA 02 - Programa de Formação de Vigilantes Ambientais da Caraíba Metais

O Programa de Educação Ambiental – PEA desenvolvido pela Consultoria Ambiental COPEMA⁹ (Cooperativa dos Profissionais de Engenharia, Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional) foi uma demanda da Caraíba Metais que, a partir da cobrança de algumas associações quanto a uma participação mais efetiva da Empresa em relação à problemática ambiental local e da necessidade da mesma de prevenir alguns danos que as suas atividades pudessem causar.

O PEA da Caraíba Metais foi implementado no período de 2001 a 2004 e teve como objetivo principal a formação de vigilantes ambientais em vários pontos da região com suposta habilidade para agirem como balizadores dos impactos locais que com uma capacitação adequada segundo os moldes da

⁹ As informações referentes a este programa, e citadas no referido projeto, foram fornecidas pela Caraíba Metais (documentos e entrevistas).

Empresa, pudessem adquirir o discernimento e a percepção necessários para a avaliação de possíveis impactos ambientais como, vazamentos de gases tóxicos e excesso de poluição que pudessem afetar a saúde dos moradores e causar danos maiores para a Empresa e para o meio ambiente. Estes vigilantes ainda precisariam uniformizar sua linguagem, para que estas informações tivessem maior entendimento por parte da mesma.

Foi estabelecido um ponto de comunicação entre a coordenação ambiental da Empresa e as comunidades vizinhas mais afetadas pelos impactos causados por suas atividades, como por exemplo, as comunidades de Leandrinho em Dias D'Ávila e Lamarão do Passé em São Sebastião do Passé.

Como objetivos específicos esse PEA propôs: a conscientização dos participantes quanto às questões ambientais; o desenvolvimento de noções de cidadania; a capacitação com vista a formação de vigilantes ambientais; e o levantamento de demandas para o desenvolvimento de programas ambientais nas comunidades.

O direcionamento implícito nesses objetivos foi o de capacitar representantes das localidades para formar uma rede de vigilantes ambientais, além de despertar a curiosidade dos mesmos pelas questões ambientais e o interesse em relação às questões que pudessem afetar a Empresa e o meio ambiente local, posicionamento que se distancia da visão crítica necessária para a consolidação de um PEA de acordo com a Lei n. 9795/99.

A formação de vigilantes ambientais, como o próprio nome indica, significa vigiar, estar atento aos possíveis danos relacionados com o meio ambiente, para informar à Empresa para que a mesma se posicione de forma mais rápida e efetiva. A proposta para um PEA nessa região, além de proporcionar informações referentes ao meio ambiente local à população poderia estimular a comunidade na busca de autonomia para gerir seu próprio território, amparando-a e fornecendo os instrumentos necessários.

Alguns documentos disponibilizados e entrevista com o coordenador de meio ambiente da Empresa durante visitas aos locais onde aconteceram as capacitações (Leandrinho e Lamarão), evidenciam algumas questões inerentes ao Programa, porém esses documentos não foram precisos quanto ao motivo que levou a Empresa a propor esse PEA, as propostas acima citadas foram colhidas na Empresa e confirmadas por 2 participantes do PEA, durante o período do estudo. Segundo o coordenador do Programa da Caraíba Metais, essa ação foi uma iniciativa da Empresa, não sendo, portanto, exigência de nenhum órgão ambiental.

Entre as ações desse PEA, destaca-se: sensibilização e mobilização das comunidades; diagnóstico participativo para identificação dos problemas locais; curso de capacitação de representantes das comunidades; seminários e palestras pertinente ao tema; apoio a diversos eventos ambientais locais; implantação de horta comunitária e outros projetos de geração de renda; apoio a escolas municipais locais; entre outras. O curso de capacitação foi direcionado à transmissão de informações referentes aos impactos ambientais causados pelas atividades desenvolvidas pela Empresa e os possíveis riscos para o meio ambiente local. A intenção da Empresa foi orientar os participantes sobre as regras de conduta a serem seguidas no caso da ocorrência de acidentes.

Esse curso de capacitação teve uma carga horária de 24 horas (3 dias), com uma abordagem direcionada para a questão ambiental local e sua problemática, enfocando sempre aspectos da poluição atmosférica e danos ambientais que as atividades industriais poderiam causar. A realização do treinamento deu-se por meio de informações diversas sobre o meio ambiente local intercalando com visitas de campo para uma melhor assimilação da realidade local pelos participantes. Esse PEA contou com apoio de recursos audiovisuais e materiais instrucionais, a exemplo de vídeos e material impresso sobre as questões ambientais e sobre poluição atmosférica, principal foco dessa capacitação/treinamento.

O treinamento contou com um público alvo de 20 pessoas escolhidas pela coordenação ambiental da Empresa e indicadas pelas prefeituras e associações locais. Esse público foi composto de pessoas das comunidades locais com nível de escolaridade de ensino médio, prioritariamente, dentre estas pessoas estavam 4 representantes da comunidade de Lamarão do Passé (São Sebastião do Passé), 4 representantes da comunidade de Leandrinho (Dias D'Ávila) e 12 representantes dos órgãos gestores municipais, além de técnicos da Caraíba Metais.

Para disseminação das informações adquiridas com o curso de capacitação/treinamento, palestras e seminários, o Programa estabeleceu a seleção de 8 representantes de alguns segmentos das comunidades de Leandrinho e Lamarão, que, depois de capacitados atuariam como agentes multiplicadores de informações na região, sendo apoiados pelos técnicos e consultores da empresa de consultoria contratada. Esses agentes tinham a função de implementar outras ações nas comunidades dentro de duas linhas básicas (COPEMA, 2001):

- Ação para Educação Formal.
- Ação para Educação Não Formal.

O agente multiplicador capacitado, seria estimulado a interagir entre a comunidade local e a equipe técnica da Caraíba Metais, sendo este aspecto uma peça básica na implementação e avaliação do PEA proposto. Esses multiplicadores foram selecionados pelos proponentes do PEA entre técnicos da Caraíba Metais, técnicos das Secretarias Municipais de Educação, Cultura, Agricultura e Turismo dos municípios de São Sebastião do Passé e Dias D'Ávila e também foram selecionados alguns representantes de segmentos organizados da sociedade e da comunidade local (COPEMA, 2001).

Na seleção dos participantes desse PEA, não houve uma participação efetiva da comunidade local, não atendendo ao objetivo¹⁰ (IV) da EA

¹⁰ Objetivo IV – Lei n. 9.795/99: o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania.

especificado na Lei n. 9.795/99 que ressalta a importância da participação dos sujeitos em todas as fases do processo de implementação do PEA, sendo necessário que isso aconteça desde a sua concepção. Por ser uma região muito carente, a realização das atividades de implementação deste PEA foi assimilada pela população local, pois uma ação de educação ambiental como esta, ainda não havia acontecido na região.

O conteúdo programático proposto para o treinamento abordou questões sobre o meio ambiente, a poluição hídrica e atmosférica, toxicologia, emissões atmosféricas e efluentes líquidos da Caraíba Metais, atuações em situações de emergência, noções de cidadania, entre outros. As informações disponibilizadas enfocaram sempre as questões ambientais e relação das mesmas com a atuação da Empresa na região, os possíveis impactos gerados e alternativas de mitigação dos mesmos (COPEMA, 2001).

O Programa contou com um diagnóstico ambiental participativo preliminar, o que facilitou a identificação das causas e consequências dos problemas mais graves, para que fossem propostas soluções corretivas. Os vigilantes ambientais deveriam comunicar a Empresa os problemas identificados pelos mesmos. Foi aberta uma linha de comunicação que objetivava divulgar as ações e eventos ambientais promovidos pelo grupo de consultores, pela Empresa e pelos moradores locais para informar possíveis danos ambientais ocorridos na região (COPEMA, 2001).

Devido às mudanças na Administração dos municípios, os gestores capacitados na ocasião foram substituídos, se desinteressaram pelas questões referentes a essa demanda e não se sentem mais comprometidos. Esse fato prejudicou muito a continuidade do PEA. Como a participação da comunidade não foi significativa para uma área tão degradada e extensa, ao longo do tempo a maioria dos vigilantes treinados se desligaram do processo, pois não se sentiram estimulados a continuar. Atualmente, um representante de cada comunidade tenta prosseguir com as ações de educação ambiental, promovendo alguns eventos nas escolas e associações de moradores, participando de alguns fóruns de decisão, mobilizando a comunidade e

estando atento para denunciar ou informar aos órgãos ambientais competentes as agressões, riscos ou demandas ambientais existentes no local.

4.1.3 PEA 03 - Processo de Educação Ambiental no Vale de Itamboaté da ONG Terra-Mirim

O Programa de Educação Ambiental implementado no Vale de Itamboaté teve como principal objetivo a qualificação de lideranças comunitárias para a participação social e representatividade coletiva nos processos políticos socioambientais da região. O Programa enfatiza que só é possível a transformação quando as comunidades consideram e entendem os seus problemas, para que possam enfrentá-los, reunindo forças em busca de mudanças (registro feito pela autora em reunião com a coordenadora do PEA em agosto de 2008).

Os proponentes desse PEA não disponibilizaram a versão do Programa como um documento para ser utilizado na análise deste estudo, como aconteceu com os outros dois PEAs. A ONG Terra Mirim sempre alegou a inexistência deste documento, mas não se opuseram em relatar as ações e mostrar alguns resultados. A indisponibilidade desse documento base deixou uma lacuna em relação aos demais PEA estudados.

As informações obtidas foram originadas por meio de relatos de alguns participantes do curso, alguns documentos cedidos pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente – SEMA, como atas de reunião, proposta para financiamento do Programa, relatos dos técnicos do órgão gestor da APA, alguns folhetos, folders, material utilizado na capacitação, cartilhas, relatórios, anotações feitas durante as reuniões e eventos no local, entre outros.

Durante os dois anos de duração desse estudo, foram feitas várias observações nas reuniões do Conselho Gestor, em que a coordenadora de meio ambiente da ONG Terra Mirim sempre esteve presente, como também alguns representantes das comunidades do Vale do Rio Itamboaté em Simões Filho.

As ações de educação ambiental realizadas pela ONG Terra Mirim, fazem parte do Projeto Águas Puras apoiado pelo FNMA. A região está situada sobre o aquífero São Sebastião, uma riqueza inestimável que está gradativamente sendo modificado. A implementação de PEA na região é importante para que membros das comunidades locais possam participar mais ativamente, adquirir conhecimentos sobre as questões ambientais e propor soluções de preservação dos recursos naturais existentes.

Entre as ações desse PEA pode-se citar: sensibilização e mobilização da comunidade; diagnóstico ambiental da área; palestras e seminários pertinentes ao tema; orientação das ações implementadas; formação de um núcleo de educação ambiental; oficina de reciclagem; horta orgânica; escola ecológica; apoio às escolas municipais locais; apoio a eventos ambientais na região; monitoramento das ações; entre outras.

O curso de capacitação em EA e Direito Ambiental, atendendo a uma demanda das lideranças locais que sentiram a necessidade de conhecer as leis ambientais como um instrumento de apoio à ação em relação ao meio ambiente foi a principal ação implementada por esse PEA. Acreditavam que somente com o conhecimento adequado é que a população poderia exigir os seus direitos. Essa ação teve a participação das lideranças locais e o apoio institucional da SEMA (antiga SEMARH).

O processo de capacitação desse PEA teve início com a realização de um diagnóstico ambiental na região que foi considerado pelas lideranças locais como um ponto forte do trabalho proposto, pois por meio de visitas técnicas ao território e discussões em plenárias, as comunidades tomaram ciência dos problemas e a necessidade de mudanças, além da importância do trabalho coletivo.

O público alvo foi composto de 20 participantes selecionados entre as lideranças locais com a participação da comunidade, com a missão de difundir o conhecimento adquirido por todo o Vale. Esses tipos de ações realizadas em regiões carentes em que as opções de emprego e renda são limitadas são

muito importantes, pois ajudam no empoderamento das lideranças e no encaminhamento de questões mais relevantes para os fóruns de discussão, podendo favorecer a sua participação nos processos decisórios de interesse público.

Algumas realizações do Programa proposto foram: a elaboração pelos participantes da cartilha Itambôs – Guardiões do Vale do Itamboatá, cuja a história aborda de forma lúdica e ilustrativa, os problemas de saneamento básico, desmatamento e queimadas que afetam o meio ambiente local, apontando responsabilidades e o aporte legal para solução dos problemas (FTM, 2008) (documento disponibilizado para análise); um banco de imagens mostrando a realidade socioambiental da região (documento não disponibilizado para análise); uma comissão socioambiental do Vale; 20 agentes socioambientais formados com a missão de divulgar o conhecimento apreendido para outras pessoas da comunidade; uma agenda socioambiental elaborada pela Comissão Sócio Ambiental do Vale do Itamboatá – A voz do Vale (documento disponibilizado para análise); o processo de formação de lideranças do Vale quanto às decisões conjuntas e encaminhamentos necessários (documento não disponibilizado para análise); além da formação de um grupo de educação ambiental para dar continuidade às ações propostas pelo Programa na tentativa de modificar o quadro atual de degradação existente (grupo ainda em fase de mobilização).

A Agenda Sócio Ambiental do Vale contém informações e reivindicações relativas às questões de infra-estrutura, saneamento básico, educação, cultura, trabalho e renda, habitação e meio ambiente, em relação às quais direitos garantidos pela Constituição Federal e pela legislação ambiental que ainda não foram cumpridos (Fundação Terra Mirim, 2008).

Esse PEA teve um processo inicial de mobilização e sensibilização das comunidades locais e em conjunto foi definido o tipo de PEA que deveria ser trabalhado naquele momento. Em seguida, a equipe de meio ambiente da ONG Terra Mirim, juntamente com um grupo de trabalho formado com a participação das comunidades, buscou parcerias para a concepção e realização de um

Programa que atendesse às demandas da população. Após as discussões, deu-se início as etapas de mobilização, sensibilização, diagnóstico ambiental e o processo de capacitação, que aconteceu na sede da ONG em Simões Filho (BA 093).

4.2 ANALISANDO E DISCUTINDO OS DADOS

As categorias de análise desse estudo foram estabelecidas *a priori*, portanto o material coletado nas entrevistas foram previamente subdivididos em três módulos, cada um deles relacionando-se a uma das três categorias estabelecidas, educação ambiental, percepção ambiental e participação social.

Cada uma dessas categorias apresenta subitens que correspondem aos significados e sentidos encontrados ao longo da leitura do conteúdo coletado nas entrevistas sendo mostrados por meio de tabelas, seguidas de uma síntese preliminar do conteúdo tratado na categoria analisada e da discussão correspondente a mesma. Segundo Franco (2005), a prática de elaboração de sínteses preliminares auxilia a análise posterior contextualizada e a efetiva interpretação dos dados.

4.2.1 Educação Ambiental / PEA

A tabela 1 analisa as entrevistas com base na categoria de análise 01 – Educação Ambiental / PEA, com seus diversos significados.

Tabela 1: Categoria de Análise 01 – EA / PEA – e seus significados correspondentes

Categoria 01 – Educação Ambiental / Programa de Educação Ambiental	Diretamente envolvidos com a gestão da APA (CG e Governo = 6)	Indiretamente envolvidos com a APA (comunidades de entorno = 12)	Técnicos Especialistas em Educação Ambiental (externos = 4)
<u>O que vc entende por educação ambiental?</u> (significado 1)			
1.Poderoso instrumento de transformação social.	4	2	2
2.Parte de um processo participativo com início, meio e fim.	0	0	1
3.Processo de formação humana para o desenvolvimento ético da consciência crítica.	1	1	1
4. Processo que envolve uma educação geral de formação e consciência das pessoas.	1	9	0
<u>Para que serviu o PEA estudado?</u> (significado 2)			
1.Ampliou a percepção dos atores locais sobre seu ambiente.	4	7	1
2.Contribuiu para informação e desenvolvimento de ações em prol do meio ambiente.	1	5	1
3. Promoveu um processo de reflexão ética e de transformação cultura.;	0	0	1
4.Serviu para dialogar com todas as partes.	1	0	1
<u>Vc achou necessário a implementação desses PEAs nesta APA? Por que?</u> (significado 3)			
1.Sim, foram fundamentais, pois auxiliaram o CG e codificaram as informações locais.	4	3	2
2.Sim, possuíram um grande potencial, mas precisavam do apoio das políticas públicas.	2	0	2
3.Sim, mas precisava de maior comprometimento dos dois lados.	0	0	0
4.Sim, foram importantes para maior participação e envolvimento da comunidade.	0	9	0
<u>Qual o papel exercido pela comunidade local na implementação dos PEAs estudados e no geral?</u> (significado 4)			
1. Participar e se envolver demonstrando sua demandas.	4	11	3
2.Responsabilidade em todos os processos.	0	0	0
3.Articular para ampliar o seu poder de decisão.	2	1	0
4.Compatibilizar o uso dos recursos ambientais com sua conservação.	2	0	1

Síntese da Categoria 01 – EA / PEA: Quanto ao entendimento das pessoas sobre educação ambiental, o grupo 1 destaca a EA como um

poderoso instrumento de transformação social e parcialmente como um processo de formação humana para o desenvolvimento ético da consciência humana, porém sem destacar a vertente da participação de maneira clara. A maioria das pessoas do grupo 2 consideraram a EA como um processo que envolve uma educação geral de formação e consciência das pessoas, algumas ainda vêm a EA como poderoso instrumento de transformação social. O grupo 3, técnicos externos de educação ambiental, é o único que perpassa por todos os significados levantados por ter maior domínio técnico.

Quanto ao programa de educação ambiental, os respondentes do grupo 1 destacaram a necessidade de se ampliar a percepção dos atores locais sobre o seu ambiente, contribuindo para a informação e o diálogo, porém não relaciona os PEA a promoção de uma reflexão ética e de transformação cultural. O grupo 2, em sua maioria, considerou a ampliação da percepção dos atores locais sobre o seu ambiente e alguns ainda vêm estes programas como um instrumento para o desenvolvimento de ações em prol do meio ambiente e a veiculação de informações, mas não relacionam os PEA a promoção de um processo de reflexão e um meio para facilitar o diálogo. No grupo 3 percebe-se novamente que os técnicos externos perpassam por todos os significados.

Quanto à necessidade de implementação de programas de educação ambiental em APA, todos os entrevistados, sem exceção, concordaram que os PEA são necessários dando razões distintas para isto: fundamentais e com grande potencial, pois auxiliam o Conselho Gestor em suas funções (grupo 1), têm uma grande importância para uma maior participação e envolvimento da comunidade auxiliando também o Conselho Gestor, mas precisa de comprometimento dos dois lados (grupo 2) e, por fim, que têm grande potencial, mas dependem do apoio das políticas públicas (grupo 3).

Quanto ao papel da comunidade local na implementação de PEA, os respondentes de todos os grupos destacaram a necessidade da participação e envolvimento da comunidade em todas as etapas apresentando as suas demandas. O grupo 1 também aponta o papel de articulação da comunidade a

fim de ampliar seu poder de decisão e o grupo 3 acredita na compatibilização e no uso dos recursos ambientais com sua conservação.

O que interessa nesse estudo, diante da pluralidade de visões acerca da educação ambiental, não é avaliar se a mesma foi boa ou a ruim, pois os pressupostos considerados tiveram ou ainda têm a sua importância para a construção desse campo da EA. O importante a ser considerado como assinala Carvalho (2004), são as diferentes orientações teórico-metodológicas para ter clareza do que se está fazendo e quais os resultados a esperar.

As perguntas selecionadas para abordar a categoria educação ambiental e PEA foram formuladas com base no pensamento de alguns como: Sorrentino (2005); Carvalho (2004); Loureiro (2004) e Reigota (2004), que discute uma educação ambiental transformadora, ou seja, aquela que possui o conteúdo emancipatório, onde as mudanças individuais e coletivas podem contribuir para o processo de construção de uma sociedade mais atuante.

Quanto ao entendimento do que é a EA, os três grupos apontam, de maneira distinta, o valor desse instrumento para a transformação social. O grupo 1 acentua a prerrogativa de Loureiro (2004), quanto à cidadania ativa e a busca de suas próprias melhorias. Esse pensamento mostra que os gestores públicos acham importante incentivar a participação das comunidades a partir da utilização da educação ambiental, para que as mesmas possam promover as transformações sociais e ambientais necessárias para uma melhor convivência com o seu meio social, como se pode observar no relato a seguir:

G1E2 – [...] a EA pode ser utilizada para levar informações e melhorar o nível de percepção e conhecimento das pessoas em respeito dos temas ambientais e também contribui para participação, incentiva essas pessoas a deixarem de sujeitos passivos e passarem a ser sujeitos ativos para promoverem, elas mesmas, as transformações/mudanças necessárias para que se tenha um ambiente com uma qualidade melhor.

Por outro lado, o grupo 2 (representantes das comunidades do entorno), destaca quase unanimemente que a EA é um processo educativo que forma consciência nas pessoas, isso é enfatizado em diversos momentos pelos participantes da comunidade. Isso nos leva a refletir que o entendimento da

comunidade é a necessidade mais elementar de todas, ou seja, ter consciência dos problemas que os cercam, para a partir daí começar a se envolver e participar das discussões para a viabilidade de projetos e propostas que possam ocorrer envolvendo o seu território. O relato das representantes da comunidade de Lamarão do Passé (G2E4 e G2E8), reforça essa premissa:

[...]. Com a conscientização começamos a mudar os nossos hábitos e passamos a nos envolver mais nos processos de decisão que possam afetar nossa comunidade.

A EA é um processo de conscientização, eu acho. Vamos aprendendo aos poucos e mudando nossos hábitos, precisamos disso para nossa melhoria [...].

É interessante notar a diferença de intenções que estão implícitas nas respostas dos entrevistados. Enquanto o grupo 1, que têm acesso à informação e conceitos, ressaltam a EA como poderoso instrumento, a comunidade espera desse mesmo instrumento que ele lhes ajude a ter maior “consciência”, pois percebem de alguma maneira ainda não se sentem suficientemente conscientes e essa conscientização pode vir a lhes orientar na melhor percepção dos problemas que os cercam e o quanto é necessário o seu envolvimento para a melhoria da sua comunidade.

A preocupação desses atores com o meio ambiente é percebida, mas ao mesmo tempo em que se preocupam com a degradação, a participação destas comunidades nos processos de decisão ainda é precária. Em entrevistas os moradores ressaltam a importância de participar dos processos, mas fatores diversos como a falta de recursos para a locomoção os impedem de estarem presentes nestes fóruns de discussão.

Utilizando a técnica de interpretação dos significados complementares, quando se questiona sobre os PEA, o grupo 2 neste momento, resalta a necessidade de se ampliar a percepção sobre o meio ambiente, reiterando novamente outra necessidade elementar do indivíduo. Analisando conjuntamente os significados postos pelo grupo 2, pode-se dizer que a comunidade espera que o PEA possa trazer o conhecimento necessário para

que melhor seja percebida a dinâmica que envolve as questões sócioambientais do seu território para que possa buscar meios para sua melhoria, mas pontuando sempre a conscientização como elemento básico para que as pessoas possam mudar de atitude em prol do meio ambiente.

Na visão de alguns participantes a conscientização de pessoas é possível e é uma função do PEA, o que contradiz com a visão dos especialistas (grupo 3) que acredita ser a conscientização um processo que se desenvolve ao longo da vida. Essa expectativa quanto a importância dos PEA em relação à formação de uma consciência é percebida em alguns relatos do grupo 2.

G2E4 - Acho o PEA importante sim para conscientizar cada vez mais porque esse é um trabalho árduo [...].

G2E5 - Um PEA serve para conscientizar a comunidade. É um trabalho difícil conscientizar, lidar com pessoas leva tempo [...].

Existe por parte dos entrevistados a percepção quanto à necessidade de implementação desses Programas de Educação Ambiental, porém o PEA a que eles se referiram seria aquele que nasce a partir de alguma demanda da comunidade em que a participação dos sujeitos envolvidos acontece desde a sua definição, elaboração e execução.

Esse fato pode ser constatado na ata do dia 20/05/2008 cujos relatos registrados durante a reunião do Conselho Gestor evidenciam essa visão e em anotação feita na reunião com a ONG Terra Mirim no dia 06/08/2008. Em relação aos três PEA estudados, percebe-se que apenas o PEA 3 (ONG Terra Mirim), permitiu o envolvimento da comunidade desde a sua concepção, os outros dois PEA se preocuparam mais em atender seus objetivos principais que eram a formação do Conselho Gestor (PEA 1) e a formação de vigilantes ambientais para a Caraiba Metais (PEA 2).

O grupo 1 considera também a ampliação da percepção da comunidade como um aspecto relevante para que estes indivíduos possam se envolver mais nos processos, com uma visão mais definida dos problemas da região. Este aspecto foi sempre pontuado nas reuniões do Conselho Gestor e

registrado em ata. Como era de se esperar, os representantes do grupo 3 perpassam por diferentes significados que denotam uma coerência de pensamento pautado em referências teóricas, porém com certo distanciamento da realidade vivenciada na APA. Alguns resumem que para um processo de EA tornar-se efetivo é necessário o envolvimento de toda a comunidade, onde o indivíduo precisa perceber-se como sujeito social, com capacidade para interpretar a realidade existente na relação entre a sociedade e a natureza (dados comprovados em relatórios e atas).

Em relação à questão 3 sobre a implementação dos PEA estudados nesta APA, algumas respostas dos representantes das comunidades indicam que eles entendem que esses PEA agiram como catalisadores de um processo participativo seguido de um maior envolvimento da comunidade em algumas ações em prol do meio ambiente, mas a participação ainda é pequena. Mesmo o PEA 2, direcionado prioritariamente para apoiar a Caraíba Metais em seu controle ambiental, teve a sua importância, pois ações como essas não acontecem com frequência na APA e de acordo com a percepção dos participantes, esse PEA os auxiliou em mudanças de comportamento em relação ao meio ambiente e os incentivou a participar mais das questões referentes ao seu território.

Com base nesse entendimento, poder-se-ia dizer que os 3 PEA influenciaram esses atores sociais a se apropriarem e se mobilizarem na busca de um processo educativo de formação que seja inclusivo, articulado e comprometido com a participação cidadã. O relato da professora G2E4 de Lamarão do Passé e participante do PEA 2 demonstra essa mudança:

Eu achei ótimo participar desse PEA, porque eu me conscientizei. Porque antes, muito antes, queimava lixo e botava fogo nas garrafas quando limpava o quintal, pois não sabia, não tinha aquela consciência do dano que causaria ao meio ambiente. Hoje, jamais faria isto! Através desse PEA da Caraíba Metais todos nos modificamos, não só eu, como os outros participantes também[...].

Interpretando com olhar mais crítico e em comparação com o grupo 2, os grupos 1 e 3 vêem os PEA de maneira geral como um instrumento de apoio às

funções operacionais tanto do governo como do Conselho Gestor e não ressaltam, nesse ponto, a possibilidade de promoção de cidadania dentro da comunidade contemplada. Para eles, esse é um fato que se ocorre ao longo do processo de mobilização e sensibilização para implementação de determinado PEA, onde os atores sociais são estimulados a participar dos processos decisórios, conforme relatos abaixo:

G1E2 - Os PEA são fundamentais principalmente para mobilizar, estimular a participação e melhorar a atuação dos Conselhos Gestores [...]. Por meio desses Programas, as informações conseguem ser codificadas pelos indivíduos ou grupos.

G1E3 – Os PEA auxiliam no desenvolvimento de ações que possibilitem transformar uma realidade a partir dos problemas da comunidade. Também auxilia o Conselho Gestor a descobrir melhor forma de agir junto com a comunidade.

G3E3 – É um processo que possibilita a reflexão sobre as condutas do sujeito e da coletividade acerca das questões ambientais, e, sobretudo traz à consciência de todos os envolvidos de que é necessário mover-se para a ação, ou seja, ser agente de transformação na busca de alternativas que assegurem um ambiente de qualidade.

Na questão 4, sobre o papel da comunidade na implementação dos PEAs, estudados e nos PEA em geral, os três grupos ressaltam que a comunidade precisa se envolver e participar dos espaços de discussão levando suas demandas. No entanto, pode-se colocar como ponto de reflexão qual o entendimento dos três grupos sobre a participação apontada nas respostas?

A análise conjunta dessa categoria com a categoria participação revelará, mais adiante, os diferentes sentidos e compreensão que estão implícitos nas respostas dos grupos entrevistados.

4.2.2 Percepção Ambiental

A tabela 2 analisa as entrevistas com base na categoria de análise 02 – Percepção Ambiental, com seus diversos significados.

Tabela 2: Categoria de Análise 02 – Percepção Ambiental – e seus significados correspondentes.

Categoria 02 – Percepção Ambiental	Diretamente envolvidos com a gestão da APA (CG e Governo = 6)	Indiretamente envolvidos com a APA (comunidades de entorno = 12)	Técnicos Especialistas em Educação Ambiental (externos = 4)
<u>Como você enxerga o meio ambiente da APA Joanes-Ipitanga?</u> (significado 1) 1. Área com muito potencial, grande valor ambiental, ainda com reservas naturais de Mata Atlântica. 2. Uma área com grande pressão urbana e sempre em transformação. 3. Meio ambiente precisando de muita ajuda.	4 2 0	5 1 6	2 1 1
<u>Qual o objetivo de uma APA?</u> (significado 2) 1. Trabalhar junto com a comunidade, orientando-a. 2. Tentar conciliar a proteção dos recursos naturais e disciplinar o uso e ocupação do território. 3. Preservar os atributos naturais e os ecossistemas locais. 4. Garantir a promoção do desenvolvimento sustentável.	2 3 1 0	4 1 7 0	0 1 2 1
<u>Qual o papel da comunidade local nesta área protegida?</u> (significado 3) 1. Se fortalecer articulando-se com organizações internas e externas. 2. Se envolver diretamente em todos os processos. 3. Entender e conhecer melhor seu ambiente para protegê-lo.	0 5 1	0 12 0	1 3 0
<u>O que pode ser feito para a melhoria desta APA?</u> (significado 4) 1. Fortalecer-se com uma gestão compartilhada entre o Poder Público, a comunidade local e instituições privadas. 2. Fiscalização e monitoramento. 3. Articulação e divulgação.	4 0 2	10 1 1	2 1 1

Síntese da categoria 02 – Percepção Ambiental: Quanto à visão dos respondentes sobre como percebem o meio ambiente da APA Joanes-

Ipitanga, o grupo 1 destaca que a área ainda possui grande potencial do ponto de vista ambiental, no entanto, está em constante transformação devido à pressão urbana. O grupo 2 considera o potencial ambiental da área, mas destaca a necessidade de maior apoio para a APA. O grupo 3 observa os dois aspectos, ou seja, o potencial ambiental da APA e a necessidade de apoio.

Quanto aos objetivos de uma APA, os respondentes do grupo 1 ponderam que o objetivo de uma APA é conciliar a proteção dos recursos naturais e o disciplinamento no uso e ocupação do solo, como também trabalhar junto a comunidade orientando-a. O grupo 2 na sua grande maioria, destaca a necessidade de se preservar os atributos naturais e ecossistemas locais e o grupo 3 considera como prioritário esse requisitos e também a promoção do desenvolvimento sustentável, não destacando, neste quesito, a importância de se trabalhar junto com a comunidade.

Quanto ao papel da comunidade local nesta área protegida, os respondentes dos 3 grupos destacam a necessidade de envolvimento direto da comunidade em todos os processos. Um representante do grupo 1 pondera que a comunidade deve conhecer melhor o seu ambiente para posteriormente protegê-lo; e um representante do grupo 3 considera que a comunidade deve se fortalecer buscando apoio de instituições financeiras, órgãos públicos e empresas privadas, além de organizações não governamentais nacionais e internacionais.

Quanto ao que se pode fazer por esta área protegida, os 3 grupos destacam o fortalecimento da comunidade por meio de uma gestão compartilhada. O grupo 1, representantes do órgão gestor e do Conselho Gestor não pontuam a fiscalização e o monitorização como prioridade, mas ressaltam a gestão compartilhada juntamente com a articulação política e ampla divulgação. Os outros grupos consideram em menor proporção a fiscalização e monitorização do local.

Considerando que a percepção ambiental precisa promover a sensibilização e a consciência do espaço, bem como o desenvolvimento da compreensão, do entendimento e do conhecimento do ambiente ao seu redor, Tuan (1980) e Kohrsdorf (1988), reforçam a discussão quanto a importância da percepção ambiental no entendimento da dinâmica do ambiente natural e apreensão do espaço, que as questões relacionadas a esta categoria foram elaboradas. O espaço em questão é percebido pela maioria dos respondentes do grupo 2 (representantes da comunidade) como se pode observar nos relatos dos participantes G2E5 e G2E9:

Enxergo que a nossa região é muito importante, mas precisamos preservar os rios, as matas, tudo que nos cerca, pois mesmo sendo aqui uma APA nós não temos esta preservação. Enxergo um ambiente sem preservação, a retirada de madeira é contínua e sempre vemos as caçambas que passam por aqui e quando voltam estão cheias de argila ou madeira. E saindo argila e derrubando as árvores prejudica os rios, [...].

Vejo este ambiente como uma área de vasta vegetação e que possui um importante rio que abastece várias comunidades, mas está sem preservação.

Na primeira questão da categoria de análise 2, o grupo 3 perpassa pelos diferentes significados, demonstrando o seu conhecimento técnico com coerência. Em contrapartida, existe o indicativo de que os grupos 1 e 2 têm uma percepção da composição do meio ambiente local. No entanto, os significados em relação à área são percebidos de forma diferente, o valor que um técnico do órgão gestor dá aqueles recursos naturais são pautados em conhecimentos técnicos sobre a importância daquele bioma, seus aspectos bióticos com toda a sua complexidade, enquanto que para a comunidade local aqueles recursos dizem respeito à sua sobrevivência, seu lugar de origem.

Como enfatizam Bodgan e Bliklen (1982), a seleção que cada pessoa faz do que vê depende muito de sua história pessoal e, principalmente, do seu meio social/cultural, portanto, o que pode parecer um problema ou fator impeditivo para uns, pode não significar nada para outros que convivem com o problema e já se encontram adaptados ao mesmo.

Como exemplo disso destaca-se o relato de duas pessoas da comunidade residentes em Camaçari/Dias D'Ávila, região com forte

degradação ambiental devido à poluição atmosférica decorrente das indústrias do Pólo Petroquímico. Os efeitos dos impactos ambientais são claramente percebidos, matas e rios em elevado estado de degradação, ambiente inóspito com uma poeira constante e um calor sufocante. Porém, os relatos sobre como alguns moradores vêm este lugar permite realmente constatar as afirmações dos autores acima citados e de diversos outros autores que pesquisam sobre este assunto. A seguir são apresentados alguns relatos de moradores de Leandrinho e Lamarão, comunidades altamente impactadas pelos efeitos da poluição causada pela Caraíba Metais:

G2 E4 - Eu enxergo assim uma coisa muito bela, a natureza aqui é uma coisa **lindíssima** e que a cada dia a gente vê a beleza assim, se degradando [...].

G2E5 - Enxergo um ambiente **muito bonito**, mas sem preservação [...]

G2E8 - Enxergo **a beleza**, mas vejo os problemas e tenho tristeza, pois estamos perdendo muita coisa.

O que fica indicado nesses relatos é que quanto mais se convive com o ambiente, maior identidade se tem com o mesmo. A percepção é uma resposta aos estímulos externos podendo ter valores individuais que podem propiciar satisfações ou insatisfações.

A beleza citada pelos entrevistados e não percebida em visita ao local, mostra com clareza o quanto o envolvimento emocional e a identidade com o ambiente pode suscitar percepções diferentes pelo mesmo objeto. Esse fato é elucidado por Lynch (1997) que relata que o organismo humano se adapta às situações que lhes são impostas e que grupos diferentes podem ter imagens essencialmente diferentes de uma mesma realidade exterior.

Segundo Del Rio e Oliveira (1999), o meio ambiente influencia os indivíduos de tal forma que ao interpretar todas as informações relacionadas com o mesmo, o indivíduo resgata imagens e memórias que se transformam em um elo que o liga ao meio em que está inserido e deseja preservar.

Os entrevistados resgatam a memória de como era o local e trazem este sentimento para o momento atual, e mesmo percebendo a degradação, para eles este ambiente ainda continua belo, fato também percebido em observação na ocasião das entrevistas onde os participantes demonstraram uma grande satisfação por estar ali, por viver naquele local.

Quando são colocados juntas as respostas da comunidade a primeira pergunta desta categoria de análise vemos que os 3 grupos tem respostas semelhantes porém com significados distintos. Para o grupo 2, o valor ambiental implícito na questão tem referência ao seu lugar, as suas raízes, ao lugar a que pertencem e vivem, enquanto que para os grupos 1 e 3, este aspecto está pautado no valor ambiental desses recursos naturais, ou seja, na importância que a preservação desse bioma tem para a Região Metropolitana de Salvador com a sua infinidade de ecossistemas.

Quanto ao conhecimento dos objetivos de uma APA, quase a totalidade do grupo 2, reconhece que é importante se preservar os recursos naturais, fato também relevante nos grupos 1 e 3. Alguns relatos do grupo 2 enfatizam esta questão:

G2E4 - Os objetivos são cada vez mais procurar conscientizar, preservar, reflorestar, pelo menos amenizar a situação degradante que já está. Os rios hoje a maioria estão todos poluídos.

G2E5 – A APA deve ser criada para conservar o meio ambiente, a flora, a mata, os pássaros, a fauna, que já não existe mais. Antigamente você pegava tatu de mão e hoje está tão difícil ou já não existe.

G2E9 – A APA tem o objetivo de proteger a área contra ações que possam degradá-la, preservando seus recursos naturais.

O trabalho junto à comunidade foi ressaltado pelo grupo 1, o que indica que os gestores e representantes do Conselho percebem a importância do trabalho em conjunto, mas interpretando mais criticamente, percebe-se um maior enfoque na afirmação do primeiro significado, ou seja, a frase “orientar a comunidade” pode ser entendida como um certo poder de força na relação órgão gestor/Conselho Gestor e comunidade. A comunidade deve ser

convidada e estimulada, eles já têm a percepção do que necessitam, o órgão gestor precisa estar mais presente, ouvir mais e apoiá-la quando necessário.

Para um bom trabalho de educação ambiental, é necessário que se tenha sim, o apoio da comunidade, como é pontuado na Lei n. 9.795/99 da Política Nacional de Educação Ambiental e na Lei n. 9.985/2000 do Sistema Nacional de Unidades de Conservação e defendido por vários autores como Loureiro (2004), Layrargues (2004), Sorrentino (2005), Sato e Carvalho (2005), entre outros.

Diante dessa informação, não foi surpresa a constatação de que a comunidade (grupo 2) reconhece e destaca a importância de seu envolvimento direto em todos os processos na busca da sonhada solução harmoniosa e que possa ser coerente a todos, este significado também é reconhecido de forma relevante pelos grupos 1 e 3. Esse fato conduz à questão de que a comunidade quer e precisa ser envolvida, ser consultada e que deve ser participante ativo em todas as discussões referentes a esta área. Brandão (2005, p.32) reforça a idéia de que:

Quando o ser humano se alia à natureza e busca comunicar-se com ela de modo a interagir com o mundo em que vive sem o desejo de apropriar-se, de dominar ou destruir, ele cria as condições de uma relação harmoniosa entre a sociedade e a natureza, entre a cultura e o ambiente.

A interação da comunidade com a região onde se encontra a APA Joanes-Ipitanga é percebida e evidenciada pelas entrevistas, alguns participantes do grupo 2, ou seja, os moradores locais participantes ou não dos PEA estudados, percebem os problemas ambientais da área, estão presentes nos fóruns de discussão, procuram soluções e buscam a melhoria de sua qualidade de vida, mas outros ainda continuam sem interesse ou desligados das questões referentes a problemática ambiental.

Existe uma forte indicação nas entrevistas de que a comunidade percebe a importância de reivindicar os seus direitos à participação na construção de políticas públicas, ela percebe a falta de projetos e programas

na região e procura mudanças. O processo educativo é um importante instrumento de mudança social que pode contribuir na busca de novos rumos para uma determinada comunidade ou região. A fala da moradora G2E4 mostra a necessidade de participação da comunidade:

A comunidade deve se envolver também nos projetos porque muita gente não tem a conscientização para ela tanto faz. [...] Eu acho que a comunidade tem o poder de ajudar, mas precisa ser muito envolvida [...].

O envolvimento da comunidade é um dos requisitos importantes para a implementação de um PEA, apesar de suas limitações a EA tem o potencial de estimular, sensibilizar, despertar no indivíduo o desejo de mudança, o que o leva a perceber suas necessidades e agir como cidadão crítico, autônomo, capaz de transformar o seu ambiente e lutar pela promoção de melhorias.

Percebe-se neste estudo que as comunidades ainda precisam de apoio para essa autonomia ou emancipação citada, ainda não se constatou a articulação de ações nessa direção. A mobilização e sensibilização ainda precisa ser intensa, pois mesmo os moradores que mais participam dos processos de decisão ainda têm a percepção de que o governo estadual deveria resolver os seus problemas.

O estudo de percepção pode auxiliar as organizações não governamentais e instituições públicas e privadas no enriquecimento e viabilização dos Programas de Educação Ambiental, ele fornece os subsídios necessários para que os gestores percebam as verdadeiras necessidades e possam discernir quais as demandas existentes em determinada região, a comunidade deve ser vista como uma parceira nestas ações. Os relatos dos grupos 1 e 3 demonstram esta questão:

G1E1 - A comunidade precisa se engajar nos programas, nos projetos que por ventura venham a ser desenvolvidos na APA, [...].

G3E4 – A comunidade deve se envolver mais nos processos decisórios, deve tomar mais para si a resolução dos problemas, [...].

As imagens, memórias de experiências anteriores, ressaltadas por Lynch (1997), auxiliam o indivíduo na percepção dos elementos que compõem o ambiente, tomando consciência do meio em que está inserido, levando-o a proteger e a cuidar dos recursos naturais, além de identificar necessidades e perceber como participar de forma mais efetiva nas discussões. Essa necessidade de maior envolvimento é apenas discutida nas reuniões ordinárias do Conselho Gestor onde é perceptível a pequena participação da comunidade. A articulação para que essa premissa se torne efetiva ainda não ocorreu, como se pode perceber no relato a seguir:

G2E5 - A comunidade não percebe a importância da participação nas discussões, a APA não existe para eles. Acho que não se sentem estimulados a participar. Talvez falte apoio para que isso aconteça [...].

Dessa forma, analisando a questão 4 podemos perceber que todos os grupos, principalmente o grupo 2, relata que a melhoria da região, o seu desenvolvimento poderá ser viável se houver uma parceria entre o Poder Público, à sociedade e as instituições privadas. Este fato é evidenciado no relato abaixo:

G2E4 - O que pode melhorar é pelos poderes dominantes, o governo, os prefeitos os deputados, os empresários é que podem fazer alguma coisa, muitas empresas que estão degradando tudo é que tem que contribuir para melhorar. A comunidade também deve dar a sua parcela, é todo mundo envolvido.

Numa análise mais crítica, pode-se perceber que a indicação de que a comunidade ainda está muito presa à prerrogativa de que a resolução dos seus problemas é de responsabilidade de outras instâncias e que ainda não se percebem como cidadãos que possam resolver as próprias demandas.

A comunidade percebe a necessidade de apoio político, mas ainda não se reconhece como sujeito ativo, percebe que não pode ser sujeito passivo e procura atuar participando de alguns fóruns de discussão, mas ainda é muito pequena a participação das comunidades nas reuniões do Conselho Gestor desta APA que acontece bimestralmente em Lauro de Freitas.

Ainda em relação a esta questão, comparando o grupo composto pela comunidade aos outros dois grupos, pode-se perceber que a forma como eles vêem a parceria entre o órgão gestor e a comunidade é distinta. Como seria esta parceria e como envolver a comunidade nas questões em se tratando de um governo que ainda tem em si uma democracia disfarçada em que as decisões ainda estão em seu poder.

Como relatado anteriormente, percebe-se por meio das entrevistas e relatos na reunião do Conselho Gestor registrados em atas, que a comunidade ainda precisa de apoio para que desenvolva uma percepção mais efetiva, mas está no caminho, existe evidências descritas pela maioria dos entrevistados que ratificam o desejo de uma maior percepção para que possam ter um entendimento geral da problemática que os cerca e poderem se envolver nas discussões visando a melhoria da qualidade de vida local e da conservação e preservação dos recursos naturais existentes nesse território. Eles percebem os problemas, a importância da preservação e conservação, mas ainda se sentem impotentes para exercer a sua cidadania.

4.2.3 Participação Social

A tabela 3 analisa as entrevistas com base na categoria de análise 03 – Participação Social, com seus diversos significados.

Tabela 3: Categoria de Análise 03 – Participação Social e seus significados correspondentes.

Categoria 03 – Participação Social	Diretamente envolvidos com a gestão da APA (CG e Governo = 6)	Indiretamente envolvidos com a APA (comunidades de entorno = 12)	Técnicos Especialistas em Educação Ambiental (externos = 4)
<u>O que você entende por Participação Social?</u> (significado 1)			
1.É um processo educacional.	1	0	1
2.É um processo de inclusão da sociedade civil na formação das políticas públicas.	4	0	1
3. É uma estratégia, uma forma de construção democrática.	1	2	2
4.É um processo de discussão aberto a todos.	0	10	0
<u>Que elementos você considera fundamental para incentivar a participação social?</u> (significado 2)			
1.O acesso a informação e participação nos fóruns de discussão.	2	3	2
2.O envolvimento da comunidade em todos os processos.	4	8	1
3. A viabilização de cursos de capacitação.	0	1	0
4.A democracia, a transparência e o diálogo.	0	0	1
<u>Como garantir o direito a participação social?</u> (significado 3)			
1.Com muita transparência e com divulgação das informações.	2	1	3
2.Com o fortalecimento das organizações e escolas locais.	0	0	0
3. Promovendo espaços de discussão.	3	11	1
4. Melhorando a escuta.	1	0	0
<u>Como a participação social pode auxiliar na resolução dos problemas ambientais da APA Joanes-Ipitanga?</u> (significado 4)			
1.Denunciando e melhorando a qualidade das atividades.	1	0	0
2. Participando e levando as demandas para os fóruns de discussão.	5	12	3
3. Apontando as melhores alternativas para aquela área.	0	0	1

Síntese da categoria 03 – Participação Social: Quanto ao entendimento dos respondentes sobre participação social, o grupo 1 acredita que a participação seja um processo educacional onde existe a

inclusão da sociedade civil na formação de políticas públicas e também que se trata de uma estratégia de construção democrática. O grupo 2 ressalta, na sua maioria, que a participação social é um processo de discussão aberto a todos, seguido por uma estratégia de construção democrática. O grupo 3 pondera que a participação é uma estratégia de construção democrática, além de ser também uma maneira de incluir a sociedade civil na formação das políticas públicas.

Quanto aos elementos fundamentais para incentivar a participação social, os grupos 1 e 2 destacam o envolvimento da comunidade em todos os processos, além do acesso a informações e participação nos fóruns de discussão. O grupo 3 pondera este envolvimento, mas dá maior ênfase ao acesso a informação e participação nos fóruns de discussão.

Quanto ao fato de como garantir o direito a participação, os respondentes do grupo 1 se dividem entre a necessidade de promoção de espaços de discussão e a divulgação das informações com transparência, além de melhorar relações entre o governo e a sociedade. O grupo 2 na sua grande maioria, destaca a promoção de espaços de discussão e, um representante, destaca a divulgação das informações com transparência. Essa mesma situação apresenta-se invertida no grupo 3, onde a maior ênfase é dada à divulgação das informações com transparência, seguido da promoção de espaços de discussão.

Quanto à maneira como a participação social pode auxiliar na resolução dos problemas ambientais da APA Joanes-Ipitanga, os respondentes do grupo 1 destacam, na sua maioria, a importância de participação nos fóruns de discussão, apresentando as demandas locais, seguido da importância de se fazer denúncias para alcançar melhorias. O grupo 2, em sua totalidade, também destaca a participação nos fóruns de discussão com apresentação das demandas locais. No grupo 3, percebe-se que a participação nos fóruns de discussão mereceu destaque, mas também

consideraram a importância da participação no sentido de apontar melhores alternativas para a área.

A participação social da comunidade nos processos decisórios é necessária e pode ser traduzida como uma potência de ação, ou seja, trata da passagem da passividade para a atividade. É necessário que os atores sociais se envolvam e possam se expressar de forma ativa nas discussões referentes ao seu território.

A primeira questão da categoria de análise 3 se refere ao entendimento do entrevistado sobre participação. Os gestores públicos e membros do Conselho Gestor da APA, que legalmente têm responsabilidade sobre sua gestão, tiveram uma inclinação forte de considerar participação social a inclusão de indivíduos da sociedade civil no momento das decisões políticas como na construção de uma política pública. Este pensamento limita teoricamente a idéia de uma participação ampliada que é defendida dentro do contexto de um novo modelo de democracia.

A tendência das pessoas que têm responsabilidade legal sobre a APA em estudo (CG e Governo) foi limitar a participação à esfera pública de decisão, ou seja, aquele espaço cedido por esses representantes.

Por outro lado, é curioso perceber que quase a totalidade das respostas das pessoas das comunidades do entorno (grupo 2) foi para o significado de número 4 que traduz o “acesso irrestrito” às discussões sem, contudo, delimitar um contexto para que a participação aconteça. Isso nos faz refletir sobre a percepção dos moradores locais que, neste caso, são pessoas com baixo grau de instrução e poder aquisitivo. No entanto, este grupo de pessoas demonstra de forma clara que a prioridade para a participação é o acesso irrestrito às esferas de participação a todos os cidadãos sem delimitar qual o fórum especificamente, pois busca-se firmar, antes disso, a conquista do direito de participar, ensejando a essência do conceito de democracia participativa ampliada como apresentado por Santos (2003).

Os representantes do terceiro grupo (técnicos externos de EA) se posicionam nas suas respostas com a mesma lógica do grupo 1 (CG e Governo), perpassando significados como processo educacional, inclusão da sociedade na construção das políticas públicas e estratégia de construção democrática. No entanto, estes dois grupos não destacam o significado que traz a idéia do acesso irrestrito a todos os indivíduos em qualquer espaço de discussão existente sem determinar qual espaço seja. Isso traz à tona a questão da percepção diferenciada entre aqueles que têm acesso a informação técnica e/ou têm responsabilidades governamentais, os quais apontam os diferentes conceitos trazidos nos livros e no bojo das políticas públicas de inclusão; e aqueles que são moradores das comunidades do entorno da APA, os quais não estão lidando com os conceitos teóricos, portanto, apontam puramente o desejo, a necessidade de ter acesso às esferas de participação de uma maneira geral e não específica.

Quanto ao trato de que elementos seriam fundamentais para incentivar a participação social, os três grupos entrevistados apontam, prioritariamente, dois significados: o envolvimento das comunidades em todos os processos que ocorram dentro de seu território seguido da importância do acesso às informações de maneira ampliada, pois dessa maneira eles poderiam participar mais ativamente dos processos de decisão.

A questão que se coloca dentro desse contexto é a compreensão diferenciada do que seja envolvimento da comunidade em todos os processos. Aqui pode-se dizer que o envolvimento da comunidade local nos processos que ocorrem em seu território significa que ela pode elaborar suas demandas, planejar conjuntamente com os governantes responsáveis, assumir responsabilidades dentro do processo de gestão, monitorar e até mesmo controlar o seu território como guardiões, explicitando seu papel cidadão. No caso específico da APA, esse envolvimento poderia ser traduzido ao dialogar com os representantes do Conselho Gestor, mobilizar sua comunidade, fazer multirões socioambientais, aderir às campanhas informativas e de educação ambiental, coordenar ações locais, dentre outros. No entanto, é comum ver nos Programas governamentais a realização de uma audiência pública na

comunidade seguida da implementação das etapas previamente planejadas pelo órgão gestor ou outro órgão estadual e apresentadas aos moradores locais, a exemplo do PEA do Conselho Gestor.

Para os gestores governamentais responsáveis pela elaboração desses PEA, esse cronograma de execução pode traduzir o envolvimento necessário e suficiente da comunidade no processo assim como o acesso à informação. Pode-se questionar aqui qual o valor de se envolver em um programa que já está previamente planejado e com orçamento público reservado para suas ações? Certamente o que os gestores públicos e membros do Conselho Gestor da APA definem como envolvimento da comunidade e acesso às informações não está em consonância com a percepção que os moradores têm desses dois significados, como percebido a partir das entrevistas nos diferentes grupos.

Quando são colocadas juntas as respostas dos representantes das comunidades às perguntas 1 e 2 desta categoria de análise, tem-se um complemento de significados que denotam que o envolvimento da comunidade em todo o processo para este grupo de pessoas seria a partir de um acesso irrestrito e igualitário de todos à todas etapas de um processo. Limitar o envolvimento da comunidade a uma participação nas etapas de um PEA governamental parece muito pouco diante da expectativa implícita nas respostas desse grupo. Indubitavelmente, o que os entrevistados da comunidade esperam é transpor essa participação limitada aos Programas e às audiências públicas do governo em um tipo de apropriação de seu território.

Essa forma de participação comumente vista nas esferas governamentais é criticada por alguns autores como Heringer (2002), ao se tratar, muitas vezes, de uma busca disfarçada pela legitimação de programas governamentais como resposta aos planos de governo ou à exigência dos organismos internacionais de financiamento desses projetos. Para o autor, esta prática vai exatamente ao contrário do sentido ampliado de participação, imobilizando os potenciais de organização eminentes das comunidades que, por sua vez, levam a uma participação de qualidade.

Esse conceito de participação sob a ótica qualitativa reporta ao pensamento de Demo (2001) anteriormente colocado, o qual traz uma reflexão sobre a concessão de participação vista hoje nas políticas governamentais por todo País. Em contrapartida, o autor nos coloca outro modelo de participação, ao qual denominou de participação conquistada, que surgem nos novos movimentos sociais como tradução de suas demandas e organização comunitária independentemente de condições firmadas ou concessões dos governos vigentes.

Na questão 3 dessa categoria – como garantir o direito a participação? Percebe-se uma coincidência de respostas, dessa vez entre os grupos 1 e 2 dos entrevistados com significados implícitos completamente distintos, os quais podem ser apreendidos a partir de leitura apurada das respectivas entrevistas. Para o primeiro grupo (CG e Governo) promover espaços de discussão refere-se a fóruns e oportunidades de participação promovidas e coordenadas por eles, o próprio governo ou conselho gestor. Por outro lado, existe uma ligação entre a percepção desses grupos, pois esta mesma resposta advinda dos representantes das comunidades do entorno da APA enseja outro significado, onde a promoção de espaços de discussão que garantam a participação é de responsabilidade de todos, inclusive da comunidade mobilizada; e não exclusividade do poder governamental.

Em relação à última questão da categoria – Como a participação pode auxiliar a resolução dos problemas ambientais da APA? – os três grupos consideraram prioritária a oportunidade de levar as demandas das comunidades para os fóruns de discussão por meio da participação desses atores sociais, inserindo-as na pauta em foco.

Ao interpretar todas as respostas de cada grupo individualmente, detectou-se a linha de pensamento de cada um desses segmentos entrevistados em relação àquele tema que direciona a questão, neste caso específico, a participação social. Esta leitura vertical de cada grupo fornece inferências adicionais àquelas retiradas da leitura comparativa entre os três grupos entrevistados.

Dessa forma, poder-se-ia resumir a tendência de significados do grupo 2 (representantes das comunidades), sobre a participação social como uma forma de conquistar o acesso aos espaços de discussão, que por sua vez, podem ser fomentados a partir do movimento da própria comunidade mobilizada. Para eles, estes espaços conquistados pela comunidade ou concedidos pelo governo são oportunidades valiosas para se levantar discussões sobre as questões demandadas pelas comunidades.

Para o grupo 1, poder-se-ia dizer que os significados conferidos às questões postas sobre participação vão à direção dos limites impostos pela gestão pública e pela entidade do Conselho Gestor, ou seja, uma participação direcionada a elaboração de uma política pública voltada para aquela localidade e prevista no plano de governo dentro de uma linha de tempo.

De acordo com as idéias apresentadas anteriormente, este seria um bom exemplo da participação concedida, apresentada por Demo (2001), aquela delimitada no tempo e no espaço por um órgão governamental e concedida durante este período à comunidade da APA. O autor em pauta questionaria qual o valor dessa participação e a qualidade desse exercício como cidadãos.

O grupo 3 (técnicos especializados em EA) escolhido como um balizador de conceitos técnicos perpassa, de maneira não tendenciosa, por todos os significados demonstrando a aplicação dos conceitos teóricos apreendidos ao longo de suas vidas profissionais, mas sem vivência em relação a APA.

O destaque percebido nos significados apontados pelo grupo 2 talvez possa estar aliado à figura da territorialidade, como apresentado por Sá e Santos (2004), constituindo-se como mais um fator fundamental para o surgimento do elo de identidades comuns nesses movimentos espontâneos de participação. Para as duas autoras é na territorialidade que se enraíza o profundo sentimento de pertencimento àquele local.

Sentir-se verdadeiramente parte integrante de um lugar, de um território de identidade, traduz, segundo as autoras, o sentimento de pertencimento

necessário para deflagrar o exercício da cidadania e, naturalmente, da participação social tão importante para a viabilização e continuidade dos PEA.

4.3 ANÁLISANDO OS PEA

4.3.1 PEA 01- Formação do Conselho Gestor da APA Joanes-Ipitanga

Analisando os objetivos desse PEA pode-se perceber que de alguma forma houve apreensão das informações disponibilizadas na ocasião da capacitação, mas isso aconteceu de forma passageira, não houve uma intensificação das ações, havendo uma quebra no processo, o que é constatado por alguns conselheiros que participaram desse PEA, como ilustrado na fala do entrevistado G1E4:

Estes programas que envolvem a questão ambiental, **não chegaram a ser trabalhados como se deve**. Nós não temos um vetor, um diagnóstico final desses programas. Foram **apenas luzes que se acenderam**, mas nós estamos sem saber se as pessoas realmente estão enxergando com a luz que sai deles ou se precisamos acender outras, são apenas pinceladas na questão. As ações não se consolidaram de forma efetiva.

Este relato demonstra que há uma percepção de que o Programa, apesar de ter objetivado a promoção e o estímulo a diversas ações, não conseguiu atuar de forma a efetivá-las. Esses objetivos foram citados ainda por alguns membros do Conselho Gestor em ocasião de algumas reuniões ou eventos, o que denota que os mesmos perceberam a necessidade de colocar em prática algumas dessas ações.

A visão desse participante do PEA e membro do Conselho Gestor é divergente do entendimento de um dos técnicos do órgão Gestor que acredita ter esse PEA efetuado algumas mudanças em relação à atuação do Conselho Gestor, o que pode ser visto na fala do entrevistado G1E2:

Esse PEA foi fundamental principalmente porque melhorou a atuação do Conselho Gestor dessa APA. [...] Através desse programa e de outros deste tipo, **as informações conseguiram ser melhor codificadas**.

O princípio constante no artigo V da Lei n. 9795/99, ou seja, a garantia de continuidade e permanência do processo educativo foi referenciado em um dos objetivos deste PEA, mas muito pouco foi feito nesta direção até o presente momento. Os membros do Conselho Gestor e os técnicos do órgão gestor da APA percebem a necessidade de implementação de Programas contínuos como destacado nos relatos de participantes deste PEA:

G1E1 – [...] as pessoas participaram ativamente do processo por meio de uma capacitação, que pontuou sobre as questões ambientais inerentes ao próprio território [...]. Porém, esse PEA **deveria ter continuado a implementar as ações**, pois desde quando um Programa é bem orientado ele pode ser bem desenvolvido. **Esse PEA não deu continuidade às ações propostas**, daí a sensação de inacabado.

G1E6 – Existem alguns programas na região, **mas não existe continuidade**, são ações pontuais. O PEA para formação do Conselho Gestor pensou neste problema, mas não concretizou. Sempre se pensa em continuar, mas faltam recursos, iniciativas e apoio.

Em relação à participação social e percepção ambiental dos sujeitos envolvidos nesse processo de capacitação, percebeu-se uma pequena mudança. Os atores sociais começaram a visualizar os problemas, a se interessar pelas questões ambientais referentes à APA e a participar de alguns fóruns de decisão. Essa premissa foi constatada em análise de documentos (relatórios, atas de reunião) que mostram essa mudança e também em acompanhamento às reuniões do Conselho Gestor desde sua formação em 2004 e mais frequentemente durante o presente estudo (2006 – 2008). Isso pode ser constatado em uma das entrevistas, como também em relatos registrados em atas das reuniões do Conselho Gestor:

G1E4 – [...] ainda pode-se sentir alguma diferença. As informações foram passadas e nós conseguimos ampliar a nossa visão, percebendo mais o nosso meio. Também começamos a nos interessar e nos preocupar mais com as ações referentes a esse território. A partir desse PEA, começamos a nos envolver e participar de alguns fóruns de decisão, além das reuniões do Conselho Gestor, sempre estamos participando das reuniões da Câmara, Prefeitura, enfim tudo que tem relação com a APA.

G1E5 – Estamos sempre na busca de conhecimento e essa capacitação foi apenas um começo. A partir dela compreendemos o

quanto é importante a nossa participação em todos os processos referentes à APA. Foi importante ampliar a nossa percepção para conseguirmos visualizar, entender a problemática ambiental dessa APA e poder trazer para as reuniões do Conselho a nossa contribuição e disponibilidade para ação.

Alguns membros do Conselho Gestor ainda se interessam e participam de determinados fóruns, possuem uma visão crítica em relação aos problemas ambientais encontrados na região e procuram alguma solução para minorá-los. Na lista de presença na reunião de Conselho Gestor comprova a participação desses membros, porém pela necessidade e abrangência dessa APA, ainda representam uma minoria.

A participação social relatada pelos técnicos entrevistados foi considerada de uma forma geral, no entanto, apesar de se detectar pequenas mudanças, percebe-se efetivamente que este PEA não fomentou a participação da comunidade de forma abrangente nos fóruns de decisão, como seria necessário para que as ações desse fórum se tornassem mais efetivas.

Observa-se nas listas de presença das reuniões ordinárias do Conselho Gestor que a grande maioria dos participantes é composta por representantes dos órgãos estaduais e municipais, empresas e ONGs que fazem parte do Conselho. A comunidade não se faz presente, nem mesmo os moradores do município de Lauro de Freitas comparecem as reuniões ordinárias. Não existe até o momento um atrativo para que essa participação aconteça de forma abrangente.

Apesar dessa falta de participação nos fóruns de decisão, o sentimento de pertencimento ao local, tão importante para o processo da educação ambiental discutido por diversos autores como Layrargues (2004), Loureiro (2004), entre outros, é percebido no relato do entrevistado G1E4, membro do Conselho Gestor e morador de Lauro de Freitas, um dos municípios da APA:

G1E4 - Ah, eu sinto um bem estar aqui, porque esta APA congrega além da capital, cidades interessantes com valor histórico que devem ser preservados, a questão do clima que favorece também o bem-

estar, a mata, as belezas naturais, eu me sinto feliz de morar e pertencer a esta região.

Esse estudo procurou analisar se este PEA contribuiu para despertar no indivíduo e na coletividade uma consciência e interesse pelas questões ambientais locais, além de aguçar a percepção ambiental dos mesmos e ampliar a participação social nos fóruns de decisão. Alguns entrevistados, técnicos do Órgão Gestor da APA evidenciam essa participação, mas essa concepção contradiz o que foi constatado nos dados, nos relatos contidos nas atas, nas listas de presença e na observação participante durante o período de estudo. Essas contradições são evidenciadas nos relatos dos técnicos do Órgão Gestor da APA - G1E1 e G1E2:

A **participação social** nesse PEA foi contemplada. O trabalho consistiu e se esforçou em conhecer os problemas, a realidade dos municípios, mobilizou lideranças e procurou a melhor forma para encaminhamento. A participação social pode fortalecer a gestão da APA, conhecendo a sua problemática e buscando formas de minimizar os problemas [...]. Então a **participação social** vem sendo uma peça fundamental nessa APA, para resolução de conflitos e para implementação de políticas públicas [...].

Em geral, acho que houve **participação social**. Quando se fala em PEA isto tem um apelo, uma repercussão positiva na comunidade, até mais do que outros programas, porque acho que os indivíduos entendem que é uma maneira deles se reunirem e procurar ter mais acesso aos processos, entendendo melhor as questões ambientais, eles poderão dar a sua opinião e exigir melhorias [...].

Por outro lado, a percepção dos participantes de PEA residentes em comunidades da região diverge da percepção dos técnicos acima citados, mostrando que essa participação ainda necessita ser mais estimulada. Apesar da constatação da importância da participação da comunidade nas questões referentes à APA, de uma forma geral, como mostra o relato de um dos participantes (G2E5) da comunidade de Leandrino em Dias D'Ávila, a preocupação com as questões referentes a APA Joanes-Ipitanga não existe:

Olha a comunidade não participa, a APA não existe para eles. A APA existe para mim que rogo o nome da APA e faço convite, falo em nome da APA, se tem um evento eu chamo os técnicos e faço a comunicação devida e eles se interessam, mas para a comunidade a APA não existe [...].

A perspectiva de estimular os participantes do PEA a se tornarem gestores do seu próprio território, visando a sua melhoria foi uma expectativa desse Programa, no entanto, o que se pode observar por meio da participação em reuniões e visita a algumas comunidades locais é que esta autonomia não é um fato evidente na maioria das comunidades. Muitas questões referentes a melhoria das comunidades poderiam ser discutidas no seu próprio território e encaminhadas por seus líderes para discussão nos fóruns e direcionamento para busca de parcerias.

Mas, essas comunidades ainda esperam que as soluções e melhorias sejam de responsabilidade única do governo, não buscam soluções para resolução dos seus problemas, não se considerando, portanto, aptas e com estrutura suficiente para tomarem decisões e exercerem a gestão de sua própria comunidade.

Apesar do interesse de alguns membros de associações comunitárias em participar da reunião ordinária do Conselho Gestor, esta participação coletiva ainda não é expressiva. Este fato é observado no relato de um técnico da prefeitura de Lauro de Freitas e participante desse PEA:

G2E2 - [...] a comunidade espera por soluções. Muitas vezes percebemos algumas pequenas iniciativas na direção da participação coletiva, mas esses atores sociais estão sempre esperando uma ajuda, uma solução, uma decisão do órgão gestor ou de alguma empresa. A participação nas reuniões do Conselho Gestor ainda é pequena, a população alega dificuldade de se deslocar e não se existe uma ação no sentido de resolução dessa questão.

O relato aponta para a falta de apoio logístico e recursos financeiros que impedem inclusive a participação da comunidade e conselheiros nas reuniões. O órgão gestor governamental não assume o custo do deslocamento e alimentação dos mesmos, dificultando dessa forma o acesso aos locais das reuniões e conseqüentemente prejudicando a participação na discussão de pautas muitas vezes de grande relevância para esse território. Por outro lado, existe também a falta de interesse e compromisso de alguns conselheiros, além da descontinuidade administrativa em alguns municípios o que acarreta

uma mudança constante de representantes no Conselho Gestor, dificultando o encaminhamento de alguns processos.

A maioria dos entrevistados está ciente dos problemas ambientais que afetam a APA e considera que a implementação desse tipo de Programa é necessário e urgente. Percebe-se a importância dada a ações contínuas de educação ambiental nestes espaços para que se possa garantir a efetividade e melhoria da participação da comunidade com vistas a melhoria da região.

O relato abaixo pontua algumas ações que podem vir a minimizar ou até mesmo explicar a aparente inércia em relação a este aspecto nessa UC:

G1E3 – Para que as ações de EA possam acontecer, uma das coisas que poderia ajudar seria diminuir a burocracia existente até hoje nos órgãos governamentais, dar maior mobilidade e apoio ao gestor da APA e buscar parcerias para implementação dos Programas e projetos viáveis [...].

Com base nas entrevistas realizadas e consulta aos documentos foi possível identificar algumas ações que foram sugeridas pelos participantes das reuniões no intuito de minimizar alguns problemas, como por exemplo: a criação de uma colônia de pesca no rio Joanes, como forma de estruturar a atividade pesqueira visando à sustentabilidade das famílias e a criação de uma horta comunitária em Abrantes e em Dias D'Ávila.

Algumas sugestões foram pontuadas nas reuniões durante o período desse estudo, como por exemplo a realização de reuniões do Conselho Gestor de forma itinerante, contemplando os 8 municípios onde a APA está inserida, com o intuito de aproximar essas comunidades, facilitar o acesso às informações e criar a oportunidade de um maior contato com o Conselho Gestor; a realização de excursões pela área de abrangência da APA para identificação dos problemas e irregularidades e posterior solução, além da elaboração de projetos para captação de recursos, entre outras demandas.

Analisando esse PEA, percebe-se que os princípios teóricos nele propostos visaram cumprir o papel firmado para EA na Conferência de Tiblisi

no que tange aos aspectos de mobilização, sensibilização e capacitação. Porém, a continuidade dessas ações nos 8 municípios não foi efetuada, havendo uma quebra no processo de mobilização e sensibilização que até hoje não foi resgatada.

Segundo Pádua *et al* (1997, 1999) e Loureiro (2004), um elemento-chave para Programas de Educação Ambiental em Unidades de Conservação é o desenvolvimento de mecanismos que promovam o engajamento das comunidades locais. Dentro dessa perspectiva, e considerando a EA como um processo contínuo que deve ser incorporado pela própria comunidade, percebe-se que neste caso em pauta esta iniciativa foi prevista inicialmente. No entanto, houve uma descontinuidade posterior que comprometeu o alcance dos objetivos firmados no programa de multiplicação das ações de sensibilização e valorização deste patrimônio ambiental e da cultura local.

Para esse PEA foi previsto que com a criação do Conselho Gestor uma das ações prioritárias seria a implementação de Programas de Educação Ambiental com vistas a sensibilizar, mobilizar e incentivar a população a participarem dos processos referentes a gestão e preservação da referida APA. No entanto, os registros das reuniões do Conselho Gestor (ordinárias e extraordinárias), mostraram que as questões referentes à Educação Ambiental foram muito pouco pontuadas até 2007. A fala de alguns membros do Conselho evidencia essa constatação:

G1E4 - [...] pouco se tem falado em EA por aqui, eu diria que a comunidade local precisa ser estimulada. [...] precisa haver um trabalho nesse sentido para que a população possa expressar seus sentimentos e dizer o que pensa para tentarmos ajudar ou viabilizar [...], o Conselho Gestor deve dar apoio e estar atento em relação a isto.

G1E5 [...] precisamos estimular mais as ações e projetos que envolvam educação ambiental e a geração de renda. A população é carente em várias comunidades e um incentivo nesse sentido seria bem proveitoso. [...] nós, membros do Conselho, precisamos trabalhar na busca de parcerias para viabilizar ações de educação ambiental aqui na região.

Apesar de alguns relatos de participantes das reuniões ordinárias demonstrarem a preocupação quanto aos problemas existentes na APA e questionarem sobre a necessidade de PEA na região, o que se percebe na maioria dos documentos e nas atas de reunião é que as discussões desse fórum dão prioridade sempre para outras questões como, por exemplo, os efeitos da degradação ambiental causada pelas ocupações ilegais, a disposição inadequada de resíduos sólidos, entre outros conflitos.

Os pedidos de anuências e autorizações diversas para instalação de empreendimentos na região tem sido a principal pauta das reuniões do Conselho Gestor. A EA como instrumento de transformação social não foi contemplada até 2007, mas a partir de 2008, ações inerentes a esse tema têm sido por vezes levantadas, como instrumentos fundamentais para alavancar o processo de gestão participativa na APA.

Em análise do documento oficial do Programa, cedido pela SEMA, percebe-se que a partir das propostas apresentadas, o PEA estimulou os envolvidos durante o processo de capacitação para a montagem e desenvolvimento de projetos que estivessem alinhados com as soluções apresentadas pelo grupo, sendo enfatizada a importância de propostas relacionadas com a geração de renda.

Pode-se observar por meio das entrevistas e documentos analisados que este Programa buscou contemplar alguns dos objetivos estabelecidos na Lei n. 9.795/99, como por exemplo, a tentativa de democratização das informações ambientais, o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social e o incentivo a participação individual e coletiva, porém este PEA também se configurou como uma ação pontual sem continuidade. Esse fato pode ser indicado como um dos fatores para a falta de participação e comprometimento de alguns membros do Conselho Gestor, além da limitação do envolvimento da comunidade nas reuniões ordinárias deste e em outros fóruns de decisão.

4.3.2 PEA 02 - Programa de Formação de Vigilantes Ambientais da Caraíba Metais

A comunicação como suporte da EA foi utilizada por esse PEA para manter a Caraíba Metais informada quanto aos possíveis danos ambientais que a mesma pudesse causar para as comunidades de Leandrinho (Dias D'Ávila) e Lamarão do Passé (São Sebastião do Passé), para promoção dos ajustes necessários no encaminhamento das ações de prevenção. Fica evidenciado mais uma vez, o direcionamento do PEA em função da Empresa e não em função da preservação ambiental da APA Joanes-Ipitanga. A falta de participação social e o envolvimento dos indivíduos para realização das ações propostas, ainda é uma carência da população local, como pode ser visto nos relatos a seguir:

G2E4 - Eu acho que tinha que ter uma participação maior das pessoas envolvidas por esse PEA, pois com a união teríamos força para negociar e fazer com que aconteçam mais projetos que possam beneficiar a região [...]. São poucos os que se envolvem nos processos decisórios, destes, alguns participam dos conselhos de meio ambiente e associações de moradores. [...], mas a participação de uma maneira geral ainda é muito pequena aqui. É um grãozinho de areia.

G2E5 - A participação é muito fraca, a comunidade deve ter mais consciência, pois ela pode influenciar para mudança na região e usufruir dos benefícios.

Analisando os documentos disponibilizados o que se pôde perceber foi um direcionamento voltado, prioritariamente, aos interesses da Empresa, distanciado portanto, dos princípios da EA que visam, principalmente, à participação social das comunidades.

Os vigilantes ambientais formados por esse PEA, receberam informações dirigidas e focadas nas consequências dos possíveis danos ambientais causados pela Empresa, a visão crítica formada a partir do conhecimento e de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações conforme princípios básicos (II e VII)¹¹ e

¹¹ Princípio II - LEI n. 9.795/99: a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o sócio-econômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade. Princípio VII - LEI n. 9.795/99: a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais.

objetivo (I)¹² especificados na Lei n. 9795/99, não foi estimulada, o que está evidenciado no relato abaixo:

G2E5 – ainda estamos precisando de capacitação, as coisas vão mudando e precisamos saber o que está nos atingindo. A natureza está muito diferente e eu não sei se é só pela degradação dos rios e das matas ou se é pela poluição. Precisamos ter conhecimento para tomar consciência dos perigos que nos cercam [...].

A compreensão por parte da população afetada quanto aos riscos socioambientais causados pelas atividades das indústrias locais foi gradativa, eles começaram a perceber e considerar alguns aspectos mais relevantes em relação aos impactos que os afetam, caberia aos peritos e aos técnicos ambientais a condução de ações mais efetivas no sentido alertá-los, informá-los e apoiá-los na busca de alternativas para minorar esses problemas.

O apoio inicial é necessário para que a população possa se sentir mais segura e aos poucos comece a se emancipar e tornar-se empoderada para gerir o seu próprio território. Os Programas de Educação Ambiental podem auxiliar na formação de cidadãos críticos que possam perceber falhas, discutir questões que se relacionam com a gestão do seu território, sugerindo demandas e buscando soluções com vistas a transformação do seu meio ambiente. Essa, no entanto, não demonstrou ser a meta do PEA estudado.

Apesar do direcionamento desse PEA ter sido voltado aos interesses da Empresa contratante, a comunidade sentiu-se contemplada e é perceptível a mudança de alguns hábitos da população em relação ao meio ambiente a partir dessa iniciativa. Essas questões podem ser constatadas analisando atas antigas de reuniões do Conselho Gestor, onde se encontra depoimentos de participantes desse PEA, que reforçam essa premissa. Algumas lideranças começaram a participar de outros eventos como seminários, cursos e reuniões em fóruns de discussão sobre o meio ambiente, para adquirir maior conhecimento.

¹² Objetivo I - LEI n. 9.795/99: o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, econômicos, científicos, culturais e ético.

Alguns entrevistados comentaram que houve alguma mudança de atitudes a partir das informações adquiridas por meio desse PEA, ficaram mais atentos às questões ambientais como se pode constatar nos relatos dos entrevistados G2E5 e G2E8:

Este PEA mudou o meu senso crítico. A partir dele, passei a cobrar e trabalhar em cima das nossas necessidades. Antes eu nem pensava e nem agia nesse sentido de meio ambiente, [...] meus conhecimentos em relação às necessidades da região evoluíram muito.

Com este PEA a minha visão em relação ao meio ambiente ficou diferente, comecei a observar mais a natureza. Esta iniciativa fez com que o meio ambiente ficasse mais presente em minha vida [...].

Por ser uma região muito carente, a realização das atividades de implementação desse PEA foi aceita pela população local e teve algum resultado segundo análise de documentos e relatos em reuniões durante o estudo, pois uma ação de educação ambiental como esta, ainda não havia acontecido na região.

A partir dessa proposta, os participantes começaram a se interessar e buscar conhecimentos e informações em relação ao meio ambiente, como mostra o relato de uma professora participante do PEA (G2E10):

O curso que nós tivemos aqui foi importante para a vida pessoal dos que participaram. Através desse curso, foi possível despertar alguns questionamentos nas pessoas, olhar um pouco para a realidade que nos cerca e a partir daí questionar sobre os problemas [...].

Os participantes entrevistados consideraram que algumas ações desse PEA foram proveitosas e na visão deles esta iniciativa serviu como um ponto de partida. As informações adquiridas os levaram a busca de novos conhecimentos e, apesar de não ter havido continuidade nas ações, o Programa despertou em alguns participantes, o interesse pelas questões ambientais.

Esse fato é percebido pela presença constante de alguns participantes desse PEA nas reuniões do Conselho Gestor e em outros eventos como cursos com a temática ambiental e também com a participação efetiva desses líderes

em outros fóruns de discussão, como comissões de meio ambiente municipais, associações de moradores, entre outros, que podem ser constatados segundo análise de documentos como atas de reunião, listas de presença e relatórios. O relato de uma professora e de um líder comunitário G2E4:

Eu participo da Associação de Moradores aqui em Lamarão e faço denúncias sempre. Já participei de vários cursos com consultores da área de meio ambiente, depois do Programa da Caraíba, [...]. Sou representante da Associação de Moradores no Conselho Municipal de Meio Ambiente [...]. A partir desse PEA eu me incentivei, me interessei e comecei a me envolver.

A participação constante de algumas pessoas nos eventos da região mostra que mesmo com o direcionamento voltado para resolver prioritariamente problemas relacionados à Empresa, esse PEA parece ter conseguido despertar em alguns indivíduos a cidadania, ou seja, a partir dessa iniciativa, alguns participantes começaram a participar de alguma forma e passaram a se interessar pelas questões ambientais do seu próprio território.

Percebe-se nesse PEA uma grande distância do que ele propõe com os pressupostos da vertente da EA crítica e transformadora. Desde a escolha dos participantes que contemplou em sua maioria os representantes da Empresa e dos órgãos gestores municipais, sem a participação das comunidades locais no processo. Constata-se em análise dos documentos que essa representação não foi relevante, com a participação de apenas 8 pessoas, 4 de cada comunidade (Leandrinho e Lamarão do Passé).

4.3.3 PEA 03 - Processo de Educação Ambiental no Vale de Itamboaté da ONG Terra-Mirim

Os dados sobre o Programa e seus resultados foram apresentados em reuniões ordinárias do Conselho Gestor em 2007 e 2008; também foram feitas anotações durante a observação participante em alguns eventos na sede da ONG Terra Mirim em Simões Filho, além de explanação da coordenadora de meio ambiente da ONG, sobre o processo de capacitação, os demais encaminhamentos e os resultados alcançados até o momento (dados gravados da entrevista do dia 06.08.2009).

As comunidades mostraram-se cientes dos problemas ambientais da região e a necessidade de mudanças, como pode-se constatar na fala dos participantes do PEA (G2E6 e G2E12):

Depois deste curso eu aprendi muitas coisas, me sinto cidadã. Os problemas da nossa comunidade não pertence só ao Município [...]. É importante conhecermos o nosso ambiente para buscar soluções dos problemas.

O PEA foi importantíssimo porque nos fez conhecer as leis ambientais e passamos a ter uma visão geral dos problemas ambientais da nossa região, começamos a pensar e a reformular nossas idéias,[...].

O processo de capacitação realizado pela ONG Terra Mirim priorizou a ação conjunta e a representatividade local. A participação social foi um ponto forte nesse processo de capacitação que visou a preservação do meio ambiente, a inclusão e a melhoria da qualidade de vida de seus moradores (fato relatado pela coordenadora da ONG Terra Mirim e confirmada pelos participantes em depoimento durante o curso).

A análise realizada por meio de documentos, entrevistas, observações, visitas ao local e participação em alguns eventos na região, indicou que o PEA proposto para o Vale do Itamboató foi o que mais se aproximou da EA enfocada neste estudo. Foi incentivado nesse processo, uma EA que pudesse articular de forma prática a necessidade de enfrentar a degradação ambiental e os problemas sociais existentes na região, buscando e propondo soluções mitigadoras, além de incentivar a comunidade a assumir uma postura de caráter mais propositivo (essas ações ainda se encontram em andamento).

Na apresentação desse PEA durante a reunião do Conselho Gestor do dia 25/05/2008, os participantes aparentaram estar muito envolvidos com as questões daquele território. Porém no momento das entrevistas, algumas pessoas já não se mostraram tão envolvidas quanto na ocasião da implementação inicial do Programa (2007 e 2008). Essa percepção é contraditória com as afirmações feitas pela coordenação da ONG, constatadas por meio de anotações feitas pela autora durante visita a ONG em 06/08/2008.

Percebeu-se que apesar desse PEA ter sido implementado em 2007, as questões discutidas ainda persistem na memória dos participantes dos participantes do curso de capacitação, porém algumas ações como a divulgação das leis ambientais nas escolas locais, por meio de palestras e distribuição de cartilhas não estavam acontecendo no período. Acredita-se que o período de férias escolares (janeiro e fevereiro de 2009), contribuíram para o distanciamento demonstrado por parte dos entrevistados, pois a maioria das ações aconteciam nas escolas locais.

O grupo de EA formado durante a capacitação para apoiar as demandas ambientais locais, já estava organizando uma nova agenda de eventos e acompanhamento para as escolas e se encontravam na ocasião em busca de parcerias dentro e fora da comunidade para viabilizar algumas ações. Apesar da dificuldade para viabilizar ações como a preservação dos rios da região, pode-se constatar a preocupação dos indivíduos ou grupos com os problemas ambientais daquele território e a importância dada a participação da sociedade em questões pertinentes.

No geral, percebe-se que os PEA estudados entre outros aspectos, não tiveram a continuidade desejada, mas de alguma forma contribuíram para despertar o interesse de algumas pessoas desta região pelas questões ambientais. Este fato demonstra que a comunidade está receptiva e precisando que novas iniciativas sejam desenvolvidas na região. Dos relatos pode-se perceber que quando se fala em educação ambiental existe um interesse de participar e contribuir, pois consideram que os PEA são necessários e devem ser adaptados à realidade de cada local.

Ao aprofundar a reflexão acerca da forma como os PEA são apresentados e executados nas comunidades, percebe-se que a maior parte deles advém do atendimento a uma necessidade de se resolver alguma demanda como é o caso do PEA da Caraíba Metais e da ONG Terra Mirim ou de uma prerrogativa do próprio governo a exemplo do PEA de formação do Conselho Gestor da APA Joanes-Ipitanga.

Os PEA ainda podem ser solicitados por exigência de condicionantes de licença ambiental ou exigência de órgãos financiadores dos projetos governamentais. Mas, o fato de ser uma exigência dos órgãos financiadores ou qualquer outra demanda, não impossibilita o PEA de estar em consonância com a Lei n. 9.795/99 e de ter um comprometimento real com os princípios de uma educação ambiental crítica e transformadora defendida nesta pesquisa. Cabe aos gestores estaduais e municipais analisarem as propostas apresentadas e exigirem que esses princípios sejam atendidos e seguidos, principalmente, a participação das comunidades em todos os processos e a continuidade das ações.

Analisando-se também os documentos disponibilizados pela SEMA como as atas de reunião do Conselho Gestor, relatórios, entre outros, além de entrevistas com técnicos governamentais e municipais, percebe-se que existe um reconhecimento teórico de que a implementação de Programas de Educação Ambiental em APA é de fundamental importância, mas o que é visto na prática e nesse estudo, no período de 2006 a 2009, é a falta de ações efetivas neste sentido.

A SEMA apóia alguns eventos pontuais, mas um trabalho de capacitação envolvendo toda a APA ainda não foi feito, mesmo sendo esta necessidade relatada desde 2001 no diagnóstico ambiental feito pelo antigo CRA, atual IMA, e pontuada em ocasião do curso de capacitação para formação do Conselho Gestor, além de colocada a intenção em algumas reuniões de Conselho (dado disponível em ata). Os técnicos que se ocupam com a coordenação dessas áreas de proteção ambiental se sentem impotentes diante da quantidade de demandas e da falta de recursos para execução, a fala do técnico G1E1 reforça esta questão:

Apesar da EA ser uma ferramenta importante no contexto da gestão das APA, ainda é muito incipiente sua articulação dentro da própria Secretaria com relação a introdução dessa ação nas UC. Então, para que isto aconteça nós gestores temos que ficar correndo atrás de alguns projetinhos que possam ser desenvolvidas dentro das APA, seja na própria SEMA, no IMA ou em outras instituições públicas. Infelizmente, nós não temos dentro da Secretaria uma prioridade em unidades de conservação para ações de EA. [...] Seria muito importante ter uma

articulação mais estreita entre o setor de EA e as UC e também uma maior preocupação quanto à participação dos atores sociais, além da continuidade e assistência aos PEA implementados.

O relato acima mostra a preocupação de um dos técnicos governamentais entrevistados, enquanto participante desse PEA e envolvido com a gestão da APA Joanes-Ipitanga, quanto à falta de articulação do órgão gestor em relação à implementação de Programas de Educação Ambiental, como também a falta de ações de assistência para a continuidade dos poucos Programas implementados na região.

Os entraves percebidos para implementação de PEA, direcionam o pensamento ao seguinte questionamento: Será que os governos se prestariam para compartilhar seu poder e autoridade com comunidades politicamente mobilizadas onde um PEA poderia realmente tornar-se um importante instrumento de mobilização e transformação social? Será que as empresas e o governo querem lidar com comunidades críticas e preparadas para exercer a cidadania no seu território?

Nos diversos seminários promovidos pelo governo estadual é revelado em seus discursos a necessidade de implementação de trabalhos contínuos junto às comunidades, encorajando-os e motivando-os para a realização de ações que visem melhoria e a proteção do meio ambiente como propõe um dos objetivos da EA da Conferência de Tbilisi. Porém, as ações para viabilizar a implementação desses Programas ainda continuam nos discursos e em projetos a serem executados em alguma ocasião.

Esse interesse de desenvolver ações em prol da transformação da realidade local foi algumas vezes destacado nas reuniões do Conselho Gestor, mas nada de concreto foi feito em relação a estas constatações. Por outro lado, nota-se que existe a vontade e o interesse da comunidade em participar e levar estas ações adiante, mas ao mesmo tempo percebe-se que apesar de se expressarem quanto a essas mudanças, a comunidade ainda é carente de informação, portanto, ainda precisando de apoio institucional para implementação de qualquer ação de caráter socioambiental, o que conduz ao

fato de que a transformação social almejada nesse estudo ainda não é uma realidade nessa APA.

O Programa emergencial de Educação Ambiental sugerido pelo diagnóstico ambiental realizado a pedido do órgão gestor (2001) e evidenciado no PEA para formação do Conselho Gestor (2004), envolvendo toda a APA e entorno, ainda se encontra no discurso dos gestores e membros do Conselho, mas nada foi feito para a sua realização até o momento, apesar da tentativa de alguns técnicos comprometidos e da comunidade que necessita e reivindica sempre essa ação. A proposta para formação de um grupo de trabalho em EA para formatação de um PEA que surgisse a partir da demanda da comunidade foi sugerida na primeira reunião ordinária do Conselho Gestor em 2007, mas nenhuma ação foi feita nesta direção, tanto pelos gestores governamentais, quanto pelos conselheiros da APA e nem pela comunidade.

Na última reunião ordinária do ano de 2008, houve uma retomada dessa discussão, incentivada pelos membros do Conselho Gestor presentes, de se levantar novas discussões enfocando essa demanda, iniciando com a formação de um grupo de trabalho de educação ambiental composta por membros de todos os municípios pertencentes à APA. Essa discussão deverá ser pauta da primeira reunião ordinária de 2009, que até julho não aconteceu, podendo ter o apoio do órgão gestor que intenciona cumprir a legislação em relação à implantação de EA em APA, com enfoque na EA crítica e transformadora, considerando os conflitos existentes na região (fatos registrados na ata da reunião de dezembro de 2008).

Os dados coletados e analisados indicam a baixa incidência de Programas de Educação Ambiental na área estudada, mas os poucos exemplos encontrados indicam o interesse das comunidades locais em relação a essa temática, apesar da participação ainda ser pequena, talvez pelo fato de alguns dos participantes terem se afastado das ações. Essa falta de continuidade dos PEA deixa uma lacuna e um questionamento quanto à eficiência dessas ações pontuais.

É nesse ponto que o Estado deveria repensar e aprofundar a sua gestão ambiental a partir das premissas firmadas na Lei n. 9.795/99, da Política Nacional de EA, que visa à inclusão da comunidade em todos os processos de decisão. Neste contexto, os PEA passariam a ser um importante instrumento de implementação dessas bases democráticas em qualquer localidade.

A EA como definida na Lei n. 9.795/99 tem o papel de proporcionar as condições para o desenvolvimento de capacidades que levem o indivíduo ou grupo a exercer o seu papel de controle social e formador de opinião. Promover ações educativas para o desenvolvimento das capacidades é um desafio para as instituições públicas.

Para ser efetivo, um PEA precisa simultaneamente promover o desenvolvimento de conhecimentos, valores, atitudes e habilidades que são necessários na busca da melhoria da qualidade de vida em harmonia com o meio ambiente. É importante que o PEA oportunize algumas atividades que possam sensibilizar e desenvolver comportamentos visando à busca de alternativas e soluções para os problemas ambientais.

Os três PEA estudados não foram efetivos na promoção de mudanças significativas nas comunidades, ou seja na melhoria da qualidade ambiental das mesmas. Pode-se perceber na fala de alguns entrevistados, aspectos que denotam uma insatisfação e desejo de que novas iniciativas sejam implementadas e que as antigas propostas de PEA possam ser reestruturadas visando a transformação dos indivíduos ou grupos e do meio ambiente local.

Os conceitos centrais escolhidos para serem tratados dentro das categorias de análise (educação ambiental, percepção ambiental e participação social), com os dados que subsidiaram as questões que foram discutidas nesse estudo. Os aspectos relevantes de cada PEA estudado, encontram-se sintetizados no quadro 7:

Quadro 7: Síntese dos aspectos analisados nos PEA

PEA	ASPECTOS ANALISADOS				
	Mudança de atitudes e valores	Formação de consciência	Capacidade de avaliação crítica e participação	Capacitação e informação	Desenvolvimento de ações contínuas
PEA 01	Percebe-se uma pequena mudança de atitudes dos participantes em relação as questões ambientais. Houve uma mudança de visão a medida que o envolvimento dos mesmos com a APA se tornou mais efetivo.	Houve um maior envolvimento dos participantes, após essa ação. Por serem conselheiros, estão mais envolvidos com a gestão da APA, têm consciência dos problemas ambientais existentes.	Houve uma mudança perceptível em relação a capacidade de avaliação crítica dos problemas, mas esses participantes continuam sem efetivar ações que possam promover a transformação do território. O PEA não promoveu uma participação significativa das comunidades nas reuniões.	A capacitação de gestores para a formação do Conselho Gestor, cumpriu sua função para divulgação das informações e interesse pelas questões ambientais da APA.	A importância da continuidade das atividades do PEA é sempre comentada, mas não se tem trabalhado nesta direção. Esse PEA também se configurou como uma ação pontual. É necessário uma mudança de postura do órgão gestor e dos membros do Conselho na forma de agir e buscar parcerias para realização de ações contínuas.
PEA 02	Percebe-se uma mudança de atitudes em relação as questões ambientais, influenciando nas ações dos cidadãos.	Houve o desenvolvimento da consciência em relação aos problemas de forma geral, mas ainda esperam apoio dos órgãos públicos e da Empresa para partirem para ação.	Os poucos participantes remanescentes desse PEA conseguem avaliar de forma parcial os problemas, a visão crítica ainda precisa ser mais trabalhada. A participação da comunidade é pequena.	A necessidade de informações ainda persiste na região. Os participantes remanescentes e alguns membros da comunidade ainda clamam por projetos e programas que possam capacitá-los e informá-los mais sobre as questões ambientais referentes à APA.	A falta de continuidade nas ações é um fato percebido pelos participantes que ainda atuam na região.
PEA 03	Percebe-se uma mudança de atitudes dos participantes em relação ao meio ambiente local. Estão mais atentos a riqueza dos recursos hídricos e procuram formas e parcerias para auxiliar na preservação do Vale.	A responsabilidade de cada um em relação ao meio ambiente do Vale já é perceptível entre os participantes desse PEA. Estão sempre procurando apoio para ações em prol do meio ambiente local	Os participantes conseguem avaliar a situação em que se encontra a região. A participação ainda é pequena.	As informações sobre as questões ambientais foram absorvidas. O conhecimento sobre a legislação ambiental e outros aspectos referentes ao meio ambiente local foi importante para atuação dos participantes na região.	Esse aspecto é pontuado por alguns participantes que acham importante a continuação das ações. Mas, essas ações ainda estão acontecendo ¹³ .

¹³ Esse PEA teve início em 2007 e suas ações ainda estão acontecendo. Ainda não é possível avaliar essa continuidade.

A verdade é que, depois de séculos de Modernidade, o vazio do futuro não pode ser preenchido nem pelo passado nem pelo presente. O vazio do futuro é tão-só um futuro vazio. Penso, pois, que, perante isso, só há uma saída: reinventar o futuro, abrir um novo horizonte de possibilidades, cartografado por alternativas radicais às que deixaram de o ser.

Boaventura de Souza Santos

5 CONCLUSÃO

A motivação para a realização desse estudo foi a de fazer uma reflexão crítica acerca da implementação de PEA nos espaços protegidos, fato este considerado como uma exigência da política pública de unidades de conservação.

A questão que norteou o estudo foi: Os PEA implementados na APA Joanes-Ipitanga contribuíram para a formação de uma consciência local mais crítica quanto às questões ambientais, aguçando no indivíduo e na coletividade uma maior percepção ambiental e participação social?

Tornou-se possível responder ao problema levantado quando foram feitas algumas ponderações com base na experiência do estudo e no referencial teórico analisado, os quais propiciaram a sedimentação de um conjunto de conhecimentos que conduziram a uma análise crítica acerca dos três PEA implementados na APA Joanes-Ipitanga, apontando para diversos fatores que denotam as suas fragilidades. Na análise percebeu-se que já existe, naquele contexto, uma percepção das questões referentes à problemática ambiental da APA entre alguns atores envolvidos.

O objetivo principal dessa dissertação foi o de analisar os PEA implementados na APA Joanes-Ipitanga quanto aos aspectos da educação ambiental, da percepção ambiental e da participação social. Buscou-se verificar, portanto, se os participantes dos Programas ampliaram a percepção ambiental em relação aos problemas e conflitos da região e se os achados da pesquisa identificaram que esses programas incentivaram a participação social e o desenvolvimento da cidadania. Os dados analisados mostraram que esses PEA não atingiram seus respectivos objetivos integralmente, no entanto, observaram-se algumas mudanças comportamentais nesse sentido.

As análises desse estudo foram feitas a partir de dados primários obtidos por meio de entrevistas com pessoas diretamente relacionadas com a

APA em questão ou com algum vínculo institucional com a mesma. Com esta opção metodológica, não se pretendeu observar e descrever nenhum tipo de mudança comportamental ocorrida nos participantes entrevistados e sim o grau de criticidade sobre os parâmetros listados na pesquisa dentro da temática ambiental.

Os resultados sugerem que houve uma pequena mudança na atitude dos indivíduos ou grupos em relação ao meio ambiente, fato que incentivou, também, entre esses sujeitos uma maior preocupação em relação aos problemas e conflitos locais. Acredita-se que a falta de continuidade nas ações propostas pelos PEA realizados, justificaram a pequena participação social dos indivíduos ou grupos nos fóruns de discussão das temáticas socioambientais locais. A transformação social almejada, ainda não é um fato perceptível, porém, ainda se mantém vivo o desejo de alguns conselheiros, técnicos e ambientalistas em continuar propondo ações que possam mudar a realidade existente

As dificuldades reconhecidas durante esse estudo levaram a concluir que a forma como os PEA foram executados nesta UC não contemplou as premissas de uma educação ambiental, de fato, crítica, transformadora, democrática e participativa. O que poderia servir como um valioso instrumento de gestão ambiental neste espaço protegido tornou-se um evento pontual que atendeu às ações emergenciais das instituições proponentes, deixando, no entanto, um espaço vazio de descontinuidade das ações e do envolvimento das comunidades.

O estudo identificou alguns equívocos em relação aos três PEA e à dinâmica de uma unidade de conservação de uso sustentável, por não ter garantido a continuidade das ações propostas e um maior envolvimento dos participantes até que eles pudessem assumir, de fato, a gestão de seu território.

Dentre os problemas apontados nesse estudo pôde-se verificar que ainda é muito presente a concepção de que a restrição financeira é o grande

vilão que justificaria essa desarticulação dos conselheiros e da comunidade. Existe, no entanto, entre os conselheiros e técnicos o interesse em desenvolver ações em prol da transformação da realidade local, mas nada de concreto foi feito neste sentido. Por outro lado, existe um perceptível interesse da comunidade em participar desses processos apesar da carência de informação que ela possui ainda. Diante dessa constatação, percebeu-se que a transformação social almejada pelos PEA e pelos atores envolvidos nesse processo ainda não é uma realidade nessa APA.

Pode-se destacar também, algumas fragilidades na implantação dos PEA estudados como: a carência de instrumentos confiáveis de avaliação das atividades realizadas, a pouca incidência de ações nessas localidades e as dificuldades de inserção efetiva de Programas de Educação Ambiental em toda a APA. No entanto, os poucos exemplos encontrados indicam a existência de algum interesse das comunidades locais em relação a essa temática, apesar da pequena participação.

Na análise dos três programas percebeu-se algumas divergências em relação aos objetivos e princípios colocados pelas políticas públicas de EA, confirmando, dessa maneira, a distância existente entre a teoria e as práticas executadas pelos proponentes da educação ambiental em geral. Por mais esta razão, é importante ressaltar a necessidade de promoção de políticas públicas consistentes e contínuas que possam gerir os conflitos presentes nas relações entre o Estado, a sociedade e o ambiente.

Dentre as limitações encontradas para o desenvolvimento desse estudo pode-se citar: a falta de dados mais consistentes para a análise do PEA da ONG Terra Mirim, que não disponibilizou o Programa para análise e comparação com os demais, não sendo possível confrontar os dados das entrevistas com os documentos para avaliação das posturas, atitudes e entendimento dos atores; a dificuldade de marcar entrevistas com os responsáveis pela elaboração dos três PEA; a distância entre as comunidades escolhidas para estudo dificultando a agilidade no processo de entrevistas; e, a pouca disponibilidade de PEA para análise na APA.

Como recomendações para novos estudos sugerem-se uma comparação dos PEA existentes nessa APA com os PEA de outras APA, a exemplo das APA Pedra do Cavalo, Litoral Norte, Bahia de Todos os Santos e Itacaré - Serra Grande, além de APA que se destacam em outros Estados, como a APA Serra da Mantiqueira em São Paulo. Outra sugestão que poderia ser aplicada em médio prazo seria um estudo mais criterioso sobre a participação dos atores locais nos fóruns de discussão, no intuito de averiguar o motivo desse perfil comportamental.

Em suma, depois de explicitadas as considerações e sugestões para os PEA estudados, foi possível concluir que o campo da EA cresceu e se diversificou nas últimas décadas, mas ainda não superou os desafios encontrados para o seu desenvolvimento em todas as instâncias e não apenas nas unidades de conservação. Vale destacar também, que problemas locais demandam soluções locais, onde as propostas apresentadas não podem ser impostas ou produzidas de forma não democrática, sem envolvimento das comunidades em todo o processo de decisão.

Sendo assim, necessário se faz uma ação coletiva, desenvolvida de forma criativa e dinâmica para que os educadores ambientais possam trabalhar com maior coerência e contribuir para as transformações que permitam a efetivação de processos de emancipação e de integração dos indivíduos com a sociedade e com o meio ambiente no qual estão inseridos.

REFERÊNCIAS

ABAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. Tradução: Alfredo Bosi. São Paulo: Mestre Jou, 1962.

ACSELRAD, H. Sociedade civil, democracia e governabilidade. In: RATTNER, H. (Org.). **Brasil no Limiar do Século XXI**: Alternativas para a Construção de uma Sociedade Sustentável. São Paulo: Universidade de São Paulo (USP), 2000. (Coleção Estante USP – Brasil 500 anos).

_____. Políticas Públicas e Construção Democrática. In: VIANA, G.; SILVA, M.; DINIZ, N. (Org.) **O Desafio da Sustentabilidade – Um Debate Socioambiental no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

ALVAREZ, S; DAGNINI, E; ESCOBAR, A. **Cultures of Politics, Politics of Cultures: revisoning Latin American Social Movements**. Boulder: Westview Press, 1998.

AMORIM, A.C. R. Educação. In: Luiz Antônio Ferraro Júnior (org.). **Encontros e Caminhos: Formação de Educadoras(es) Ambientais e Coletivos Educadores**. Brasília: MMA/DEA, 2005.

ANADÓN, M. Quando avaliar é formar. In: SANTOS, J. E.; SATO, M. **A contribuição da Educação Ambiental à esperança de Pandora** . 2. ed. São Paulo: Rima, 2003.

ARENDT, H. **A condição humana**. 8 ed. Rio de Janeiro: Forence Universitária, 1997.

AZEVEDO, C. T. **Participação, Representatividade e Legitimidade na Construção de Políticas Públicas: A Experiência da CIEA – BA, 2003 – 2006**. Dissertação de Mestrado submetida ao Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília. Brasília: UNB, 2008.

BAHIA – Decreto de Lei 7596 de 05/06/1999 – **Criação da APA Joanes – Ipitanga**. Bahia : CRA, 1999.

BAUMAN, Z. **Em busca da política**. Rio de Janeiro:Zahar, 2000.

BOGDAN, R. e BIKLEN, S.K. **Qualitative Research for Education**. Boston: Allyn and Bacon, mc., 1982.

BRANDÃO, C. R. **Aqui é onde eu moro, aqui nós vivemos**: escritos para conhecer, pensar e praticar o município educador sustentável. Brasília: MMA, 2005.

BRASIL. **Lei 6.902/81**, criação de estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental. Publicada no Diário Oficial da União de 28 de abril de 1981.

_____. **Lei n.º 6.938/81**, Institui a Política Nacional do Meio Ambiente – PNMA e o Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA. Publicada no Diário Oficial da União de 02/09/1981.

_____. **Constituição Federal da República**, publicada no Diário Oficial da União de 05/10/1988.

_____. **Lei nº 9.433/97**, institui a Política Nacional de Recursos Hídricos. Publicada no Diário Oficial da União de 19 de julho de 1997.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: meio ambiente e saúde**. Brasília: MEC/SEF, 1997, v.9.

_____. **Lei nº 9.795/99**, PNEA. Política Nacional de Educação Ambiental. Publicada no Diário Oficial da União de 27 de abril 1999.

_____. **Lei nº 9.985/00, SNUC**. Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Publicada no Diário Oficial da União de 19 de julho de 2000.

_____. **PRONEA - Programa Nacional de Educação Ambiental**. 3 ed. Brasília, 2005.

CAPRA, F. **As conexões ocultas: ciência para uma vida sustentável**. São Paulo: Cultrix, 2002.

CARVALHO, I.C.M. Educação Ambiental Crítica: nomes e endereçamento da educação ambiental. *In*: LAYARGUES, P.P. (Coord.). **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: MMA/DEA, 2004.

CASTELLO, L. et al. **Interrelações ambientais**: Porto Alegre e o Rio Guaíba. Porto Alegre: MAB/UNESCO/PROPUR/Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1986.

_____. **Percepção do ambiente: educando educadores**. Porto Alegre: Urbanismo e Ambiente, 1998.

CASTELLO, G.; HOUTZAGER, P. P.; LAVALLE, A. G. Democracia, pluralização da representação e sociedade. *In*: **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**. São Paulo, n.67, 2006.

COPEMA – Cooperativa dos Profissionais de Engenharia, Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional. **Programa de Educação Ambiental para Formação de Vigilantes Ambientais**. Caraíba Metais. Camaçari, 2001.

CRA - CENTRO DE RECURSOS AMBIENTAIS. **Decreto de Criação da APA Joanes – Ipitanga** - n. 7.596, de 05 de junho de 1999. Salvador: CRA, 1999.

_____. **Diagnóstico Ambiental da APA Joanes – Ipitanga**. Relatório Final, Salvador: APLANARQ – Planejamento Ambiental e Arquitetura Ltda. Bahia: CRA, 2001.

CULLEN, G. **Paisagem Urbana**. Trad. Isabel Correia e Carlos Macedo. Ed. 70: Lisboa, 1996.

DALLACORTE, I. C. B. Percepção e educação ambiental como meio para a participação comunitária e a prática da cidadania nos processos de gestão ambiental. **Revista de Estudos Ambientais, Blumenau**. v.5, n.2 e 3, pp.25-42, maio/dez. 2003.

DAYRELL, J. A escola como espaço sócio-cultural. In: Dayrell, J. (Org.). **Múltiplos olhares sobre a educação e cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.

DEL RIO, V; OLIVEIRA, L. (Orgs.). **Percepção Ambiental: a Experiência Brasileira**. São Paulo: Studio Nobel, 1999.

DEMO, Pedro. Participação e avaliação: projetos de intervenção e ação. In: SORRENTINO, M. (Org.). **Ambientalismo e participação na contemporaneidade**. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2001.

_____. **Avaliação Qualitativa – Polêmicas do nosso tempo**. 8 ed. Campinas: Autores Associados, 2005. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo; 25).

DEPRESBÍTERIS, L. Avaliação da aprendizagem na Educação Ambiental uma relação muito delicada. In: SANTOS, J. E.; SATO, M. **A Contribuição da Educação Ambiental à Esperança de Pandora**. 3. ed. São Carlos: Rima, 2006.

DIAS, G. F. **Fundamentos de Educação Ambiental: CETREL**. Brasília: Universa, 2000.

_____. **Educação Ambiental: princípios e práticas**. 5.ed. São Paulo: Gaia, 2003.

FERRARA, L. D'A. As máscaras da cidade. **Revista USP**, dossiê Cidades, São Paulo, n. 5, v. 5, março/abril/maio 1990, pp. 3-10.

_____. **Olhar periférico: linguagem, percepção ambiental**. 2 ed. São Paulo: Editora da USP, 1999.

FIORI, A. de. **Ambiente e Educação: abordagens Metodológicas da Percepção Ambiental Voltadas a uma Unidade de Conservação**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Recursos Naturais do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde da Universidade Federal de São Carlos. São Carlos – SP, 2002.

FRANCO, L. P. B. **Análise do Conteúdo**. 2 ed. Brasília: Líber Livro Editora, 2005.

FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

_____. **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 30.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

_____. **Pedagogia do Oprimido.** 43.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

FTM – Fundação Terra Mirim. Cartilha Itambôs – Guardiões do Vale do Itamboaté. Simões Filho, 2008.

_____. Agenda Sócio Ambiental do Vale do Itamboaté. Simões Filho, 2008.

GAUDIANO, E. *Revisitando la história de la educación ambiental.* In: Sauvé,L.; Orellana, I. & Sato. M. (Orgs) **Textos escolhidos em EA: de uma América a outra.** Montreal: Publications EREUQAM, 2002, Tomo I.

_____. Discussos ambientalistas y discussos pedagógicos. In SANTOS, J. E. & SATO, M. (Orgs.). **A contribui o da educa o ambiental – a esperança de Pandora.** São Carlos: Rima, 2006.

GIBSON, J. *The Senses Considered as Perceptual Systems.* Boston: Hoghton Mifflin, 1966.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOHN, M. G. **Movimentos e lutas sociais na história do Brasil.** São Paulo: Loyola, 1995.

GUIMARÃES, M. **Educa o Ambiental:** no consenso um embate? Campinas, SP: Papyrus, 2000. (Cole o Papyrus Educa o).

_____. **A Dimensão Ambiental na Educa o.** 6 ed. Campinas: Papyrus, 2005. (Cole o Magistério: Forma o e Trabalho Pedagógico)

HALL, E. T. **A Dimensão Oculta.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

HERINGER, R. Estratégias de descentraliza o e políticas públicas. In: MUNIZ, J. N. & GOMES, E. C. (Org.) **Participa o Social e Gestão Pública.** Belo Horizonte, 2002.

JACOBI, P. Educa o Ambiental, Cidadania e Suatentabilidade. **Cadernos de Pesquisa,** n. 118, pp.189-205, março, 2003.

_____. **Participa o.** In: FERRARO, L. A. (Org.). **Encontros e Caminhos:** Forma o de Educadoras(es) Ambientais e Coletivos Educadores. Brasília: MMA/DEA, 2005.

KOHLSDORF, M. E. Brasília em três escalas de percepção. In: **Percepção Ambiental: a experiência brasileira**. São Paulo: Studio Nobel; São Carlos, SP: Universidade Federal de São Carlos, 1996.

_____. **A Apreensão da Forma da Cidade**. Brasília: UNB, 1996.

_____. **Apreensão do Espaço Urbano**. Brasília: Universidade de Brasília, 1997.

_____. **Manual de Técnicas de Apreensão do Espaço Urbano**: Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

LAYRARGUES, P.P. (Re)conhecendo a educação ambiental brasileira. In: LAYRARGUES, P.P. (Coord.). **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

LOUREIRO, C. F.B. (org.). Educação ambiental e movimentos sociais na construção da cidadania ecológica e democrática. In: Loureiro, C. F. B; Layrargues, P. P; Castro, R. S. (org.). **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania**. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Cidadania e Meio Ambiente**: Série Construindo os Recursos do Amanhã. V1. Salvador: Neama, 2003.

_____. **Trajatória e Fundamentos da Educação Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **Educação ambiental e gestão participativa na explicitação e resolução de conflitos**. Gestão em ação, Salvador, v.7, n.1, janeiro/abril, 2004.

_____. Educação Ambiental Transformadora. In: **Identidades da Educação Ambiental Brasileira**. MMA/DEA. LAYRARGUES, P. P (coord.). Brasília: MMA, 2004.

_____. Problematizando conceitos: contribuição à práxis em educação ambiental. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. (Orgs.) **Pensamento Complexo, Dialética e Educação Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. AZAZIEL, M.; FRANCA, N. **Educação Ambiental e Gestão Participativa em Unidades de Conservação**. Rio de Janeiro: IBAMA – IBASE, 2003.

LYNCH, K. **A Imagem da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

LÜDKE, M; ANDRÉ, M.D.E. **A Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MAYER, M. **Educación Ambiental: de la acción a la investigación**. Enseñanza de las ciencias.v.16, n.2, pp.217-231. 1998.

MEDINA, N. M. **Educação Ambiental para o Século XXI & A Construção do Conhecimento**: suas implicações na Educação Ambiental/Análise de um Programa de Formação de Recursos Humanos em Educação Ambiental. Brasília: IBAMA, 1997.

MINAYO, M. C. S; GOMES. S.F.D.R. **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 25. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MORIN, E. **Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro**. 10.ed. São Paulo: Cortez, Brasília:UNESCO, 2005.

MOSCOVICI. S. La psychanalyse, son image et son publique. 2 ed. Paris: PUF, 1976. In. Reigota, M. **Meio Ambiente e Representação Social**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2004. (coleção questões da nossa época; v.41).

MUCCHIELLI, S. L. **L'Analyse de contenu des documents et des communications**. Paris: Lês Libraries Techiques, 1974.

NASCIMENTO, E. P. **Crise Ecológica**: uma revisão sobre paradigmas em Educação Ambiental. Acta Científica – Biologia e Saúde, v.2, n.1, p.13-18, jan. – jun., 2000.

OKAMOTO, J. **Percepção Ambiental e Comportamentos**. São Paulo: Plêiade, 1996.

OLIVEIRA, L. de. **Estudo Metodológico e Cognitivo do Mapa**: Tese de livre docência. São Paulo: UNESP, 1977.

OLIVEIRA, S.K.S. **Percepção da Educação Ambiental e Meio Ambiente no Ensino Fundamental**: Olhares em Porto do Mangue/RN. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). UERN. Mossoró-RN, 2005.

ONU/UNESCO. Agenda 21 Global: **Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano**. ECO-92. Rio de Janeiro, 1992.

PADUA, S; TABANEZ, M. F. (Orgs). **Educação Ambiental: Caminhos Trilhados no Brasil**. Brasília: IPÊ – Instituto de Pesquisas Ecológicas, 1997.

PADUA, S.; TABANEZ, M. F. ;SOUZA, M. G. **O papel da educação ambiental e da participação comunitária na conservação de áreas naturais**. Viçosa: Ação Ambiental v.02, n.08, p. 08 - 11. 1999.

PALMA, I.R. **Análise da Percepção Ambiental como Instrumento ao Planejamento da Educação Ambiental**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Minas, Metalúrgica e de Materiais - PPGEM, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

PARDO DÍAZ, A. **Educação Ambiental como projeto**. Tradução Fátima Murad. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.

PEDRINI, A. G. (Org.). **Educação Ambiental**: reflexões e práticas contemporâneas. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

Portal SEIA – Serviço Estadual de Informações Ambientais - SEMA
Disponível em: <http://www.seia.ba.gov.br> ou <http://www.sema.ba.gov.br>.
Acesso em: outubro de 2006 e dezembro de 2008.

QUINTAS, J.; GOMES, P. M.; UEMA, E. E. **Pensando e Praticando a Educação Ambiental na Gestão do Meio Ambiente**: uma concepção pedagógica e metodológica para a prática da educação ambiental no licenciamento. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Brasília: IBAMA/MMA, 2006.

REBOUÇAS. S. B. B. **Zoológico como referencial para práticas de Educação Ambiental**: um estudo de caso no Parque Zoobotânico Getúlio Vargas – Bahia. Dissertação apresentada ao Instituto de Biologia da Universidade Federal da Bahia. Salvador: UFBA, 2005.

REIGOTA, M.. **Meio ambiente e representação social**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2004. (Coleção questões da nossa época; v.41).

_____. **O que é educação ambiental**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006. (Coleção Primeiros Passos).

REY, F. G. Psicologia e educação: desafios e projeções. *In*: RAYS, O. A. (org.). **Trabalho pedagógico**: realidades e perspectivas. Porto Alegre: Sulina, 1999. pp. 102-107.

SÁ, L. M; SANTOS, R.A.N. **Gestão Ambiental Urbana e Participação Social**: Rompendo os limites do clientelismo autoritário. Artigo apresentado no seminário “A Questão Ambiental Urbana: Experiências e Perspectivas. NEUR/CEAM, Universidade de Brasília, IPEA, IRD – julho, 2004.

SANTOS, B. S.; AVRITZER, L. Para ampliar o cânone democrático. *In*: SANTOS, B. S. (Org). **Democratizar a Democracia**: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SATO, M. **Educação Ambiental**. São Carlos: Rima. 2002.

SATO, M.; CARVALHO, I. **Educação Ambiental**: Pesquisa e Desafios. São Paulo: Artmed, 2005.

SAUVÉ, L. Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável: uma análise complexa. **Revista de Educação Pública**, 6 (10), pp.72-102, 1997.

_____. La educación ambiental entre la modernidad y la postmodernidad: em busca de um marco educativo integrador de referencia. *In*: Sauvé, L.; Orellana,

I. & Sato. M. (Orgs) **Textos escolhidos em EA:** de uma América a outra. Montreal: Publications EREUQAM, 2002, Tomo I.

SAWAIA, B. B. Participação social e subjetividade. IN: SORRENTINO, M. (Org.). **Ambientalismo e participação na contemporaneidade.** São Paulo: EDUC/FAPESP, 2002.

SEARA FILHO, G. Apontamentos de introdução à educação ambiental. Ambiente. **Revista CETESB de tecnologia.** São Paulo, v.1, n.1, pp.40-44, 1997.

SEMARH – Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. **Informações referentes à APA Joanes-Ipitanga.** Portal SEIA: Disponível em <http://www.seia.ba.gov.br>, acesso em 15 de outubro de 2007.

SEMA/SFC – Secretaria Estadual de Meio Ambiente - Superintendência de Biodiversidade Florestas e Unidades de Conservação, 2008. (documentos não publicados).

SENAI / CETIND – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. **Programa de Educação Ambiental – Proposta para APA Joanes-Ipitanga.** Lauro de Freitas: SENAI/CETIND, 2002. (documento não publicado).

_____. **Programa de Educação Ambiental da APA Joanes – Ipitanga – Relatório da Etapa II: Seminário para Formação do Conselho Gestor – 1ª parte.** Lauro de Freitas: SENAI/CETIND, 2003. (documento não publicado).

_____. **Programa de Educação Ambiental da APA Joanes – Ipitanga – Relatório Final.** Lauro de Freitas: SENAI/CETIND, 2004. (documento não publicado).

SCHERER-WARREN, I. Movimentos sociais e participação. *In:* SORRENTINO, M. (coord.). **Ambientalismo e participação na contemporaneidade.** São Paulo: EDUC/FAPESP, 2002.

SORRENTINO, M. De Tbilisi a Thessalonik: a EA no Brasil. *In:* Quintas, J. S. (Org.) **Pensando e Praticando a EA no Brasil.** Brasília: IBAMA, 2002.

_____. *et al.* Educação Ambiental como Política Pública. *In:* **Educação e Pesquisa**, v.31, n.2. São Paulo, maio/ago, 2005.

SOUTO, M.A. de J. **Educação Ambiental como Instrumento de gestão em Área de Proteção Ambiental:** O caso da criação do Conselho Gestor na Área de Proteção de Pratigi – Bahia. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília – Centro de Desenvolvimento Sustentável. Brasília: UNB, 2003.

TOMAZELLO, M. G. C.; FERREIRA, T. R. C. Educação Ambiental: que critérios adotar para avaliar a adequação pedagógica de seus projetos? **Ciência & Educação.** Bauru, SP, v.1. 1995.

TOZZONI – REIS, M. **Educação Ambiental** – natureza, razão e história. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2004. (Coleção Educação Contemporânea)

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia** – Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

_____. **Espaço e Lugar: a Perspectiva da Experiência**. São Paulo: Difel, 1983.

UNESCO (org.). **Educação Ambiental: as Grandes Orientações da Conferência Internacional de Tbilisi**. Brasília: IBAMA, 1997. (Coleção Série Estudos Educação Ambiental – Ed. Especial).

VIANNA, H. M. **Pesquisa em Educação** – a observação. Brasília: Plano Editora, 2003. (Série Pesquisa em Educação, v. 5).

ZUCCHI, O. J. **Educação Ambiental e os Parâmetros Curriculares Nacionais: Um estudo de caso das concepções e práticas dos professores do ensino fundamental e médio em Toledo-Paraná**. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2002.

APÊNDICES



APÊNDICE A



Prezados senhores,

O instrumento abaixo é uma entrevista que aborda 3 variáveis escolhidas neste estudo, que juntas denotarão aspectos relativos à percepção ambiental e à participação social dos indivíduos em 3 programas de educação ambiental implementados na APA Joanes-Ipitanga – Bahia. A percepção e o depoimento de cada um de vocês é fundamental para que se possa compreender como a implementação desses programas pode influenciar nos processos participativos de uma comunidade.

Obrigada a todos!

ENTREVISTA COM PARTICIPANTES E NÃO PARTICIPANTES DOS PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA APA JOANES-IPITANGA – BAHIA

Projeto de Dissertação de Mestrado de Elizete Abreu de Melo com orientação da Prof^a Márcia Marinho

Mestrado em Engenharia Ambiental Urbana – MEAU

Universidade Federal da Bahia – UFBA

TEMA:

PERCEPÇÃO AMBIENTAL E PARTICIPAÇÃO SOCIAL EM PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UM ESTUDO NA APA JOANES – IPITANGA

DATA:-----
NOME DO ENTREVISTADO: -----
PROFISSÃO: -----
GRAU DE INSTRUÇÃO: -----
SEGMENTO QUE REPRESENTA:-----
SOCIAL () GOVERNAMENTAL () EMPRESARIAL () OUTROS ()
INSTITUIÇÃO QUE REPRESENTA: -----
MUNICÍPIO DA APA ONDE ATUA / SE ATUA: -----
VOCÊ TRABALHA OU JÁ TRABALHOU COM EDUCAÇÃO AMBIENTAL? -----
VOCÊ TEVE ENVOLVIMENTO COM ALGUM DOS PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL IMPLEMENTADOS NA APA JOANES-IPITANGA? QUAL?-----
QUAIS AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NESTA APA, DURANTE O PEA QUE VOCÊ PARTICIPOU? (SE PARTICIPOU) -----

QUESTÕES:

EDUCAÇÃO AMBIENTAL / PEA

- 1) Qual a sua opinião sobre o meio ambiente na região onde a APA Joanes-Ipitanga está inserida?
- 2) Qual a importância que você dá aos recursos naturais desta APA?
- 3) Você enxerga algum problema ambiental nesta APA?
- 4) Em caso positivo, qual seria este problema?
- 5) O que você tem feito para minorar este ou estes problemas caso existam?
- 6) Para você o que é educação ambiental?
- 7) Você acha necessário a implementação de programas de educação ambiental na APA? Por quê?
- 8) Em sua opinião para que serve um programa de educação ambiental?
- 9) Como você vê a implementação de programas de educação ambiental nesta APA?
- 10) Em sua opinião como deve ser desenvolvido um programa de educação ambiental na sua comunidade?
- 11) Qual o papel da comunidade local no processo de implementação dos PEAs?
- 12) Você teve envolvimento com algum dos programas de educação ambiental implementados na Apa Joanes-Ipitanga? Qual a sua participação?
- 13) Como você descreveria tais programas?

PERCEPÇÃO AMBIENTAL

- 1) Como você enxerga o meio ambiente local desta APA?
- 2) Você sabe o que significa APA?
- 3) Esta área se tornou uma APA por que razão?
- 4) Em sua opinião quais devem ser os objetivos de uma APA?
- 5) Para você, o que a comunidade local deve fazer por esta área protegida?
- 6) Para você, qual seria o papel do Conselho Gestor desta APA?
- 7) O que você sente por este lugar?
- 8) Você se sente pertencente a este lugar?
- 9) O que você acha que deve ser feito para melhoria desse lugar e por quem?

PARTICIPAÇÃO SOCIAL

- 1) Você acredita em participação social?
- 2) Você acha que vale a pena participar das discussões referentes à APA Joanes-Ipitanga? Por que?
- 3) Em sua opinião, a comunidade local participa e se envolve com as questões referentes a esta APA? De que maneira?
- 4) Como você participa das discussões referentes a esta APA?
- 5) Como você sente o direito a participação nos processos de discussão nesta APA?
- 6) Você percebeu alguma mudança quanto a participação das pessoas da comunidade local após a implementação dos PEAS nesta APA? Quais?
- 7) E em você, percebeu alguma mudança durante este processo? Quais?
- 8) Qual o seu papel em tudo isso?



APÊNDICE B



Prezados senhores,

O instrumento abaixo é uma entrevista que aborda 3 variáveis escolhidas neste estudo, que juntas denotarão aspectos relativos à percepção ambiental e à participação social dos indivíduos em 3 programas de educação ambiental implementados na APA Joanes-Ipitanga – Bahia. A percepção e o depoimento de cada um de vocês é fundamental para que se possa compreender como a implementação desses programas pode influenciar nos processos participativos de uma comunidade.

Obrigada a todos!

ENTREVISTA COM ESPECIALISTAS EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Projeto de Dissertação de Mestrado de Elizete Abreu de Melo com orientação da
Prof^a Márcia Marinho

Mestrado em Engenharia Ambiental Urbana – MEAU

Universidade Federal da Bahia – UFBA

TEMA:

**PERCEPÇÃO AMBIENTAL E PARTICIPAÇÃO SOCIAL EM
PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UM ESTUDO NA APA
JOANES – IPITANGA**

DATA:-----
NOME DO ENTREVISTADO: -----
PROFISSÃO: -----
GRAU DE INSTRUÇÃO: -----
SEGMENTO QUE REPRESENTA:-----
SOCIAL () GOVERNAMENTAL () EMPRESARIAL () OUTROS ()
INSTITUIÇÃO QUE REPRESENTA: -----
MUNICÍPIO DA APA ONDE ATUA / SE ATUA: -----
VOCÊ TRABALHA OU JÁ TRABALHOU COM EDUCAÇÃO AMBIENTAL? -----
VOCÊ TEVE ENVOLVIMENTO COM ALGUM DOS PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO
AMBIENTAL IMPLEMENTADOS NA APA JOANES-IPITANGA? QUAL?-----
VOCÊ TEM CONHECIMENTO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NESTA APA?

QUESTÕES:

EDUCAÇÃO AMBIENTAL / PEA

- 1) O que você entende por educação ambiental?
- 2) Você trabalha ou já trabalhou com educação ambiental? Em que área?
- 3) Como você vê esta ferramenta?
- 4) Em sua opinião qual o propósito de um programa de educação ambiental?
- 5) Como você vê o desenvolvimento de programas de educação ambiental em APAs?
- 6) Em sua opinião como os programas de educação ambiental podem transmitir informações com vistas a incentivar a comunidade para a preservação do meio ambiente?
- 7) Em sua opinião quais os elementos necessários para que seja desenvolvido um programa de educação ambiental numa APA?
- 8) Qual o papel da comunidade local e do órgão implementador nesse processo?

PERCEPÇÃO AMBIENTAL

- 1) Como você enxerga o meio ambiente local da APA Joanes-Ipitanga?
- 2) Em sua opinião, qual o valor de uma APA?
- 3) Esta área se tornou uma APA por que razão?
- 4) Em sua opinião quais devem ser os objetivos de uma APA?
- 5) Para você, o que a comunidade local deve fazer por esta área protegida?
- 6) O que você acha que deve ser feito para melhoria desse lugar e por quem?

PARTICIPAÇÃO SOCIAL

- 1) O que entende por participação social?
- 2) Como você vê a participação da comunidade em um programa de educação ambiental?
- 3) Como garantir essa participação?
- 4) Em sua opinião, como a participação social pode contribuir para a resolução dos problemas ambientais desta APA?
- 5) Que elementos você acha fundamental para incentivar a participação social? Cite alguns.
- 6) O que o Conselho Gestor de uma APA poderia fazer neste sentido?

ANEXOS

ANEXO A

Fotos da Área estudada



01 - Rio Joanes – Camaçari

Fonte: SEMARH, 2006



02 – Ocupação desordenada em área de preservação permanente –
Vila de Abrantes - Camaçari

Fonte: SEMARH, 2006

ANEXO B

Fotos da Área estudada



03 - Extração de areia Dunas de Jauá – Camaçari
Fonte: SEMARH, 2006



04 – Lançamento de efluentes industriais – Caraiba Metais – Polo Petroquímico de
Camaçari
Fonte: SEMARH, 2006

ANEXO C

Fotos da Área estudada



05 – Lançamento de efluentes domésticos – Rio Joanes – Camaçari
Fonte: SEMARH, 2006



06 – Evidência de erosão marinha na praia de Jauá - Camaçari.
Fonte: CRA, 2001

ANEXO D

Fotos da Área estudada



07 - Disposição inadequada de resíduos sólidos em Camaçari
Fonte: SEMARH, 2006



08 – Desmatamento em São Sebastião do Passé
Fonte: SEMARH, 2006